

Estudos em Linguística Popular/ *Folk Linguistics* no Mato Grosso:

primeiras aproximações



Roberto Leiser Baronas
Jubileia Mendes de Matos Coelho
Terezinha Ferreira de Almeida
(Organizadores)



Grafite atualizado



Este livro foi publicado com recursos do PROAP/CAPES.

LEEDIM

Laboratório de estudos epistemológicos e de discursividades multimodais

**Estudos em Linguística Popular/
Folk Linguistics no Mato Grosso:
primeiras aproximações**

Roberto Leiser Baronas
Jubileia Mendes de Matos Coelho
Terezinha Ferreira de Almeida
(Organizadores)

Estudos em Linguística Popular/ *Folk Linguistics* no Mato Grosso: primeiras aproximações

Letraria Editora – Araraquara – SP, setembro de 2021.

Estudos em Linguística Popular/*Folk Linguistics* no Mato Grosso: primeiras aproximações

PROJETO EDITORIAL

Letraria

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Letraria

FOTOGRAFIA DA CAPA

Ednilson Aguiar/Olivre

ARTE DA CAPA

Letraria

REVISÃO

Letraria

BARONAS, Roberto Leiser; COELHO, Jubileia Mendes de Matos; ALMEIDA, Terezinha Ferreira de. (org.). **Estudos em Linguística Popular/*Folk Linguistics* no Mato Grosso: primeiras aproximações**. Araraquara: Letraria, 2021.

ISBN: 978-65-86562-72-9

1. Linguística Popular. 2. *Folk Linguistics*. 3. Popular. 4. Ciências da linguagem.

CDD: 410 – Linguística

Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e organizadores.
Esta obra ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio, sem autorização escrita dos
autores e organizadores.

Conselho editorial

Ana Carolina Vilela Ardenghi (UFMT)

Marcelo Rocha Gonçalves (UFMS)

Samuel Ponsoni (UEMG)

Dedicatória

Este livro é singelamente dedicado à memória do nosso aluno do PPGEL da UFMT, Víctor Alberto Espinoza Canchis, vítima da COVID19.

“Algo em nós definha, eu sinto em meu próprio corpo, a cada noite que passamos discutindo as linhas de um contrato de vacinas, ou contando mortos com minúcia de algarismos, ou maldizendo a última declaração de um homem desprezível. Sei que tudo isso é imperioso, sei que o país nos exige a vigília. Sei que tantos precisamos ser, a cada noite, sentinelas insones a guardar o intangível. Mas, não sei, há momentos em que me vem a suspeita contrária: do quanto é necessária a distração, a abstração, o devaneio. Ou, se nada disso, do quanto é necessária a poesia. A poesia tem sido convocada diversas vezes à frente de batalha. ‘Na luta de classes’, dizem os versos tão difundidos de Paulo Leminski ‘todas as armas são boas: pedras, noite e poemas’. Versos célebres têm composto há tempos os cartazes das passeatas, sagazes e assertivos, dizendo o que não diríamos em nossas palavras diárias. A poesia luta e sabe lutar, sabe ser lâmina a ferir o peito do desastre, mas ainda não é isso, desconfio, o que a torna necessária. Não é para a luta que serve o poema, objeto de esquiva finalidade. É a luta que se serve do poema, para não enrijecer, para não empedrar.”

Julián Fuks em [O dia em que a poesia derrotou a calamidade](#)¹

¹ Disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julian-fuks/2021/06/26/o-dia-em-que-a-poesia-derrotou-a-calamidade.htm>

Sumário

PREFÁCIO	11
Maria Inês Pagliarini Cox	
MEZANINO TEXTUAL	17
Uma mulher em Berlim: testemunha e linguista popular, Martha Hillers	18
Marie-Anne Paveau	
Notas sobre o universo da violência contra a mulher em uma perspectiva da linguística popular e os estudos do discurso	23
Aline Salles Panhan	
A Chegada: entre a linguística e os saberes <i>Folk</i>	30
Brenda Nathalie da Silva	
Notas sobre o estereótipo da beleza: uma integração entre saberes <i>folks</i> e saberes linguísticos	38
Bruna Passanezi Budoia	
Quem é o dono da bola? A produção de conhecimento de não-linguistas em ambiente virtual	48
Daniele dos Santos de Souza	
Da linguística popular à linguística transdisciplinar: uma abordagem indisciplinar do Dicionário Trilíngue Capovilla	59
Jubileia Mendes de Matos Coelho	
Nova língua da direita brasileira: uma abordagem entre a linguística popular e os estudos do discurso	78
Marcos Felipe Rocha	
A persistência da concepção monolíngue: reflexões e possíveis ressignificações sob a égide da linguística popular	91
Márcio César Cardoso	

Amadeu Amaral: um linguista <i>folk</i> fora do temp(l)o e da linguística? Roberto Leiser Baronas	101
Linguística popular por meio da viola caipira Robertson Félix Maia Dias	116
Intervenção em campo semântico e opinião popular: a propósito de um <i>folk</i> editor Terezinha Ferreira de Almeida	123
POSFÁCIO	134
Pensar o pensamento da língua: fluxos para além dos muros da disciplina e da universidade Vinícius Carvalho Pereira	135
SOBRE AS/OS AUTORAS/ES	138

Prefácio

Maria Inês Pagliarini Cox

La langue étant un bien commun, les discours sur la langue le sont aussi: tout le monde fait de la linguistique, à différents niveaux, dans différentes situations et à différents moments. Seulement les unes en font de manière plus scientifique que d'autres, et on les appelle des linguistes. Mais en fait, les non-linguistes, autrement dit les personnes qui n'ont pas de diplômes en sciences du langage et n'appartiennent pas à des communautés savantes (et n'écrivent pas non plus d'article comme celui-ci) pratiquent une forme de linguistique que l'on appelle en français, « populaire », [...]. (PAVEAU, 2020, p. 27)

O livro que ora prefaciamos contou com o apoio financeiro da CAPES por meio dos recursos do PROAP para a sua publicação. Registramos em nome dos organizadores um agradecimento a Todes que tiveram a ver com esse financiamento, em especial, a Profa. Dra. Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, coordenadora do PPGEL.

Este é um livro escrito a muitas mãos e cabeças, fruto do encontro feliz de uma turma de alunos e um professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT, que se juntaram para estudar a chamada linguística popular, um novo campo de investigação que se abre no continente da linguística, com a chegada do século XXI, profundamente alterado no tocante às práticas languageiras. Certamente perguntas como: O que é a linguística popular? Qual é o objeto da linguística popular? Quem faz a linguística popular? Não-linguistas fazem linguística? encetaram os estudos, fecundados pelas ideias seminais de Marie-Anne Paveau, uma espécie de madrinha benfazeja da linguística popular no Brasil, que não se furtou a colaborar também com este livro. Retomemos brevemente essas questões!

O que é a linguística popular? Para responder a essa pergunta, vamos evocar o que diz Paveau (2020) na epígrafe deste prefácio: a linguística popular é a linguística feita por não-linguistas, pessoas que não têm formação em ciências da linguagem e não pertencem a comunidades científicas e ainda assim fazem linguística cotidianamente enquanto produzem linguagem. Ainda de acordo com a autora, se a língua é um bem comum, refletir sobre ela também o é. Refletir sobre a língua não é uma prerrogativa de gramáticos e linguistas, todos fazemos isso o tempo todo. Enquanto usamos a língua para informar, para nos expressar, para comungar, para influenciar pessoas, para reivindicar nossos direitos, também refletimos sobre a língua.

Contudo, as práticas linguísticas das pessoas comuns se esvaíam juntamente com os fluxos da linguagem oral, até que as novas tecnologias de comunicação e a conexão em rede via *internet* viessem ressignificar a escrita como modalidade fecunda para as interações cotidianas

à distância em tempo real, que se mantêm registradas para além do instante da enunciação, guardando os rastros das práticas linguísticas e metalinguísticas realizados por atores sociais outros que não os linguistas de profissão. Nessa nova ordem de comunicação, também se tornou banal a gravação em áudio e vídeo. Todos, com um celular na mão, podem fazer áudios e vídeos, que também salvam as práticas linguísticas, mesmo as orais, da morte. Esse é, pois, um solo fértil para a constituição da linguística popular. Com a língua ordinária conservada e compartilhada pelos dispositivos móveis que nos acompanham em tempo integral, a possibilidade de vir a ser comentada, propagada, aprovada ou desaprovada, anuída ou combatida, maldita ou bendita, corrigida, modificada, ressignificada, editada por pessoas comuns tem crescido de um modo inimaginável até há algumas décadas. Se houve um tempo em que refletir sobre a língua(gem) era (ou parecia ser) algo que ocorria principalmente na esfera da gramática ou da linguística, definitivamente esse não é o nosso tempo.

Qual é o objeto da linguística popular? A linguística popular se ocupa das práticas linguísticas e não das práticas languageiras. Paveau (2020) distingue as primeiras, que sempre envolvem uma atividade metalinguística, das segundas, que se referem meramente ao uso da língua. Enquanto a linguística científica privilegia o estudo dos usos languageiros das pessoas comuns, a linguística popular abarca as práticas linguísticas e a produção de saberes sobre a língua por não-linguistas. Esses saberes não podem ser nem refutados e nem comprovados; funcionam como crenças que incitam a determinadas ações.

Segundo Paveau (2020), as práticas linguísticas podem ser de natureza descritiva (Ex: os léxicos especializados dos grupos sociais, das tribos, etc. que circulam nas redes de comunicação); normativa (Ex: enunciados que seguem a fórmula do *apêndix probi* <dizer> vs. <não dizer>, como <gente> vs. <não jente>); intervencionista (Ex: usar o neologismo <sextar> para anunciar o fim de semana que se aproxima, criando um verbo que se encaixa no paradigma da primeira conjugação, a mais produtiva no sistema gramatical do português) e militante (Ex: dizer <homossexualidade> e <não homossexualismo>).

As práticas linguísticas populares costumam incidir mais sobre o léxico e a ortografia do que sobre outros domínios gramaticais. Aliás, nos termos da autora, “a ortografia é uma espécie de obsessão cultural nacional (francesa) e ainda uma ferramenta potente de segregação social” (PAVEAU, 2020, p. 08). Entre nós, não é diferente. O que levou Paveau (2020, p. 11) a distinguir a prática militante da prática corretiva, embora ambas se façam segundo a fórmula <dizer> vs. <não dizer>, é o alcance ético e político da primeira em relação ao alcance gramatical da segunda. No exemplo que explora, extraído de práticas militantes do movimento antirracista francês, <negro> vs. <não preto>, não se trata de realizar uma correção formal, mas sim de restaurar a dignidade negra, de se alinhar com o discurso emancipatório francês. O que está em jogo não é apenas *correção* linguística, e sim “uma ética da língua”.

Quem faz a linguística popular? Abandonando a polarização linguistas *versus* não-linguistas, Paveau (2020, p. 15-16), numa perspectiva integracionista, propõe uma tipologia dos praticantes da linguística popular, distribuída no seguinte contínuo: linguistas profissionais, cientistas não-linguistas, linguistas amadores, militantes, logófilos, revisores e redatores, escritores e ensaístas, crianças-linguistas, ludolinguistas e falantes ordinários. Tais categorias não são insuladas, elas se abrem umas sobre as outras e também são dinâmicas e historicamente modificáveis. Segundo Paveau (2018 [2008], p. 42), “Escolher o integracionismo significa ficar com o **e**, em vez do **ou**: o linguista **e** a vendedora, o escritor **e** o especialista de programa de TV, o glossomaniaco **e** o militante político”.

Não-linguistas fazem linguística? Sim, afirma peremptoriamente Paveau (2020, p. 17) e, mais, “as práticas linguísticas de linguistas *folk* devem ser integradas ao campo e ao *corpus* de linguistas profissionais”, uma vez que produzem saberes linguísticos; enriquecem e modificam a língua como fazem as crianças em fase de aquisição de linguagem e, principalmente, produzem usos emancipatórios da língua comprometidos com a autonomia e a dignidade humana de negros, mulheres, LGBTQIA+, refugiados, dentre outros grupos sociais vítimas de discriminação, preconceito e violência do estado, etc. Retomando a afirmação célebre de William Labov de que “a sociolinguística é a linguística”, Paveau (2020, p. 17) diz que “a linguística popular é a linguística, se se toma a decisão de integrar ao trabalho desta disciplina a fala dos sujeitos sobre seus enunciados”. Ademais, admitida a vocação emancipatória da linguística popular, torna-se inegável a sua importância no escopo da linguística e, sobremaneira, no escopo da análise de discurso que já integra a dimensão política.

Certamente essas questões aqui resumidas, dentre outras não lembradas, foram discutidas pela turma de alunos que se reuniu com o professor Roberto Leiser Baronas, um entusiasta da linguística popular, para uma entrada nesse novo canteiro de investigação que se abre em algumas universidades brasileiras. O curso foi coroado não com uma avaliação habitual destinada a algum arquivo morto, mas sim com os alunos refletindo sobre práticas linguísticas variadas que não existiriam não fosse a mídia digital que viabiliza a produção e a circulação de conteúdos sonoros, imagéticos e escritos através da *web*. O objetivo da avaliação não era realizar um simples “trabalhinho” de final de curso, mas sim entrar no canteiro de investigação da linguística popular, pinçar um tema para estudo e ensaiar-se autor de um artigo que faria parte de uma coletânea. É preciso destacar também que este tipo de trabalho que reúne, em um mesmo espaço editorial, jovens e experientes pesquisadores/as é um acontecimento discursivo lapidar, que, por um lado, se fundamenta na epistemologia da justiça cognitiva e, por outro, a tira das prateleiras acadêmicas.

Além disso, este livro propõe uma inovação em termos de cena genérica, talvez, verdadeiramente inaugural, comparável na Biologia, a um pássaro ainda não catalogado. Em

meus mais de cinquenta anos de pesquisadora da linguagem, nunca ouvi falar ou li alguém discorrer sobre este conceito. Trata-se do mezanino textual. Metáfora muito pertinente, proposta pelos/as organizadores/as para descrever o (para)texto de Marie-Anne Paveau, que inaugura a coletânea, ratificando e, sobretudo, legitimando a discussão proposta no livro. Eis os autores e seus casos de não-linguistas produzindo saberes *folk linguistics*:

- MARIE-ANNE PAVEAU, em seu ensaio, fala de Martha Hillers, uma jornalista alemã que descreveu, com rara perfeição, o final da Segunda Guerra Mundial em Berlim. Paveau, a partir do livro “Uma mulher em Berlim”, destaca para além das qualidades literárias da autora a sua sagacidade em descrever e interpretar fenômenos linguísticos e discursivos, sem que tenha tido nenhum tipo de formação especializada para tal. Para a pesquisadora francesa, Hillers pode ser compreendida também como uma linguista popular.
- ALINE SALLES PANHAN escolheu estudar o trabalho coletivo de cientistas não-linguistas (sociólogos, antropólogos, médicos, profissionais da Saúde Coletiva, advogados, assistentes sociais, educadores, psicólogos, economistas, administradores e filósofos) que culminou com a produção do *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*, fruto do diálogo interdisciplinar entre aqueles que buscam formular políticas públicas e melhor atender mulheres e meninas vítimas de violência.
- BRENDA NATHALIE DA SILVA escolheu estudar o filme “A chegada”, atenta ao processo de apropriação da hipótese do relativismo linguístico, proposta por Benjamin Lee Whorf e Edward Sapir, por não-linguistas – o cineasta Denis Villeneuve e o autor do conto que serviu de argumento para o filme, Ted Chiang. Como cineastas, escritores, ensaístas e outros loucos da língua leem o que vem da linguística acadêmica?
- BRUNA PASSANEZI BUDOIA escolheu estudar os saberes que os locutores profanos produzem acerca do estereótipo da beleza, contemporaneamente cristalizado como “padrão da magreza”, um estereótipo que afeta muito mais as mulheres do que os homens e desencadeia inúmeros distúrbios psicológicos e alimentares. Contudo, esses estereótipos vêm sendo solapados pelo movimento *body positivity*, impulsionado pelo ativismo feminista e pelas redes sociais.
- DANIELE DOS SANTOS DE SOUZA escolheu estudar o ambiente colaborativo virtual *English Experts*, em que o linguista participa, mas não como o “dono da bola”, sendo uma voz dentre as demais dos colaboradores não-linguistas (falantes comuns, amantes da língua, redatores, escritores ou revisores, professores leigos, etc.). A autora vê esse ambiente como um espaço fecundo para pesquisa de linguistas profissionais que se interessem pela linguística popular, tanto como um espaço de aprendizagem da língua inglesa, em que práticas linguísticas *folk* acontecem enquanto participantes do ambiente produzem práticas languageiras.

- JUBILEIA MENDES DE MATOS COELHO escolheu estudar verbetes do Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos, um dicionário bilíngue (trilíngue), cujo uso em sala de aula por uma professora patenteou a necessidade de uma abordagem transdisciplinar que envolva a linguística aplicada, a linguística popular e a lexicologia, uma vez que se trata de uma prática linguística hibridizada bimodal: oral-auditiva e visual-espacial.
- MARCOS FELIPE ROCHA escolheu estudar alguns verbetes propostos pelo publicitário Luiz Roberto Guedes no glossário “A nova língua da direita brasileira” que é ironicamente apresentado como uma coleção de simulacros de semas da grade semântica de seus opositores. Glossários especializados de grupos, movimentos sociais ou guetos ideológicos são muito frequentes entre as práticas linguísticas populares e abordá-los a partir de uma articulação entre a linguística popular e a análise de discurso de linha francesa é uma via de investigação fecunda.
- MÁRCIO CÉSAR CARDOSO escolheu estudar enunciados sobre a língua nacional em circulação na mídia que, apesar de produzidos com um lapso temporal de 15 anos (2005 e 2015) e a propósito de fatos diversos, reiteram a ideologia purista no tocante ao modo de significar a alteridade linguística. Excogita a possibilidade de ressignificar essa espécie de condenação ao purismo, mediante uma leitura lastreada na linguística popular.
- ROBERTO LEISER BARONAS escolheu estudar um paratexto, mais e melhor dizendo, o prefácio incorporado à edição comemorativa do centenário da obra *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral. Fazendo convergir lições da linguística popular e da análise de discurso francesa, o autor ensaia uma leitura que ressignifica o lugar de Amadeu Amaral para além da dialetologia, lugar em que é encaixado por aqueles que falam como linguistas profissionais e escrevem a história da linguística científica no Brasil.
- ROBERTSON FELIX MAIA DIAS escolheu estudar a obra “A viola caipira como estandarte”, de Sidney de Oliveira, na perspectiva da linguística popular. Como expressão estética telúrica do homem simples do campo, a cultura da viola caipira não é unidimensional, apresentando variantes regionais que se refletem no dialeto caipira que também não é homogêneo e uniforme em todo o território brasileiro.
- TEREZINHA FERREIRA DE ALMEIDA escolheu estudar a repercussão de uma notícia nas redes sociais. Originalmente publicada no *site* G1, em 30 de setembro de 2019, como “Menina de 12 anos atira em garimpeiro que tentava entrar no sítio da família para tomar banho em MT, diz polícia”, a matéria foi alvo de muitos comentários negativos e até reedições por parte de usuários de aplicativos de conversa espontânea que realizam intervenções de escrita, alterando aspectos semânticos e discursivos, de modo a construir outra versão do ocorrido, criminalizando o garimpeiro e fazendo da adolescente uma vítima.

Um curso em que os alunos e o professor se reuniram para estudar a linguística popular não poderia funcionar segundo o modelo da educação bancária com o aluno funcionando como uma tábula rasa e o professor como o sabe-tudo. Nesse modelo, quem detém o capital cultural é o professor que o deposita na cabeça dos alunos por meio de uma comunicação unilateral e assimétrica. Aprender é ser capaz de devolver o que o professor ensinou. Não foi esse o caminho escolhido para nortear o curso. Escolheram o caminho da educação libertadora, problematizadora, em que educandos e educador estabelecem uma relação dialógica, horizontal, em que todos se educam em conjunto. Lembrando Paulo Freire (1981, p. 79), diríamos que “Ninguém educa a ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Para a educação libertadora, aprender significa conhecer a realidade. Sendo a educação um ato essencialmente político, para ser emancipadora e não alienante, deve tornar as pessoas capazes de tirar a cabeça para fora da água em que estão afogadas para pensar por si próprias. É isso que faz o professor com seus alunos – ousam tirar a cabeça para fora do mundo midiático e digital em que estão submersos. E o resultado é o que vemos aqui: alunos e professor, em diálogo profícuo e construtivo, escrevendo juntos a obra *Estudos em Linguística Popular/Folk Linguistics no Mato Grosso: primeiras aproximações*.

Referências

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

PAVEAU, M.-A. Nouvelles propositions sur la linguistique populaire. Métadiscours militants et enfants-linguistes, 2020. In: BARONAS, R. L.; COX, M. I. P. *Linguística popular/Folk linguistics: práticas, proposições e polêmicas – homenagem a Amadeu Amaral*. Campinas: Pontes, 2020.

PAVEAU, M.-A. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som [Online]*, v. 3. n. 2, p. 21-45, 2018 [2008].

Mezanino textual²

² O conceito de mezanino textual foi pensado pelos/as organizadores/as, a partir da arquitetura, para dar conta de um (para)texto, que fica entre o prefácio/apresentação e o primeiro capítulo, da mesma forma que em uma edificação, o mezanino fica entre o térreo e o primeiro andar. Todavia, diferentemente de outros paratextos, que visam construir determinadas imagens de autor, a partir de diferentes processos enunciativos, o mezanino, com base em discussões de dados lapidares, visa ratificar e, especialmente, legitimar a pertinência e a relevância do sujeito em discussão, em diversos objetos editoriais, sem necessariamente ter sido pensado *a priori* para tal.

Uma mulher em Berlim: testemunha e linguista popular, Martha Hillers³

Marie-Anne Paveau

³ Este texto foi publicado originalmente em francês no *blog* da autora <https://penseedudiscours.hypotheses.org/> em 17/05/2011, depois atualizado em 15/11/2020. Está disponível em <https://penseedudiscours.hypotheses.org/4916> e traduzido por um dos organizadores do livro, Roberto Leiser Baronas.

Une femme à Berlin

Journal

20 avril - 22 juin 1945



Pobres palavras [metonimicamente, talvez], não são suficientes (p. 245).

Acabo de ler *Une femme à Berlin*⁴, célebre testemunho de uma extraordinária observadora de todo o final da Segunda Grande Guerra Mundial, entre abril e junho de 1945. Descobri o olho penetrante, vertical, rigoroso e benevolente da autora, a jornalista Marta Hillers.

Há algo que merece ser destacado nesse livro: as discussões sobre linguística profana, isto é, as análises de fenômenos linguísticos e discursivos, que não são oriundos de uma reflexão “especializada”, mas de um “bom senso comum” (justíssima expressão proposta pelo semanticista Björn Larsson) e que percorre toda a obra da autora. A linguística profana (ou

⁴ NT: A jovem berlinense que escreveu este diário, de 20 de abril – os soviéticos estavam às portas – até 22 de junho de 1945, quis permanecer anônima quando o livro foi publicado pela primeira vez em 1954, e posteriormente. Ao ler seu testemunho, compreende-se bem as suas razões. Em um tom de objetividade quase fria, ou sarcasmo, sempre preciso, às vezes pungente, às vezes cômico, é o cotidiano de um edifício quase em ruínas, habitado por mulheres de todas as idades, homens que se escondem: vida miserável, com medo, frio, sujeira e fome, escandalizada pelos bombardeios no início, depois sob uma ocupação brutal. Depois, há as violações, a vergonha, a banalização do horror. O valor desta terrível história reside em sua veracidade não envernizada e na lucidez de sua visão de uma Berlim tetanizada pela derrota. E a caneta do autor anônimo torna admiravelmente a mistura de dignidade, cinismo e humor que sem dúvida lhe permitiu sobreviver. Resumo traduzido a partir do endereço https://www.decitre.fr/ebooks/une-femme-a-berlin-9782072589119_9782072589119_1.html

popular), muito desenvolvida nos Estados Unidos após os anos sessenta do século passado, sob o nome de *Folk Linguistics* e na Alemanha sob o nome de *Laienlinguistik* (literalmente: a linguística dos amadores) suscita, no entanto, menos interesse na França, que a atribui pouco crédito, por razões complexas, sobre as quais já refleti anteriormente⁵, entendendo esses trabalhos a partir de uma concepção de cientificidade ainda muito impregnada do dualismo e do idealismo, ou mesmo o cientificismo valorizado na França, que é o do discurso normativo e do *purismo*. De minha parte, penso que a linguística popular deve ser verdadeiramente levada em conta pela linguística e que os saberes profanos que os linguistas populares produzem devem ser objeto de observação pela ciência, dita especializada. De fato, é possível mostrar que os saberes linguísticos profanos são geralmente exatos e que os saberes especializados são construídos sobre os saberes profanos dos linguistas (essa é uma das teses defendidas por Nancy A. Niedzielski e Dennis Preston na sua obra já clássica *Folk Linguistics*).

A nossa jovem berlinense, cuja ocupação principal era literalmente sobreviver na fome, se proteger das bombas e violações de toda a natureza, problemas esses completamente inexistentes em tempos de paz, possui uma capacidade de ouvir os discursos com uma acuidade e uma precisão que me impressionam. Aqui estão alguns fragmentos dessa aguçadíssima escuta, acompanhados por uma curta descrição da questão linguística abordada.

A tecnologia discursiva. A redatora revela a fragilidade dos dispositivos técnicos de circulação dos discursos em tempos de guerra em comparação à confiança das ferramentas tradicionais, que ela acredita melhor resistirem às destruições materiais. *Nos muros, antigas inscrições a giz, meio apagadas, supostamente para guiar as tropas para algum ponto de encontro. Na parte menos aparente do tronco das árvores, foram fixados com pregos dois cartazes. Pequenos pedaços de cartão com mensagens cuidadosamente escritas à mão em azul e em vermelho, com os nomes 'Hitler' e 'Goebbels' no fundo. O primeiro sinal avisa contra a rendição ou o perigo de ser enforcado ou executado. O outro, intitulada 'Informação aos berlinenses', adverte contra os estrangeiros recalcitrantes e convida todos os homens a lutar. Os sinais não chamam realmente a atenção. Os rabiscos escritos à mão não são considerados sérios, passando totalmente despercebidos, como palavras sussurradas. Sim, a tecnologia tem nos minado. Não ser informado pela imprensa ou pelos alto-falantes nos parece lamentável. É digno de credibilidade um conselho escrito à mão por um indivíduo qualquer? É a tecnologia que tem minado o impacto da fala ou da escrita. As pequenas vozes estridentes, os sinais pintados, as noventa e cinco teses na porta de uma igreja em Wittenberg, no passado, porém, tudo isso conseguiu desencadear insurreições populares. Atualmente, queremos que tudo seja grande, impactante, que seja ecoado, que seja multiplicado por dispositivos que aumentem a potência*

5 NT. As discussões às quais a autora se refere podem ser encontradas no livro *Linguística folk: uma introdução*, que pode ser acessado livremente no site da Editora Letraria de Araraquara <https://www.letraria.net/linguistica-folk-uma-introducao/>.

e acentuem o efeito. Uma mulher, que estava à volta do cartaz e o observava, resumiu-o numa frase: “Quando se vê isso, pensa-se que os nossos homens desceram muito baixo” (p. 43-44).

Os estereótipos de língua. Algumas expressões metafóricas no seu escopo, entendidas como “maneiras de falar”, subitamente tornam-se referenciais, isto é, elas dizem a realidade com um efeito de correspondência direto entre as palavras e as coisas, como é o caso do item (a). Ou o sentido das fórmulas se inverte, pois o contexto é inverso, como é o caso de (b).

a) *O eco do tiroteio reverbera através dos pátios. Pela primeira vez, a expressão “o rugido das armas” faz sentido, até agora eu a coloquei no mesmo nível que “força colossal” ou de “coragem heroica”. A imagem é verdadeiramente boa* (p. 42).

b) *Lá fora, a guerra permanece. Atualmente, nossa nova oração da manhã e da noite é: “Devemos tudo ao Führer”. Uma frase que nos anos de paz expressou louvor e gratidão em sinais pintados ou em discursos. Agora, embora a redação tenha permanecido a mesma, o significado é inverso, traindo apenas o desprezo e o escárnio* (p. 139).

As conversações. A autora descreve a maneira como ela, com má vontade e sem malícia, derrota a conversação como troca social, isto é, como sucessão de turnos de fala, a voz de um apoia-se na voz de outro. Nessa conversação comum de uma mulher suíça, ela não pode literalmente, por razões tanto históricas quanto psíquicas, dar continuação ao que sua interlocutora havia dito. A projeção do futuro e as expressões do desejo, permitidas pelo discurso, são bloqueadas pelo sofrimento coletivo dos berlinenses. A análise linguística involuntária desaparece sob uma apresentação filosófica.

Não pude deixar de pensar intensamente em uma conversa que tive com uma suíça muito inteligente, durante a qual, em relação a todos os planos de melhoria do mundo, agarrei-me a esta frase: “A soma das lágrimas permanece constante”. Sejam quais forem as fórmulas ou bandeiras a que as pessoas se unam, sejam quais forem os deuses em que acreditam ou seu poder de compra: a soma de lágrimas, sofrimento e angústia é o preço que todos devem pagar por sua existência, permanecendo constantes. As pessoas mimadas chafurdam em neurose e saciedade. Aqueles que foram infligidos pelo destino com um excesso de sofrimento, como nós hoje, só conseguem lidar com eles mesmos através de blindagem. Caso contrário, eu choraria dia e noite. Mas eu o faço tão pouco quanto os outros. Existe uma lei que rege tudo isso. Somente aqueles que acreditam na invariância da soma terrestre de lágrimas estão aptos para o serviço, não têm aptidão para mudar o mundo e nenhuma inclinação para a ação violenta (p. 265-266).



As formas de tratamento. Sábado, 09 de junho de 1945, a escritora vai ao cabeleireiro e faz umas das análises mais comoventes sobre os fatos linguísticos. A forma de tratamento empregada pelo cabeleireiro « m'dame », parece restaurar sua humanidade e dignidade como pessoa.

O cabeleireiro se dirigiu a mim como se estivéssemos em tempo de paz: “Sim, claro, senhora, certamente, de bom grado, senhora...”. Eu me senti uma pessoa diferente, com todas essas fórmulas ávidas. As “m’dames” são uma espécie de moeda interna, uma moeda que só é usada aqui, entre nós. Aos olhos do mundo, nós somos as Trümmerweiber, as filhas das ruínas, dos escombros e da sujeira.

Referências

ANONYME, 2006, *Une femme à Berlin*, Journal (20 avril-22 juin 1945), coll. « Témoins », Gallimard puis Folio. Présentation de Hans Magnus Enzensberger, traduction de Françoise Wuilmart.

Créditos

1. Capa da obra
2. « Graffiti Berlin red army », Weltrevolution, 2010, galerie de l'auteur sur Flickr, CC.

Notas sobre o universo da violência contra a mulher em uma perspectiva da linguística popular e os estudos do discurso

Aline Salles Panhan

Introdução

O *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência* é destinado a profissionais e gestores que trabalham no atendimento de mulheres vítimas de violência e também a pesquisadores e pessoas que queiram saber sobre essa temática. Ele é resultado de um trabalho coletivo de 102 autores e contém 187 verbetes, tendo contribuição das mais diversas áreas: Sociologia, Antropologia, Medicina Preventiva, Saúde Coletiva, Direito, Serviço Social, Educação, Psicologia, Economia, Administração e Filosofia. É um trabalho interdisciplinar com o intuito de afirmar a importância de todas as áreas e o diálogo entre elas para formular políticas públicas e um melhor atendimento de mulheres e meninas vítimas de violência.

Dessa forma, os autores do dicionário tomam como ponto principal o fato de que, na sociedade em que vivemos, os homens têm um estatuto de superioridade e as mulheres estão em situação de inferioridade, asseverando que a violência contra as mulheres é um problema social. De acordo com o Mapa da violência contra a mulher 2018, a violência contra o grupo feminino existe em diversas formas, atingindo diferentes classes sociais, raça, cor, religião e grupos econômicos. Há vários tipos de violência doméstica: psicológica, física, sexual, patrimonial e moral.

O ano de 2018 foi marcado pelo assassinato de Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, fato que teve uma grande repercussão. Vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi morta no dia 14 de março. Seu nome tornou-se símbolo da luta contra a violência feminina, mostrando que tal situação não pode ser considerada como algo natural. Nessa vertente, durante anos as mulheres tiveram que lutar para conquistar seus direitos; por exemplo, na década de 1950, as organizações femininas lançaram a campanha para conseguir mudar o Estatuto da Mulher Casada. Segundo o Código Civil de 1916, que ainda estava em vigor no Brasil, a mulher casada era considerada incapaz em muitos aspectos, pois não podia exercer sua cidadania, abrir uma conta bancária, estabelecer atividades comerciais e viajar sem a autorização do tutor, no caso, o marido (CAMPOS; CORRÊA, 2012). Dessa forma, as mulheres lutaram e ainda lutam por igualdade de gênero.

De acordo com Campos e Corrêa (2012), a desigualdade de gênero é resultado de uma construção social e cultural secular. Nesse sentido, em um sistema de sujeição, dominação e poder tornam-se naturais, pois a desigualdade foi construída socialmente. Assim, a violência é naturalizada, “incorporando-se no cotidiano e nas relações intrafamiliares, proporcionando a complacência e a impunidade.” (CAMPOS; CORRÊA, 2012, p. 113).

Linguística popular

A *Folk Linguistics* é uma nova forma de fazer pesquisa. Conforme Paveau (2008), há poucos trabalhos da Linguística popular na França. No Brasil, a situação não é diferente. A autora discute sobre a Linguística refutar pesquisas de não linguistas e assevera que o saber linguístico popular/profano é prático e útil, ajudando o locutor conforme sua convicção a transformar e solucionar problemas sociais.

De acordo com Baronas (2019), se pesquisarmos na internet sobre não linguistas discutindo língua encontraremos vastas propostas. Discussões não só de natureza prescritiva, mas em vários aspectos e modos, são produzidas pelos autores profanos com mais frequência do que possamos imaginar. Nesse sentido, os linguistas excluem totalmente esses trabalhos e acreditam que não têm fundamentação teórica, descartando a sua importância e até mesmo incorporando resultados que podem ser pertinentes à pesquisa linguística.

Conforme Paveau (2008), temos três práticas da linguística *folk*: descritiva, prescritiva e intervencionista. A primeira é o modo como descrevemos a língua; a segunda é normativa, isto é, prescrição dos usos linguísticos; a última configura-se na intervenção nos usos da linguagem. A autora foge do binarismo linguistas *versus* não-linguistas e propõe uma classificação dos autores da linguística popular. Dessa forma, por ordem de um saber linguístico especializado, que vai do linguista ao falante comum, de acordo com Paveau (2008), elencamos tais autores: linguistas profissionais; cientistas não linguistas; linguistas amadores; logófilos, glossomaníacos e outros “loucos por língua”; preparadores, revisores e redatores; escritores e ensaístas; ludolinguistas; falantes engajados e falantes comuns. Conclui-se, portanto, que autor profano é aquele que não é linguista, porém produz saber linguístico.

Podemos nos indagar: “qual é a validade das teorias *folk* para os estudos linguísticos?”. Para Paveau (2008), há três possibilidades: a posição eliminativa, uma posição intermediária e a posição integracionista. A primeira acredita que as teorias *folk* devem ser totalmente “eliminadas” do campo científico, ou seja, são saberes que não acarretam benefícios, pois se baseiam em dados perceptivos, de juízo de valor e intuitivos. A segunda é chamada pelo filósofo Daniel Dennet (1990 [1987], 2002 [1991]) de “realismo suave”. Essa é uma posição intermediária, uma vez que se acredita na importância dos dados da linguística popular, no entanto, ela não pode ser a base para uma teoria da linguagem. A última tem uma posição de integração; dito de outro modo, irá insistir sobre os saberes de não linguistas como legítimos e reconhecidos como tal, possibilitando a sua incorporação nas pesquisas e análises dos pesquisadores.

Nesse sentido, o *Dicionário Feminino da Infâmia* entra no rol da *Folk Linguistic*, pois, embora seja elaborado por profissionais de diversos campos do conhecimento, não é por linguistas. Os dicionários tradicionais têm por objetivo catalogar as palavras de uma língua e, normalmente,

apresentam as definições, classe gramatical, separação silábica, entre outros dados. No entanto, esse dicionário tem sua peculiaridade, pois procura explicar as nomenclaturas que passaram a existir na sociedade com a luta das mulheres por igualdade.

Dicionário Feminino da Infâmia e o funcionamento da Interlíngua

Maingueneau, desde a *Gênese dos Discursos* (1984), postula a noção de interlíngua no campo literário. O autor assevera que o escritor de uma obra não a situa em um gênero mais do que em uma língua. Não existe, assim, uma língua neutra que permite gerar conteúdos, no entanto, o modo como a obra utiliza-se da língua faz parte do seu sentido (MAINGUENAU, 2001).

Nessa perspectiva, o autor “não é confrontado com a língua, mas com uma interação de línguas e de usos, com aquilo que se poderia chamar de interlíngua” (MAINGUENEAU, 2001, p. 104). De acordo com Salgado (2007), o que é considerado *default*, isto é, o idioma oficial, não está à disposição dos sujeitos que utilizam a língua, no entanto, considerando as cenas enunciativas, os usuários podem desdobrar a língua por meio do posicionamento na interlíngua. A língua não é algo exterior e/ou posterior do dizer, ela é constitutiva dos dizeres.

Conforme a posição e a função em seu campo, o escritor negocia por meio da interlíngua um *código linguageiro* próprio. A noção de código é associada às regras, aos signos e ao conjunto de prescrições. Em outras palavras, é a maneira específica pela qual o sujeito-autor desdobra a língua. Assim, “trata-se de pensar que todo texto tem um código linguageiro próprio.” (SALGADO; BOSCHI, 2016, p. 97).

Dessa forma, o escritor tem um jeito particular de diálogo e o que ele profere é produzido em uma determinada conjuntura histórica e social em diferentes variedades de uma língua ou entre outras línguas, passadas ou contemporâneas. Ao retomar expressões voltadas para a questão da violência contra o gênero feminino, o dicionário ativa uma memória discursiva de luta por direitos iguais, mas também marca a sua posição ideológica, evidenciando a necessidade de explicar esses verbetes para dar conta de compreender esses novos fenômenos na língua. Em virtude disso, expressões como ciclo da violência, violência doméstica, exame de corpo de delito, violência autoinfligida em mulheres, violência de gênero, políticas públicas de prevenção da violência, entre outros, são exemplos de que esses verbetes passam a existir no campo do combate à violência, preconceito e estereótipo presentes no grupo feminino.

Diante de tal premissa, o *Dicionário Feminino da Infâmia* evidencia que não há apenas um modo de uso ou usos da língua, porém posicionamentos dos locutores em relação aos usos

linguísticos. Dito de outro modo, o que se compreende por língua, *default*, idioma oficial, não são só códigos legitimados e à disposição dos locutores, que podem se desdobrar em distintos modos conforme a sua criatividade, necessidade e habilidades comunicativas. O título do dicionário é peculiar, uma vez que, contendo a palavra *infâmia*, é um indício do posicionamento discursivo de todos os colaboradores e da organização, além de mostrar que é um dicionário diferente dos outros. Isto é, por meio do processo discursivo, a obra citada busca entrar no campo dos dicionários que são legitimados para dizer questões relacionadas à língua, além de ser um instrumento adotado pela sociedade como primordial. Em suma, ele entra para o rol dos dicionários, descreve linguisticamente, por meio de verbetes e nomenclaturas, a violência contra a mulher, mas também se posiciona sobre a desigualdade estrutural de poder na base das diferenças sociais entre homens e mulheres.

Dessa forma, esse *Dicionário* mostra que os verbetes e nomenclaturas precisam ser explicados e, diferentemente dos outros dicionários, faz uma contextualização, interpretação das mais diversas áreas de conhecimento e evidencia seu posicionamento, ou melhor, o posicionamento de seus autores, e particularidades desse campo de luta por igualdade de gênero. Não se trata somente de um dicionário de termos, tampouco de um glossário de conceitos de uma área específica, mas da construção de um lugar, de um posicionamento dos/as autores/as frente à violência contra a mulher. Com efeito, o verbete *aborto* não só explica o que é, mas expõe como é tratado pelo campo da saúde pública, da medicina, do Direito Penal, do posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), como é visto pela sociedade e pelos movimentos feministas a favor de sua prática, aborda o aborto clandestino e também se posiciona, uma vez que afirma ser um fenômeno sociocultural complexo e um problema de injustiça social, por expressar desigualdade sociais e raciais e tendo em vista que mulheres pobres, negras e jovens sofrem muito mais no contexto da ilegalidade e clandestinidade. Seus autores asseveram ainda que o conteúdo não é apenas sobre mulheres que sofrem riscos com o aborto inseguro, mas também enfrentam as consequências legais por tal prática, revelando que os profissionais da saúde têm preconceito e estereótipos em relação a mulheres que chegam a instituições de saúde para atendimento.

A título de exemplo, pode-se citar o verbete *violência doméstica*. Esta é vista por muitos estudiosos como violência familiar, já o *Dicionário da Infâmia* refere-se como o nicho onde acontecem as violências contra as mulheres, asseverando ser a violência doméstica o primeiro tipo de violência com a qual se tem contato, pois acontece no interior da casa e se define pelas condutas e omissões de natureza criminal, causando sofrimentos psicológicos, físicos, econômicos ou sexuais, seja diretamente ou indiretamente, por pessoas que habitem no mesmo espaço doméstico, tendo laços sanguíneos ou afetivos. Assim, na violência doméstica está implícita a relação de poder existente entre agressor e vítima. O referido *Dicionário* afirma

que a violência doméstica é a mais antiga das violências contra a mulher, uma vez que é no ambiente doméstico que as mulheres sofrem diversos tipos de violência, “cujas marcas não cicatrizam e permanecem ocultas sob profundo silêncio.” (FLERURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 379). E, ainda, com base nas autoras (FLERURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015 *apud* RUSCHE, 2002), o *Dicionário Feminino da Infâmia* postula que quanto mais frágil, desprotegida e desprovida de recursos financeiros é a mulher, mais se sente dependente do companheiro e considera o lar como um lugar seguro. Percebemos a todo o momento o posicionamento dos autores a respeito da violência sofrida por mulheres em âmbito doméstico. Existe um imaginário de que quem sofre a violência são mulheres de classe baixa, pois a ideia de mulheres com dependência financeira, frágeis e desprotegidas reforça o estereótipo que violência doméstica é coisa de pobre. É lógico que algumas classes sofrem mais que as outras, mas não podemos estereotipar as mulheres vítimas dessa violência, tendo em vista que acontece em todas as classes sociais.

Nessa vertente, o *Dicionário Feminino da Infâmia* mostra que não possui um caráter unívoco, neutro e objetivo como os dicionários tradicionais, mas evidencia que não é apenas uma descrição da língua, pois busca os mais diversos significados em diferentes áreas e não silencia os sentidos outros. Em outras palavras, temos um dicionário com posicionamento ideológico.

Considerações finais

O *Dicionário Aurélio* é um dicionário tradicional que possui ordem alfabética, verbetes, abonações, locuções e exemplos. Esse dicionário procura a exatidão dos significados de cada palavra e locução e procura mostrar como são usadas em diferentes situações. O dicionário tradicional procura ser objetivo e sem posicionamento. Um outro dicionário que podemos observar é o *Dicionário de Análise do Discurso*, de Charaudeau e Maingueneau (2006), que se apresenta como um instrumento de trabalho para as pessoas que estudam a Análise do Discurso. É um dicionário que expressa as pesquisas de um campo apreendido em sua diversidade, e não a doutrina de seus autores, como é o caso de outros dicionários; os autores propõem que a obra não seja monolítica e que reflita as diversidades existentes no campo de pesquisa. Ele também possui ordem alfabética, verbetes e nomenclaturas da área destinada. Trouxemos esses dois dicionários para entendermos que o *Dicionário da Infâmia* tem algumas características comuns como ordem alfabética, verbetes e nomenclaturas de uma língua. Entretanto, diverge desses outros dois, pois o modo como a língua é nele mobilizada demarca uma maneira específica de colocá-la em uso, em funcionamento, a partir de um determinado posicionamento.

Neste estudo, compreendemos que a *Folk Linguistics* é um campo a ser mais explorado no Brasil, já que nos faz refletir sobre a necessidade de não descartar os estudos de não linguistas,

mas incorporar esses trabalhos nas pesquisas linguísticas. Nesse sentido, Marie-Anne Paveau (2008) postula que o saber linguístico popular/profano seja prático e útil para ajudar o locutor, conforme sua convicção, a transformar e solucionar os problemas sociais.

Referências

- BARONAS, R. L.; CONTI, T. B. Notas sobre a possibilidade de um trabalho no *carrefour* epistemológico entre a linguística popular e os estudos do discurso. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 4285-4294, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4285>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- CAMPOS, A. H.; CORRÊA, L. R. *Direitos Humanos das Mulheres*. Curitiba: Juruá, 2012.
- DENNETT, D. C. *La stratégie de l'interprète. Le sens commun et l'univers quotidien*. Tradução P. Engel. Paris: Gallimard, 1990 [1987].
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2009.
- FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, S. N. *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- MAINGUENEAU, D.; CHARAUDEAU, P. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005 [1984].
- MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PAVEAU, M-A.; ROSIER, L. *La langue française. Passions et polemique*. Paris: Vuibert, 2008.
- SALGADO, L. S. *Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de Textualização*. Campinas: [s.n.], 2007.
- SALGADO, L. S.; BOSCHI, H. Língua, cultura e imaginários: singular e plural em conflito nos materiais didáticos de português para estrangeiros. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, p. 93-111, jan./abr. 2016.

A chegada: entre a linguística e os saberes folk

Brenda Nathalie da Silva

Introdução

No ano de 1998, o escritor de ficção científica Ted Chiang lança seu conto intitulado “História da Sua Vida”, que narra a trajetória da Dra. em Linguística Louise Banks em sua tentativa de estabelecer uma comunicação com seres alienígenas que pousaram na terra. O autor se utiliza da Hipótese de Sapir-Whorf para demonstrar, na narrativa, como nossa linguagem determina não só a maneira como pensamos, mas também a maneira com a qual entendemos o tempo.

Em 2016, o diretor franco-canadense Denis Villeneuve lança sua adaptação da obra de Chiang, chamando-a de *A Chegada (Arrival)*, estrelada por Amy Adams e Jeremy Renner. A obra cinematográfica permitiu não somente o debate, mas também acesso ao conto que lhe deu origem. Tais debates geraram resenhas e análises, e em alguma medida, a grande maioria mencionava a hipótese linguística que move a história, e a linguagem de maneira geral. No entanto, tais análises não foram feitas por linguistas, tal qual a personagem principal da obra, e sim por críticos da sétima arte.

O ato de pessoas não linguistas, ou “locutoras profanas”, falarem sobre língua ou linguística, está dentro do que a francesa Marie-Anne Paveau (2008) intitula de *folk linguistics*, ou linguística popular.

Apoiando-se nos postulados de Paveau (2008) sobre os saberes linguísticos populares, bem como em resenhas sobre o filme *A Chegada* (2016), publicadas em *sites* diversos que abordam de forma direta a ciência linguística, esse artigo possui enquanto objetivo analisar a maneira como esses conhecimentos linguísticos são produzidos por não-linguistas ao abordarem as questões postas na obra de Villeneuve, especificamente.

A linguagem em *A Chegada*

Eu costumava pensar que este era o início da sua história. A memória é uma coisa estranha. Não funciona como eu pensava. Estamos tão ligados pelo tempo. Pela sua ordem... Mas agora não estou tão certo de acreditar em começos e fins. Há dias que definem a sua história para além da sua vida. Como o dia em que chegaram. (ARRIVAL, 2016, p. 01)⁶.

Na obra de Denis Villeneuve, bem como no conto que a origina, o mundo vê a chegada de doze naves alienígenas que pousaram em doze pontos diferentes do mundo. Por não entenderem a linguagem desses seres, futuramente chamados de *heptapods*, devido aos seus sete membros, a força militar norte-americana entra em contato com a Dra. em linguística Louise Banks.

⁶ No original em inglês: “I used to think this was the beginning of your story. Memory is a strange thing. It does not work like I thought it did. We are so bound by time. By its order... But now I'm not so sure I believe in beginnings and endings. There are days that define your story beyond your life. Like the day they arrived.”.

Louise, interpretada por Amy Adams, se une ao físico Ian Donnelly (Jeremy Renner) para tentarem algum contato com a nave que pousou em uma área do estado de Montana. A princípio, o vemos cético no que tange ao poder da linguagem enquanto uma possível arma em um conflito, ou algo que poderia unir os povos.

No decorrer da trama descobrimos que os *heptapods* não possuem uma linguagem linear, sendo a sua forma escrita constituída por símbolos circulares que em um primeiro momento não parecem possuir grandes diferenças entre si. Em um certo ponto, Louise comenta sobre a Hipótese de Sapir-Whorf, ou Relatividade Linguística, que postula que poderia existir uma relação entre nossa linguagem e a maneira com que percebemos o mundo.

Partindo dessa hipótese Linguística, o filme demonstra como os seres alienígenas não entendem o tempo da mesma maneira que os seres humanos, justamente por possuírem uma língua considerada não linear, onde passado, presente e futuro se misturam. Não somente, mas não há uma correspondência entre sua língua escrita e a falada. Louise, ao aprender a língua dos *heptapods*, passa a ver o tempo tal qual os seres desconhecidos, e começa a ter visões de coisas que, futuramente, iremos descobrir por se tratarem do futuro que terá com sua filha, Hannah.

Ted Chiang, ou Villeneuve, não possuem formação na área de Linguística ou qualquer uma que envolva o estudo de línguas, mas ambos produziram obras que tratam sobre o assunto de maneira explícita. Além disso, não é comum vermos uma obra de ficção científica ter enquanto protagonista uma doutora em Linguística, e sim físicos ou matemáticos.

Ao darem vida a tais obras, os debates que vieram em seguida ao tratarem de ambas, também foram permeados pela ciência linguística, contudo, novamente não foram feitos por pessoas com formação para tal.

Na resenha postada no *site* da revista *Época*, intitulada “O filme *A chegada* mostra como a linguagem influencia nossos pensamentos”, é dito sobre como o filme se utiliza do aprendizado de um idioma extraterrestre para provar que as palavras podem determinar e alterar nossa visão do mundo. A princípio, os autores fazem uma contextualização sobre os cientistas Benjamin Lee Whorf e Edward Sapir, e a hipótese proposta por ambos. Em seguida, mencionam que cientistas tentaram provar essa teoria por várias experiências ao longo das décadas, mas que nenhum deles foi tão bem-sucedido quanto Villeneuve.

Mais adiante é explicado o processo que linguistas utilizam para decifrar idiomas desconhecidos, além do conceito de gramática universal criado pelo linguista Noam Chomsky. Os autores chegam a mencionar exemplos de outras áreas do saber que também acreditam que nossa língua materna tem poder suficiente para moldar nossa percepção acerca de inúmeras questões. No entanto, ao citar uma linguista ao final de sua resenha, os autores comentam

que há sempre a correspondência entre o oral e o escrito, e que a obra de Villeneuve é mais ficcional do que científica.

O Jornal *Opção*, por sua vez, parte de outro ponto para dizer que *A Chegada* só é interessante do ponto de vista linguístico. O autor critica a abordagem do filme ao tratar alguns temas, ou a falha ao não explicitar o modo pelo qual Louise se utilizou para entender a língua dos *heptapods*. Mas tal qual na resenha do *site* anterior, o autor explica a hipótese linguística de Sapir-Whorf, e diz que, com exceção das questões linguísticas da obra, o resto é pano de fundo e não importa.

A revista *Moviment*, em um texto intitulado “O falar e o pensar em *A Chegada*”, discorre sobre como o mote principal do filme é a comunicação, ou o comportamento verbal. O autor cita Skinner ao dizer que pensamento é comportamento verbal, e que culturas diferentes, em contextos diferentes, irão falar e, conseqüentemente, pensar de maneiras distintas. Ao exemplificar essa questão, é dito como a filosofia teve um terreno fértil na Alemanha por conta da língua abstrata, ou como o conhecimento oriental se distingue do ocidental pelo fato de as línguas se descolarem mais do físico em direção ao transcendente.

Por fim, a revista *Galileu*, ao tratar dos temas linguísticos da obra, não só explica a hipótese em questão, mas vai além ao dizer que uma das suas ideias principais é errônea e banalizada, referindo-se à noção de que os povos esquimós saberiam identificar variações de neve ou gelo por conta da língua.

É possível notar como, de alguma forma, a questão linguística se torna inescapável ao escrever sobre o filme em questão. Alguns optam por simplesmente explicar a hipótese de Sapir-Whorf e focar em elementos mais cinematográficos, outros, no entanto, preferem longos parágrafos sobre como não só a língua pode moldar nossa visão de mundo, mas também a maneira com que certas línguas poderiam propiciar determinados saberes e não outros, suposição essa que Possenti (2004) se opõe ao dizer que pensarmos na língua enquanto um instrumento significa tomá-la enquanto algo exterior ao sujeito, o que acarreta uma concepção instrumental da linguagem que permite discursos sobre quais línguas seriam melhores para determinadas finalidades. Todavia, o autor enfatiza que o sujeito é o que é, em grande medida, por ser efeito da linguagem.

Os saberes profanos

O que fora abordado anteriormente acerca do modo como discussões e conhecimentos sobre linguagem são criados por falantes comuns, ou não linguistas, está dentro do que Marie-Anne Paveau (2008) chama de *folk linguistics*. Esse campo de saberes procura sair da dicotomização entre linguistas e não linguistas ao defender que dados e saberes sobre a língua também constituem essa língua. Nessa perspectiva, o trabalho do jesuíta José de Anchieta sobre o tupi

também pode ser considerado um saber *folk* ou popular, mesmo que não o seja considerado pela linguística pela maneira como o estudo foi feito.

No seu artigo intitulado *Les non-linguistes font-ils de la linguistique? Une approche anti-éliminativiste des théories folk*, Paveau (2008, p. 23) comenta que: “[...] ser um não linguista não é um estado permanente, mas uma atividade praticável num momento e num lugar determinados pelos próprios linguistas; há uma posição de não linguista, sempre cambiável com alguma outra”.

Segundo a autora, a questão da identificação dos não linguistas é uma das mais difíceis no que se refere aos saberes *folk*. Se por um lado, a identificação profissional dos linguistas é feita pela existência de cursos ou diplomas, a dos não linguistas não se baseia em nenhum critério confiável. Paveau (*ibid*) questiona se um escritor, um jurista ou um revisor das mídias escritas e editoras podem ser considerados linguistas *folk*. Para ela, somos tentados a afirmar absolutamente, mas e quando pensamos no falante comum?

[...] o “homem das ruas”, que admira a beleza do léxico ou se lamenta quanto à degradação da língua (um tipinho bem típico na França, um país cuja língua é constantemente objeto de polêmicas inflamadas) relativiza imediatamente esse julgamento: os três primeiros parecem, de todo modo, mais “linguistas” que o último, o falante comum, que ocupa mais um espaço verdadeiro de “linguista de final de semana”, uma figura meio ingênua e, no fundo, bem inculta. (PAVEAU, 2008, p. 24).

Dessa forma, Paveau (*ibid*) questiona: como podemos identificar essa categoria de falantes que produzem enunciados sobre língua e discurso a partir de posições não acadêmicas e subjetivas? Tentando responder essa questão, a autora propõe uma tipologia elaborada a partir de trabalhos existentes sobre a linguística *folk*, sendo as posições classificadas por “coeficientes” decrescentes de detenção de um saber linguístico:

- Linguistas profissionais, que fornecem descrições linguísticas;
- Cientistas não linguistas (“historiador-linguista”, como Éric Mension-Rigau em seu *Aristocratas e grandes burgueses: educação, tradições, valores*, “sociólogo-linguista”, como Pierre Bourdieu em seu *A distinção: crítica social do julgamento*), que propõem descrições linguísticas;
- Linguistas amadores (linguistas leigos, acadêmicos como Maurice Druon, juristas como Gérard Cornu, que fornecem descrições e prescrições);
- Logófilos, glossomaníacos e outros “loucos da língua”, como Jean-Pierre Brisset ou George Orwell, que, frequentemente, empreenderam intervenções na língua, fosse por invenção, fosse por deformação;

- Preparadores-revisores-redatores (o lendário copidesque do Monde, Jean-Pierre Collignon, cujos sucessores produziram um discurso sobre sua atividade “linguística” no *blog* “Langue saucepiquante”);
- Os especialistas de programas televisivos, como o “professor” Capelovici e seus sucessores no programa *Des chiffres et des lettres*, por exemplo), que sugerem descrições e prescrições (incluindo correções);
- Escritores, ensaístas (Proust, Jean Paulhan, Pierre Daninos, Philippe Jullian, Robert Beauvais...), do lado da descrição e da prescrição;
- Ludolinguistas (humoristas, imitadores, autores de histórias bobas, autores de jogos sobre as palavras: Thierry Le Luron fazendo imitações do político Valéry René Marie Georges Giscard d’Estaing, Sylvie Joly e sua personagem “Bourgeoise” [Burguesa], Florence Foresti e sua Anne-Sophie de la Coquillette, Coluche e seu “beauf” [brutamontes, homem grosseiro e machista]), que fazem descrições-interpretações linguísticas;
- Falantes engajados, militantes ou apaixonados, juristas em suas práticas textuais e orais, centrados na descrição e na intervenção;
- Falantes comuns (a vendedora da loja de antiguidades na rue de la Chine, os autores desconhecidos das colunas de leitores de jornais e revistas e as mensagens em *blogs* e fóruns, os “dominantes” citados por Jean-Claude Passeron, que misturam, sem dúvida, os três tipos de práticas.

Paveau (ibid) também cita como exemplo o escritor J.R.R Tolkien e seu trabalho sobre línguas. Sendo filólogo e lexicógrafo, o professor de inglês medieval tornou-se um logófilo ao inventar línguas imaginárias em suas obras, como o élfico, a língua negra de Mordor, entre outras. Portanto, é possível pensarmos na figura do escritor Ted Chiang, ao abordar questões linguísticas em sua obra, bem como criar uma língua própria, enquanto pertencente ao grupo de escritores e ensaístas, e os logófilos e outros “loucos da língua”.

Entretanto, esses novos saberes linguísticos, ou populares, são questionados no que tange sua relevância e validade epistêmica, como as *folk sciences* no geral. Para Paveau (2008), três respostas são possíveis: a posição eliminativa; uma posição intermediária e a posição integracionista. Aqui interessa principalmente a posição integracionista, que, ao contrário das anteriores, insiste que os saberes não linguistas são legítimos e devem ser reconhecidos como tais.

Se, numa perspectiva empírica, a linguística faz jus às dimensões experiencial e cultural da linguagem, ou seja, se o objeto da linguística integra os usos da língua pelos sujeitos sociais e cognitivos, então os dados perceptivos da linguística *folk* podem ser levados em conta como dados linguísticos, pura e simplesmente. (PAVEAU, 2008, p. 37-38).

Ao mesmo tempo, a autora explicita que algo que pode nos confundir em nossas reflexões sobre o tema é o fato de que elas se situam no limite entre atividades linguísticas e atividades languageiras, entre atividades sobre a linguagem e atividades de linguagem.

No caso do conto de Chiang, ou na obra cinematográfica de Villeneuve, o que vemos é a presença de atividades *folk* sobre a linguagem, não necessariamente de linguagem. O autor parte de uma hipótese linguística conhecida, para, em seguida, construir sua narrativa de acordo com sua liberdade artística e intelectual, além de criar uma própria língua como um dos fios condutores da trama. Villeneuve, por sua vez, se apropria da história da Chiang e cria, com a ajuda de sua equipe técnica, uma linguagem visual para as telas, um alfabeto, e leva os debates sobre o poder da linguagem a outros rumos além dos limites científicos.

Algumas considerações

O que podemos observar a partir das considerações de Paveau (2008) é que Chiang e Villeneuve, embora não sejam estudiosos da ciência linguística, partiram de uma hipótese científica para criar uma história própria, incluindo até a criação de uma língua nova. Mesmo não sendo linguistas, o lugar que ocupam dentro das divisões propostas por Paveau (*ibid*) ainda é diferente do falante comum, pois, no caso da obra em questão, estamos falando de um escritor de ficção científica e um diretor de cinema, respectivamente. Dessa forma, mesmo que não possuam a legitimidade científica para abordar tais questões, suas posições artísticas permitem tais liberdades. Diferentemente daqueles que debatem o filme e escrevem resenhas, sendo estes pertencentes ao grupo de falantes comuns. Tais quais os criadores do material a ser debatido, os escritores das resenhas, ou o público em geral, partem da hipótese de Sapir-Whorf a título de contextualização apenas, pois suas compreensões sobre a obra, e a própria linguagem, não ficam presas entre as barreiras do científico e o popular.

Referências

“A CHEGADA” só é interessante do ponto de vista linguístico. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/a-chegada-so-e-interessante-do-ponto-de-vista-linguistico-86119/>. Acesso em: 04 dez. 2019.

A LÍNGUA alienígena de ‘A Chegada’ pode nos dar o superpoder de prever o futuro? Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/linguistica/2019/04/21/a-lingua-alienigena-de-a-chegada-pode-nos-dar-o-superpoder-de-prever-o-futuro/>. Acesso em: 04 dez. 2019.

ARRIVAL. Direção Denis Villeneuve. United States: Paramount Pictures Corporation, 2016.

ENTENDA a teoria linguística do filme 'A Chegada'. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2016/11/entenda-teoria-linguistica-do-filme-chegada.html>. Acesso em: 04 dez. 2019.

O FALAR e o Pensar em "A Chegada". Disponível em: <https://revistamoviem.net/o-falar-e-o-pensar-em-a-chegada-9cb2d500b575>. Acesso em: 04 dez. 2019.

O FILME "A chegada" mostra como a linguagem influencia nossos pensamentos. Disponível em: <https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2016/12/o-filme-chegada-mostra-como-linguagem-influencia-nossos-pensamentos.html>. Acesso em: 04 dez. 2019.

PAVEAU, M-A.; DA SILVA ESTEVES, P. M. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. *Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 3, n. 2, p. 21-45, 2018 [2008].

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3, p. 353-392.

Notas sobre o estereótipo da beleza: uma integração entre saberes *folks* e saberes linguísticos

Bruna Passanezi Budoia

Primeiras considerações

A linguística popular/*folk linguistics* compreende o saber espontâneo dos atores sociais sobre o mundo que se distingue do saber acadêmico ou científico. Esse saber espontâneo é organizado por meio de conhecimentos empíricos, não suscetíveis de verificação lógica, e de crenças que constituem guia para a ação (PAVEAU, 2013, p. 149). Com o advento da *web*, é fácil observar a proliferação de materiais que discorrem sobre os mais variados aspectos da língua elaborados por não linguistas. A título de exemplo, podemos pensar nos falantes comuns que produzem empulhas, trocadilhos, jogos de linguagem, ou nos glossemaníacos, como os jornalistas Victor Ângelo e Fred Libi, responsáveis pelos verbetes que compõem o dicionário *Aurélia, a Dicionária da língua afiada*, que reúne expressões e palavras empregadas pela comunidade LGBTQ+. Embora ainda não seja reconhecida entre os domínios de estudo da ciência da linguagem no Brasil, a linguística *folk* já constitui um campo de pesquisa bastante consolidado na Alemanha e nos Estados Unidos. A pesquisadora francesa Marie-Anne Paveau (2008) assume que o saber (linguístico) *folk*, ou seja, o saber popular ou profano, é plenamente integrável à análise linguística. Com efeito, esse saber tem uma utilidade prática que ajuda os locutores a manterem ou modificarem a sociedade segundo suas convicções.

Paveau (2008) classifica três posicionamentos distintos em relação às teorias *folk*, a saber: a posição eliminativa; uma posição intermediária e a posição integracionista. Em linhas gerais, a posição eliminativa argumenta que a teoria *folk* é uma teoria falsa, pois apoia-se em dados perceptivos, intuitivos, dotados de juízo de valor, mas desprovida de embasamento científico. Os filósofos Paul Churchland (2002 [1981]) e S. Laurence (2003) compartilham dessa posição. Um posicionamento intermediário, assumido pelo filósofo Daniel Dennett (1990 [1978], 2002 [1991]), é chamado de “realismo suave”. Essa posição diz respeito à psicologia popular (*folk psychology*) e pode ser compreendida do seguinte modo: no realismo suave, os conceitos “*folk*” e o vocabulário são operacionais e indispensáveis para a vida do homem em sociedade, do mesmo modo que as percepções espontâneas são estruturas (*patterns*) cruciais para os indivíduos. No entanto, apesar de considerar a relevância da psicologia *folk*, sobretudo pelo fato de funcionar como uma espécie de “guia de ação” para os indivíduos, o filósofo a considera uma teoria imperfeita, incompleta e, portanto, não generalizável. Já a posição integracionista, ou ainda, antieliminativa, sustenta que os saberes produzidos pelos atores sociais são perfeitamente integráveis às análises linguísticas dos profissionais deste campo. Paveau (2008) considera que o saber epilinguístico, ou, dito de outro modo, o saber apreendido a partir da percepção que o indivíduo tem de seu entorno social, é de extrema importância para compreender o funcionamento da linguística *folk*.

Os dados que analisamos neste trabalho, de maneira não exaustiva, estão inscritos na epistemologia integracionista defendida pela professora Marie-Anne Paveau (2008).

O conceito de estereótipo: os dados *folk* e os dados científicos

Os dados *folk*

Conforme vimos, a epistemologia integracionista sustenta que as produções dos não linguistas, os locutores profanos sobre a língua, podem ser integradas aos estudos das ciências da linguagem, mesmo as produções de natureza mais prescritiva. Com o intuito de pôr à prova a aplicabilidade da proposta de Paveau, analisamos discursivamente um conjunto de dados produzidos por não-linguistas oriundos de páginas da *Web*, a saber: *Estereótipos — O que são? Pra que servem? Principais exemplos*⁷; *O Que é Estereótipo? Por que Devemos Evitá-los*⁸; *Estereótipo: Significado, Sinônimos, Diferentes Tipos e Exemplos*⁹. Os três objetos de nossa análise circulam no contexto brasileiro no formato de *site* e de *blog*, respectivamente. O primeiro dado, cujo conteúdo é assinado pela jornalista Marcella Mazetto, foi retirado do *site Gestão Educacional*; os outros dados foram extraídos do *blog* do José Roberto Marques (BLOG DO JRM), especialista em treinamentos comportamentais, e do SBCoaching, “uma das maiores empresas de *coaching* do mundo”.

Inicialmente, observamos o emprego do termo “estereótipo” em todos os títulos, além de outras características como indagações sobre a definição do termo, seu uso, exemplos, e até mesmo razões para evitá-lo. Recorrendo ao conceito de *ethos* de Maingueneau (2018), poderíamos pensar que os fiadores que se manifestam nessas enunciações são indivíduos complacentes, comprometidos com o esclarecimento dos menos instruídos.

Os dados linguísticos

Amossy e Herschberg-Pierrot (2010) declaram que, na linguagem corrente, expressões como “clichê ou estereótipo”, “lugares-comuns ou frases feitas” são muitas vezes tomadas como sinônimos¹⁰. No entanto, estas noções foram teorizadas e utilizadas por diferentes campos das Ciências Humanas, como as Ciências Sociais, as Ciências da Linguagem e os Estudos Literários.

Estereótipo no sentido de representação e de crença coletiva surge no século passado e se torna objeto de interesse das ciências sociais sobretudo a partir da obra *Public Opinion*

7 Disponível em: <https://www.gestaoeducacional.com.br/estereotipos-o-que-sao/>. Acesso em: 03 out. 2019.

8 Disponível em: <https://www.jrmcoaching.com.br/blog/o-que-e-estereotipo-por-que-devemos-evita-los/>. Acesso em: 03 out. 2019.

9 Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/blog/estereotipo/>. Acesso em: 03 out. 2019.

10 Para uma leitura mais detalhada da história de cada noção, ver o capítulo 1 de R. Amossy e A. Herschberg-Pierrot, 2010.

[*Opinião pública*], do norte-americano Walter Lippmann, publicada em 1922. Segundo o autor, a noção de estereótipo trata de representações cristalizadas, esquemas culturais preexistentes, por meio dos quais cada indivíduo filtra a realidade em seu entorno. Essas imagens seriam cruciais para a vida em sociedade, pois é por meio delas que o indivíduo consegue apreender a realidade ou atuar sobre ela. Além disso, essas imagens construídas dentro das mentes dos indivíduos são fictícias não por representarem inverdades, mas por expressarem um imaginário social.

No campo da Psicologia Social, em resposta às proposições de Lippmann, psicólogos norte-americanos atribuíram uma carga pejorativa à noção de estereótipo. Para esses estudiosos, à medida que o estereótipo responde a um processo de categorização e generalização, ele simplifica e recorta a realidade. Conseqüentemente, pode produzir uma visão esquemática e deformada do outro, engendrando preconceitos.

Uma integração entre dados *folk* e dados linguísticos

A teoria *folk* pode ser concebida como uma teoria prática ou uma prática da teoria. Nesse sentido, o saber profano é uma tentativa de reproduzir a realidade, de produzir um saber “útil” por “locutores que estão fora de qualquer quadro apresentado como científico ou especializado” (PAVEAU, 2013, p. 54).

Segundo Paveau (2013), a noção de estereótipo é relevante nas Ciências Sociais, nas Ciências da Linguagem e na Análise do discurso. No campo disciplinar da AD, a noção é concebida como uma construção de leitura, visto que emerge apenas quando um alocutário recupera, no discurso, elementos espalhados e frequentemente lacunares, para reconstruí-los em função de um modelo cultural preexistente (AMOSSY, 1991, p. 21 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018, p. 215). Desse modo, a autora considera produtivo tratar a concepção do estereótipo como construção de leitura ou leitura programada, pois esse tratamento pode contribuir para uma concepção dos discursos baseada em uma distribuição, no sentido cognitivo do termo, dos quadros pré-discursivos coletivos.

Paveau (2013) define os pré-discursos como um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos (saberes, crenças, práticas) que têm um papel instrucional para a produção e a interpretação do sentido no discurso. Esses quadros não se encontram apenas na cabeça dos indivíduos e na cultura de grupos, mas estão distribuídos nos contextos materiais da produção discursiva (PAVEAU, 2013, p. 12-13). Ainda conforme a autora, os quadros pré-discursivos coletivos se manifestam no discurso e são linguisticamente analisáveis. Sobre esse ponto, a professora afirma que os observáveis que o analista deve buscar são constituídos, preferencialmente, de sinais de pré-discurso no discurso, os quais ela chama de apelo aos pré-discursos.

Em linhas gerais, no que diz respeito à definição do conceito geral de estereótipo, parece haver uma espécie de consenso entre esses não especialistas em linguagem. Para a jornalista Marcela Mazetto, do *site* Gestão Educacional, o conceito de estereótipo na contemporaneidade equivale a “uma ideia ou imagem preconcebida que se tem de algo ou alguém, feita com base em características visuais ou noções generalistas”. Ela ainda afirma que eles podem estar associados a imagens neutras ou positivas (como a fama de bom anfitrião do brasileiro, por exemplo), contudo, de maneira geral, estão relacionados a questões de teor depreciativo e preconceituoso. Segundo a jornalista, os estereótipos são difundidos por gerações e reproduzidos sobretudo pela “crença” popular. Ademais, a literatura, vídeos na internet e nos meios de comunicação corroborariam sua propagação. O especialista em treinamentos comportamentais José Roberto Marques define o conceito como “uma ideia que se faz de um indivíduo ou grupo sem conhecê-lo verdadeiramente, apenas considerando determinadas características, como a origem, gênero, aparência e condição social, por exemplo”. Assim como declarou Mazetto, Marques também considera que muitos estereótipos são retratados em livros, filmes e novelas, denominando-os como rótulos que podem ajudar a estimular um certo tipo de “visão” da realidade, especialmente entre as crianças. Já o *blog* SBCoaching fornece informações sobre o conceito como sua etimologia (este tópico também consta nos dados anteriores), sua origem a partir da comunicação gráfica, tipos de estereótipos e sinônimos. Sobre esse ponto, cabe ressaltar que os autores definem o estereótipo como sinônimo de “clichê”, “chavão”, “lugar comum”, “modelo” e “padrão” que, a partir do final do século XVIII, tornou-se uma forma de universalizar determinadas características de um grupo de pessoas, muitas vezes de maneira preconceituosa. Parece-nos que os saberes produzidos pelos “locutores profanos da internet” e o conceito de estereótipo oriundo da Psicologia Social têm pontos em comum. No entanto, dentre os tipos de estereótipos elucidados, interessa-nos, mais precisamente, investigar o que esses não linguistas dizem a respeito de um tipo específico de estereótipo: o da beleza.

Considerando a noção de pré-discursos de Paveau (2013), procuramos analisar discursivamente os saberes que os locutores profanos produzem acerca do estereótipo da beleza, pois acreditamos que, em nossa sociedade contemporânea, há fortes indícios de que esse tipo de estereótipo não afeta toda a sociedade da mesma maneira. A seguir, observemos alguns exemplos:

1. É o famoso ‘padrão de beleza’, ou seja, características que a pessoa precisa ter para ser considerada bonita, seja pelos outros ou por si própria. Trata-se de algo cultural, que muda de acordo com o período. Por exemplo, na Antiguidade Clássica, mulheres cheias de curvas eram consideradas bonitas. Hoje, as mais magras assumiram esse lugar. O grande problema é que, além de preconceituoso, esse estereótipo aumenta o risco de pessoas sofrerem transtornos psicológicos e alimentares para tentarem se adequar ao padrão. (*site* Gestão Educacional).

2. Também conhecido como padrão de beleza, é um tipo de estereótipo que define quais características uma pessoa precisa ter para ser considerada bonita. Eles variam de acordo com a cultura e, também, com a época. Para perceber isso, basta ver as fotografias das misses do passado e compará-las com as modelos da atualidade. Atualmente, os padrões de beleza têm sido relacionados, principalmente, com a forma física e o corpo muito magro. Isso leva milhares de pessoas com um biotipo diferente do que é imposto como bonito a se sentirem frustradas por não conseguirem atingir o que julgam ser a perfeição. Essa forte pressão pela 'imagem perfeita' também é um dos fatores de influências ao aumento dos distúrbios alimentares em crianças, adolescentes e adultos. (JRM Coach).
3. Os padrões de beleza também têm grande relação com a mídia. Todo mundo quer ser como o galã da série famosa ou a musa *fitness* que faz propaganda de algum produto de emagrecimento. Ou seja, esse tipo de estereótipo impõe quais características você deve ter para ser considerado bonito. E, quando você chega lá, é possível que associem a sua imagem com a de uma pessoa burra – como se não fosse possível ser belo e inteligente ao mesmo tempo. Pouco importa se você está satisfeito com a sua aparência, o que vale é se encaixar no perfil das beldades. O efeito disso não é somente o aumento do nível de insatisfação com o nosso corpo, como também o vale tudo para chegar ao peso idealizado, da perfeição. Esse é um dos fatores para que muitos adolescentes e até adultos sofram com distúrbios alimentares. É bem verdade que existem correntes que defendem que as pessoas devem se aceitar do jeito que são. Um exemplo disso são as modelos *plus size*, aquelas que não se encaixam nos padrões estabelecidos pelas agências de moda, mostrando que é, sim, possível ser linda fora do arquétipo disseminado. (SBCoaching).

Nos dois últimos excertos, parece haver uma espécie de consenso quanto à definição do estereótipo da beleza como “padrão de beleza”. A jornalista Marcela Mazetto, do *site Gestão Educacional*, emprega o termo entre aspas, o que indicia um certo distanciamento. Em tese, os atores sociais relacionam o estereótipo da beleza a um “padrão de beleza”, isto é, a um modelo corporal valorizado na contemporaneidade que é associado, sobretudo, à magreza. Além disso, os locutores também parecem concordar sobre outros aspectos: os “padrões de beleza” supostamente exercem influência sobre as pessoas desde tempos imemoriais e mudam conforme a época e a cultura; atualmente, a busca obsessiva pelo “padrão de beleza” magro seria responsável por frustrações e até mesmo transtornos alimentares e de autoimagem; logo, esse tipo de estereótipo seria, definitivamente, nocivo para toda a sociedade.

No *corpus* dos discursos sobre o estereótipo da beleza, parece haver um apelo aos pré-discursos de uma beleza da mulher, ou seja, sinais de pré-discurso, no discurso, que são indiciados por formas languageiras.

No primeiro exemplo, a jornalista Marcela Mazetto afirma que “[...] na Antiguidade Clássica, mulheres cheias de curvas eram consideradas bonitas. Hoje, as mais magras assumiram esse lugar”. É possível pensar que a jornalista categoriza sua experiência com base em uma antítese — mulheres cheias de curva na Antiguidade Clássica e mulheres magras na contemporaneidade — que evoca a “crença” de que as questões relacionadas à estética do corpo sempre afetaram mais as mulheres do que os homens.

Na mesma direção, José Roberto Marques declara que “para perceber isso, basta ver as fotografias das misses do passado e compará-las com as modelos da atualidade”. O locutor deixa evidenciar, assim como no excerto anterior, a antítese de que as mulheres consideradas “belas” num passado não tão longínquo exibiam uma beleza mais curvilínea nos concursos de misses; no entanto, atualmente, as mulheres consideradas “belas” como as modelos e as “musas *fitness*”, por exemplo, exibem seus corpos magros nas passarelas, nos editoriais de moda, na publicidade etc.

No terceiro exemplo, os locutores sustentam que:

[...] e, quando você chega lá, é possível que associem a sua imagem com a de uma pessoa burra – como se não fosse possível ser belo e inteligente ao mesmo tempo. [...] *é bem verdade que existem correntes que defendem que as pessoas devem se aceitar do jeito que são*. Um exemplo disso são as modelos *plus size*, aquelas que não se encaixam nos padrões estabelecidos pelas agências de moda, mostrando que é, sim, possível ser linda fora do arquétipo disseminado.

Observamos aqui três antíteses do discurso sobre o estereótipo da “beleza”: pessoas belas não são inteligentes e pessoas inteligentes não são belas; há correntes de pessoas que defendem a aceitação do próprio corpo — dos corpos ditos “comuns” e com “imperfeições” — e correntes que defendem a adesão aos “padrões de beleza”; há modelos fora do “padrão de beleza magra” e modelos dentro do “padrão de beleza magra”. Esse último ponto, por seu turno, põe em foco a beleza da mulher para ilustrar uma espécie de insurgência contra o modelo de beleza “padrão”. A título de exemplo, o movimento *body positivity*, impulsionado pelo ativismo feminista e pelas redes sociais, refere-se a um movimento de autoaceitação do próprio corpo e de recusa a um padrão de beleza.

Além disso, chama-nos a atenção o fato de “todo mundo querer ser como o galã da série famosa ou a musa *fitness* que faz propaganda de algum produto de emagrecimento”. Vemos aqui a ausência de especificações concernentes à estética para aqueles que desejam ser como o galã da série famosa, como se houvesse uma maior abertura para preencher tais requisitos. Já para a mulher que busca o “padrão de beleza” ideal, não há brechas para interpretação; vale se inspirar nas musas *fitness*, ou seja, nas mulheres cujos corpos são notadamente

reconhecidos como o modelo da beleza “ideal”, nas “garotas-propaganda” dos produtos de emagrecimento.

Em todos os casos, a questão concernente aos “padrões de beleza” —sobretudo o que diz respeito ao “corpo magro” na contemporaneidade — incide com maior força sobre as mulheres, haja vista o fato de serem empregadas como a forma de ilustrar o estereótipo da beleza. É às mulheres a quem os locutores se voltam para explicar os efeitos que o estereótipo da beleza tem exercido sobre a sociedade ocidental em diferentes épocas, muito embora os homens também façam parte dela.

Nesse sentido, podemos pensar que os saberes produzidos por esses atores sociais revelam uma relação negativa com os pré-discursos. Essa desvalorização pode ser assumida pela crítica. Dentre os efeitos negativos que o estereótipo da beleza exerce sobre a sociedade, estão o preconceito, o risco de transtornos psicológicos e alimentares na tentativa de se adequar ao “padrão” e a frustração por não conseguir atingir o “corpo perfeito”. Sobre a questão dos transtornos alimentares, uma simples busca pelos termos “anorexia e bulimia no Brasil” na ferramenta Google mostra que as mulheres são mais suscetíveis a essas doenças. Na obra *O Mito da Beleza* (2019), a autora norte-americana Naomi Wolf demonstra por meio de dados estatísticos e inúmeras pesquisas que a anorexia e a bulimia acometem mais mulheres do que homens. Em nações industrializadas como os Estados Unidos, estima-se que de 90% a 95% das pessoas com anorexia ou bulimia são mulheres; no Reino Unido, dentre os 3,5 milhões de doentes, 95% são do sexo feminino. No Brasil, assim como em outros lugares do mundo, o quadro não é diferente. Conforme o trabalho de revisão de Teixeira *et al.* (2009), os transtornos alimentares, descritos como quadros psiquiátricos, são expressivamente mais comuns em mulheres jovens (90%) do que em homens (10%).

Conforme Paveau (2013), esses quadros pré-discursivos coletivos não estão apenas na cabeça dos indivíduos e na cultura de grupos, mas estão distribuídos nos contextos materiais da produção discursiva. A título de exemplo, os próprios produtos de emagrecimento aludidos corroboram a ideia de ferramentas da tecnologia discursiva proposta pela autora. Não é preciso um grande esforço para observar a abundância de imagens, de produtos, de anúncios publicitários, de academias de ginástica, de clínicas de estética e até mesmo de aplicativos que ajudam a controlar a dieta e a perda de peso, que permitem a elaboração desses quadros pré-discursivos.

Breves considerações finais

Podemos concluir que os dados analisados ajudam a esclarecer, em tom bastante didático, o conceito do estereótipo da beleza na contemporaneidade. Desse modo, a proposta de Paveau

(2008) de integrar os saberes científicos aos saberes *folk* nos oferece uma nova possibilidade de pensar a linguagem. Com efeito, esse saber não especializado tem uma utilidade prática que auxilia os locutores a manterem ou modificarem a sociedade segundo suas convicções, ainda que não tenham qualquer compromisso com a cientificidade. Nesse sentido, observamos, por meio das críticas e das elucidações, um posicionamento contrário ao “padrão de beleza” que parece afetar a sociedade de forma assimétrica.

Referências

AMOSSY, R.; PIERROT, A. HERSCHBERG. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

BARONAS, R.; CONTI, T. Notas Sobre a Possibilidade de um trabalho no Carrefour Epistemológico entre a Linguística Popular e os Estudos do Discurso. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 4285-4294, 2019.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3. ed., 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

CHURCHLAND, P. Le matérialisme éliminativiste et les attitudes propositionnelles. In: FISETTE, D.; POIRIER, P. (org.). *Philosophie de l'esprit*. Psychologie du sens commun et sciences de l'esprit. Paris: Vrin, 2002 [1981]. p. 117-151.

DENNETT, D. C. *La stratégie de l'interprète*. Le sens commun et l'univers quotidien. Tradução P. Engel. Paris: Gallimard, 1990 [1987].

DENNETT, D. C. De l'existence des patterns [Realpatterns]. In: FISETTE, D.; POIRIER, P. (org.). *Philosophie de l'esprit*. Psychologie du sens commun et sciences de l'esprit. Paris: Vrin, 2002 [1981]. p. 153-193.

ESTEREÓTIPO: Significado, Sinônimos, Diferentes Tipos e Exemplos. *SBCoaching*, 29 dez. 2018. Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/blog/estereotipo/>. Acesso em: 03 out. 2019.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 69-90.

MARQUES, J. R. O Que é Estereótipo? Por Que Devemos Evitá-los. *Blog do JRM*, 13 jan. 2018. Disponível em: <https://www.jrmcoaching.com.br/blog/o-que-e-estereotipo-por-que-devemos-evita-los/>. Acesso em: 03 out. 2019.

MAZETTO, M. Estereótipos—o que são? Pra que servem? Principais Exemplos. *Gestão Educacional*. Disponível em: <https://www.gestaoeducacional.com.br/estereotipos-o-que-sao/>. Acesso em: 03 out. 2019.

LAURENCE, S. Is Linguistics a Branch of Psychology? *In*: BARBER, A. (org.). *The Epistemology of Language*. Oxford: OUP, 2003. p. 69-106.

PAVEAU, M.-A. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Campinas: Pontes, 2013.

PAVEAU, M.-A. “Les non-linguistes font-ils de la linguistique?”. *Pratiques* [en ligne], 139-140, 2008, mis en ligne le 15 décembre 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1200>. Acesso em: 02 dez. 2019.

TEIXEIRA, P. C.; COSTA, R. F.; MATSUDO, S. M. M.; CORDÁS, T. A. A prática de exercícios físicos em pacientes com transtornos alimentares. *Rev. Psiq. Clín.*, v. 36, n. 4, p. 145-152, 2009.

WOLF, N. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019. p. 261-292.

**Quem é o dono da bola?
A produção de
conhecimento de não-
linguistas em ambiente
virtual**

Daniele dos Santos de Souza

Afinal, quem é o não linguista?

Em seu conto infantil “O dono da bola”, Ruth Rocha narra um evento cotidiano e conhecido por aqueles que já jogaram futebol na infância com os amigos do bairro: há sempre alguém que possui a melhor bola, de couro e qualidade superior que as demais, e, ainda que o dono da bola não seja o melhor jogador, é de bom grado que ele esteja em campo, afinal não há jogo sem bola. Muitas vezes, é o dono da bola quem dita o ritmo, as regras geralmente a seu favor, a frequência e, muitas das vezes, quem joga ou não joga. Quando qualquer de suas vontades é infringida, ele se vai com o objeto de desejo de ambos os times, encerrando a partida antes do momento previsto. Nos campos de produção dos saberes, também existem os que ditam as normas, direcionam, legitimam o que é produzido, conceituam e chancelam o que é ou não próprio daquele campo do saber. Na Linguística, a figura do linguista é percebida como aquele que possui o conhecimento, validado por sua formação acadêmica, os diplomas, a produção científica, e que se identifica profissionalmente como um linguista. Em contraposição, quem seriam os não linguistas? Seriam aqueles que não possuem a bola, a formação acadêmica, o currículo, mas participam ativamente do jogo? É a partir dessa analogia que proponho a discussão sobre a linguística dos saberes populares em ambientes colaborativos virtuais, mais precisamente o *English Experts*.

A definição de quem é o não linguista é possível de ser realizada a partir da oposição cartesiana binária – linguista *versus* não linguista –, no entanto, conforme Paveau (2008), a questão da identidade do não linguista é, na verdade, uma das mais difíceis de ser explicitada, visto a inexistência de critérios confiáveis nos quais se basear. Acompanho neste artigo o entendimento de Paveau (2011) no que tange à adoção de uma “visão escalar” sobre as coisas, ou seja, para além de uma identificação profissional, ser não linguista é uma posição cambiável de quem pratica uma atividade inscrita no campo da Linguística e não um estado permanente. Dessa forma, a habilidade de cambiar entre uma posição e outra se relaciona intimamente com os contextos de produção, com a atividade desenvolvida e com a prática de fazer Linguística.

Com a finalidade de propor uma categorização dos tipos de não linguistas, Paveau (2011, p. 43) apresenta a seguinte classificação:

- Linguistas profissionais: fornecem descrições linguísticas;
- Cientistas não linguistas: envolvidos em articular descrições linguísticas;
- Linguistas amadores: fornecem descrições e prescrições;
- Logófilos, glossomaníacos e outros “loucos da língua”: envolvidos em intervenções na língua através da invenção ou deformação;

- Preparadores-revisores-redatores: sugerem descrições e prescrições (incluindo correções);
- Escritores, ensaístas: envolvidos tanto nas atividades descritivas quanto prescritivas;
- Ludolinguistas: humoristas, imitadores, autores de histórias bobas, autores de jogos sobre as palavras que fazem descrições-interpretações linguísticas;
- Categorias particulares de falantes (por exemplo, ativistas ou amantes da língua) e juristas em suas práticas textuais e orais, centrados na descrição e na intervenção;
- Falantes comuns.

Embora a autora proponha uma tipologia que intenta classificar os diferentes tipos de posições dos não linguistas, partindo do linguista profissional ao falante comum, como se houvesse uma certa hierarquia, me ateno ao seu entendimento de que tais posições são porosas e transversais, que implicam também em uma porosidade de saberes. A porosidade das posições e dos saberes fragilizam, a meu ver, a tentativa de categorização e classificação dos tipos de não linguistas. Voltemos à analogia do dono da bola: ele é, a um só tempo, o patrocinador que permite o uso do seu objeto; é também um dos jogadores, por vezes, quando coloca suas regras, atua como o juiz; em alguns casos, é o técnico do time ao escalar quem joga e quem não joga. Nos estudos da linguagem, o linguista profissional pode atuar também como o mero falante comum, quando, sem intenção de demonstrar seu conhecimento científico, conversa com um familiar sobre algum sotaque. A depender de como a conversa transcorrer, essa posição pode ser também facilmente cambiável para a posição do ludolinguista.

A posição do não linguista também se circunscreve dentro do campo dos estudos linguísticos: onde posicionar o não linguista enquanto ente ativo na produção e dispersão do saber? Abordo na sequência a linguística *folk* ou linguística popular.

Linguística popular e os saberes populares

O não linguista possui competência para produção de saberes, não sendo mero receptáculo daquilo que os linguistas produzem, ou ainda objeto de estudos. O saber por esse produzido e propagado tem sido circunscrito em um campo denominado *folk linguistics* pelos acadêmicos de origem anglo-saxônica (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2010), *folk linguistique* pelos francófonos (PAVEAU, 2011), e linguística *folk* ou linguística popular pelos brasileiros (BARONAS; CONTI, 2020). Embora o termo popular seja polissêmico e, por vezes, entendido como algo que advém da vulgaridade, do povo, feito pelas pessoas sem instrução, utilizo ao longo desse artigo linguística popular em detrimento de linguística *folk*, por acreditar que a linguagem é também um dispositivo de poder.

Notei que é escassa a produção acadêmica no Brasil sobre linguística popular, motivo central de muitos dos autores trazidos à discussão serem americanos ou franceses. O fato de não linguistas estarem envolvidos em atividades inscritas no campo da Linguística e serem reconhecidos como participantes da produção de saber é, em certa medida, o rompimento com uma episteme canônica e centrada na colonialidade do saber. Tal qual os não linguistas, os não-europeus pensam, leem, produzem ciência (DABASHI, 2015) e, nesse sentido, no que pese os sentidos múltiplos advindos do termo “popular”, entendo que a adoção da tradução para a Língua Portuguesa do termo *folk* é também um modo de expressar que há outros interlocutores, outras línguas, pelas quais a ciência circula.

De acordo com Niedzielski e Preston (2010), embora possa ser mais antigo do que a linha temporal traçada, o interesse acadêmico pela linguística popular se iniciou em 1964 com a apresentação de Hoenigswald na UCLA Sociolinguistics Conference e, desde então, diferentes tipos de pesquisas acadêmicas têm se desenvolvido, em especial, no âmbito americano, alemão e francês. O campo é vasto com pesquisas que se debruçam sobre os dados populares de diferentes maneiras, sejam pesquisas que envolvem aprendizes de língua estrangeira (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2010), ou aquelas que analisam as produções de dicionários por não linguistas (BARONAS; CONTI, 2020).

A linguística popular é conceituada por Paveau (2011, p. 42), a partir de uma posição integracionista, como “formas de conhecimento constitutivas, perceptivas, subjetivas e incompletas que precisam ser incorporadas nos dados científicos da Linguística”¹¹. Em seu trabalho com Achard-Bayle (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2020), a autora aponta que a linguística popular reúne práticas linguísticas descritivas, em que descrevemos a atividade da linguagem, normativas, na qual prescrevemos comportamentos da linguagem, e intervencionista, quando intervimos nos usos da linguagem. Embora a linguística popular desafie ao colocar em questão a sua validade ou sua qualidade de (pseudo) ciência (BARONAS; CONTI, 2020), os saberes dos não linguistas são apontados por Paveau (2011) como legítimos e que podem ser incorporados às análises linguísticas.

A esse respeito, a autora discute que o conhecimento e as opiniões dos não linguistas podem se constituir como teorias sociais da linguagem, capazes de fornecer um corpo de conhecimento popular. Este tem sido objeto de pesquisa ou meta objeto de sociolinguistas que o denominam como representação ou atitude em seus estudos. Nesta abordagem de entendimento da linguística popular, o conhecimento popular é constituído como a produção de objetos de pesquisa para os linguistas. Por outro lado, quando a produção dos não linguistas se consolida em um dicionário como a *Aurélia: a dicionária da língua afiada*, por exemplo, o

11 Texto original: “constitute perceptive, subjective and incomplete forms of knowledge that need to be incorporated into the scientific data of linguistics” (PAVEAU, 2011, p. 44).

conhecimento produzido vai além da função de fonte de dados para os linguistas, visto que, neste caso, a teoria *folk* é uma teoria prática, um saber útil aos locutores para mudança social (BARONAS; CONTI, 2020). Dessa forma, é possível entender que a linguística popular diz respeito não somente à teoria linguística, como também “[...] às práticas languageiras em suas dimensões sociais, culturais e cognitivas” (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2020, p. 4263).

As diferentes maneiras de se praticar a linguística popular atrelam-se às posições adotadas pelos não linguistas em seus diversos espaços e contextos. Um dos espaços possíveis de atuação da linguística popular são os chamados ambientes colaborativos virtuais de aprendizado de língua em que pessoas se reúnem voluntariamente com o objetivo de aprender, ensinar e produzir conhecimento linguístico em fóruns de discussão ou com a produção de artigos sobre elementos da língua. Analiso na seção seguinte o ambiente virtual colaborativo *English Experts* com o objetivo de entendê-lo como um espaço de produção de conhecimento popular em que a linguagem exerce papel central.

O ambiente virtual colaborativo *English Experts*

Como constante aprendiz e professora de Língua Inglesa, tenho notado nos últimos anos a importante função dos ambientes virtuais de aprendizagem, pois extrapolam a utilidade dos fóruns de discussão na medida em que permitem a seus usuários a colaboração espontânea independente de suas formações acadêmicas. Entendo tais espaços como campos em que linguistas e não linguistas exercem suas funções posicionadas nas mais diferentes dimensões – ao não linguista é permitida a propagação de seu conhecimento sobre a língua, sobre o processo de ensino aprendizagem, ainda que ele não tenha formação acadêmica; ao linguista, o espaço se abre em múltiplos caminhos que vão desde a sua atuação como colaborador à possibilidade de “garimpar”, “coletar” os dados linguísticos produzidos pelos não linguistas. Com a intenção de entender o funcionamento da prática da linguística popular, analiso brevemente de que maneira o *English Experts* pode ser entendido como um ambiente profícuo para a atividade dos não linguistas, sejam eles falantes comuns, amantes da língua, redatores, escritores ou revisores.

O *English Experts* é definido em seu *site* como um projeto colaborativo, em funcionamento desde 2006, direcionado para o aprendizado do inglês, cujo conteúdo é produzido por uma comunidade voluntária de professores, estrangeiros e estudantes. O *site* é coordenado por seu fundador Alessandro Brandão, que se define como um amante de idiomas e tem formação acadêmica em Administração, experiência profissional em análise de sistemas, gerenciamento de projetos, desenvolvimento de sistemas corporativos, educação a distância e na criação

de sites de idiomas. Atualmente, o *English Experts* tem alcançado outras mídias, tais como, o YouTube, Facebook, Podcasts, além de um aplicativo para telefones celulares. Dentre a equipe de moderação das atividades realizadas no ambiente, há um professor de inglês, uma profissional da saúde que já morou no exterior e uma “estudante de inglês dedicada”, conforme descrito no próprio site. Dentre os redatores, há professores de inglês, residentes em países que falam o inglês, estudantes, falantes nativos, estrangeiros de nacionalidades em que o inglês não é língua oficial, pessoas que se dizem amantes de idiomas.

A posição de não linguista dos colaboradores é demarcada na descrição de quem eles são e, diferentemente dos currículos extensos de muitos dos pesquisadores Linguistas, a apresentação é breve, muitas vezes sem exibir a formação acadêmica ou experiência profissional do produtor de conteúdo, principalmente se este não é professor de idiomas ou não exerce função relacionada ao inglês, como tradutor ou intérprete.

Na Figura 1, apresento o breve perfil de Camila, redatora do Enunciado 1, que analiso na sequência:

Figura 1. Breve apresentação do autor não linguista

The screenshot shows the profile of Camila Oliveira on the English Experts website. The header includes the site logo and navigation menu. The profile section features a green background with the author's name and a short bio: "Camila gosta de viajar, conhecer lugares, pessoas e culturas, ouvir música, sentir aromas, degustar sabores, saborear a vida, aprender novos idiomas. Não quer criar raízes, pois sabe onde é o seu lugar: o mundo." Below this, there are three article listings: "Certificado TOEIC" (5 comments), "Como dizer 'também' em inglês" (26 comments), and "Adjetivos em inglês: O Guia Definitivo" (9 comments). A fourth article, "Pronomes em Inglês: O Guia Definitivo", is partially visible. On the right side, there is a "AGORA NA COMUNIDADE" section with a list of recent community activity, including responses and votes.

Fonte: <https://englishexperts.com.br/author/camila/>

A Figura 1 traz o breve perfil de uma das autoras de conteúdo gramatical, cuja posição é a de não linguista. Ainda que Camila fosse uma linguista, os sentidos produzidos por sua apresentação parecem constituir-na como uma não linguista, alguém cuja motivação para se envolver com a produção de conhecimento popular sobre a Língua Inglesa é o interesse em aprender novos idiomas. Entendo que, sendo o *English Experts* um ambiente virtual colaborativo, a ênfase em qualidades subjetivas e não limitadas ao âmbito acadêmico ou profissional cumpre o papel de aproximar os autores dos demais usuários do site. Cunha (2007) discute em seu estudo que muitos alunos de curso de idioma a distância se sentem inseguros em participar das

discussões nos fóruns, por insegurança com relação à proficiência do idioma ou inibidos com o professor que parece os avaliar a todo momento. Nesse sentido, percebo que a escolha de apresentar os colaboradores de maneira pouco centralizada em suas conquistas profissionais pode fazer com que mais pessoas se identifiquem e gostem do conteúdo produzido. O conteúdo é produzido por não linguistas para não linguistas, num espaço em que a linguística popular se fertiliza e se torna útil.

Abaixo verificamos o Enunciado 1 que traz um trecho do artigo *Modal Verbs – o guia definitivo*, disponível no *English Experts* e de autoria de Camila Oliveira:

Enunciado 1

Para que você aprenda os *modal verbs* de maneira eficaz, é necessário começar seus estudos a partir do princípio básico. Considero esse conceito imprescindível para uma melhor compreensão de tudo o que discutirei aqui, uma vez que os tópicos deste guia foram escritos para quem tirou um tempo e estudou o artigo abaixo:

Verbos Auxiliares e Principais: Entenda a diferença (weblink)

Lembre-se: sem a leitura do artigo acima, você não estará preparado para compreender efetivamente o que apresentarei nos tópicos a seguir.

O que são os verbos modais?

O verbo modal é um tipo de verbo auxiliar, pois é utilizado para ajudar os verbos principais. Além disso, sua maior característica é que, ao contrário os demais verbos auxiliares que não possuem carga semântica, os *modal verbs* complementam ou alteram completamente o sentido dos verbos principais, expressando ideias de permissão, pedido, capacidade, possibilidade, dever, etc.

Fonte: <https://www.englishexperts.com.br/modal-verbs>

Paveau (2011) e Niedzielski e Preston (2010) discorrem sobre as proposições populares serem crenças, não necessariamente falsas, que podem ser incorporadas aos dados científicos da Linguística. No enunciado 1, notamos que há algumas crenças a respeito do aprendizado de Língua Inglesa, tal como, no caso em questão, a imprescindibilidade de se aprender determinado conteúdo, entendido como basilar, antes de avançar para outro. A crença exposta, no entanto, não advém unicamente do saber popular, pois encontra eco em pesquisas acadêmicas que entendem o aprendizado como uma continuidade a partir de uma hierarquia em que o aprendizado do conteúdo B é prescindido pelo aprendizado do conteúdo A. Tal argumentação se consolida na afirmação de que “sem a leitura do artigo acima, você não estará preparado para compreender efetivamente o que apresentarei nos tópicos a seguir”, em que a autora reforça a necessidade de que o leitor siga a sequência didática proposta.

Ao conceituar o que são os verbos modais, a não linguista se utiliza de termos próprios da Linguística e não do saber profano, tais como, verbos modais, verbos auxiliares, carga semântica. Interessante perceber que a autora utiliza ainda duas grafias possíveis, a saber *modal verbs*, oriunda do inglês, e sua tradução *verbos modais*, sem que haja prejuízo para o entendimento de seu texto pelos demais membros da comunidade virtual. A linguística popular, por vezes, parece subverter a ordem ao colocar em evidência o fato de que, donos da bola ou não, o campo linguístico é rico e prolífico tanto para linguistas quanto para não linguistas.

A proposta de que o *English Experts* seja um ambiente colaborativo para aprendizado da Língua Inglesa submete-se ao interesse de que os usuários movimentem a plataforma com suas intervenções e participações. Nesse sentido, os fóruns de discussão desempenham uma importante função de permitirem que os usuários participem ativamente independentemente de serem ou não linguistas. Para além de um canal de tirar dúvidas, os fóruns permitem que tópicos linguísticos sejam discutidos sobre os mais diferentes vieses, desde a tradução de termos, conforme é possível verificar na figura 2, até pontos que convergem para um campo de saber popular.

Figura 2. Fórum do English Experts

The screenshot shows a forum post on the English Experts website. The post is by Anderson M Ramos, dated 07 Feb 2016, 20:46. The question is: "Eu ouvi esta expressão hoje, first things first. A tradução mais correta seria, 'uma coisa de cada vez'?" There are 5 responses. The top response is from Michael Kylow, dated 08 Feb 2016, 11:45, and is marked as "Resposta aceita". The answer explains that "first things first" is an idiom and suggests the translation "uma coisa de cada vez". The forum interface includes a voting system, a sidebar with community updates, and social media links.

Fonte: <https://www.englishexperts.com.br/forum/significado-de-first-things-first-t51328.html>

No exemplo da figura 2, a pergunta obteve 5 respostas, cabendo ao criador do tópico explicitar se sua dúvida já fora ou não sanada, além de avaliar a resposta que melhor respondeu sua dúvida. A resposta mais votada foi a que traduziu a expressão de maneira mais detalhada e completa, ainda que a intenção do participante, aparentemente, tenha sido apenas a confirmação de uma informação que ele já detinha. Embora o *status* de colaborador seja reservado aos

membros mais ativos, em especial aqueles que escrevem artigos para o *site*, percebo que mesmo os participantes que só postam nos fóruns à procura de respostas e traduções colaboram na produção do saber popular. A pergunta do participante ficará registrada e poderá ser encontrada pelos motores de busca, ou seja, as mais simples perguntas fazem parte do grande conjunto de dados linguísticos.

Os ambientes virtuais colaborativos também permitem o aprofundamento, em certa medida, de questões que extrapolam o objetivo principal, o que favorece a percepção de como determinados assuntos tão próprios da Linguística podem ser discutidos por não linguistas na internet. Na Figura 3, trago como excerto trecho de uma discussão sobre preconceito linguístico. Embora se trate de um “*expert member*” não é possível definir se o participante é linguista, sendo assim partimos do pressuposto que, dado o espaço e o contexto, o mesmo se posiciona em uma atividade de não linguista. O entendimento do que é o preconceito linguístico parte de um exemplo sobre a discriminação que determinada população na China passa por não falar o mandarim, idioma oficial chinês.

Figura 3. Discussão sobre preconceito linguístico

 **Adriano Japan** 875 ● 2 ● 19
Expert Member - 15 Mar 2012, 23:12

Bem, conheço países que tem preconceito linguístico dentro da própria nação e entre as nações vizinhas..

Na China por exemplo temos a língua padrão (*Mandarim*) que é ensinada nas escolas e utilizada em textos oficiais, etc...e que teoricamente todas as *56 etnias* do país deveriam utilizar como segunda língua, especialmente ao dialogar com alguém que fala algum outro dos infinitos dialetos pelo país... . o Mandarim é como um "inglês" dentro do próprio país para todos se entenderem, uma língua universal.

O problema é que algumas etnias se acham mais privilegiadas que as outras, e se recusam a falar o Mandarim, é o caso de *Hong Kong*, antigo território Britânico, que tem como o *Cantonês* seu dialeto oficial, e inglês como segunda língua.

Pode-se dizer que Hong Kong e China não se dão lá bem (os motivos podem ser vistos *neste tópico*).

Fonte: <https://www.englishexperts.com.br/forum/falando-sobre-preconceito-linguistico-ingles-t21014.html>

Não analiso a veracidade do que o participante escreveu sobre o preconceito linguístico na China, mas trago para a discussão tal excerto com o intuito de exemplificar os modos de se fazer linguística popular em ambientes virtuais colaborativos. A velocidade e a fluidez da era da informação, por vezes, não permite que as cercas sejam colocadas para limitar a extensão das discussões ou a troca entre pessoas com diferentes experiências de vida. Os saberes populares são espontaneamente construídos e, ainda que haja correlação entre a discussão sobre o preconceito linguístico explicitada na Figura 3 e as pesquisas acadêmicas sobre o

assunto, não se trata de incompletudes ou incorreções, mas da integração dos enunciados populares aos dados científicos da linguística.

Embora *English Experts* tenha como objetivo central facilitar o processo de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa, diversos outros tópicos em que a linguagem exerce papel central emergem das discussões publicadas no fórum de discussão. Ambientes virtuais de aprendizagem respondem a uma demanda cada vez maior de utilização de ferramentas tecnológicas que possam facilitar o aprendizado do idioma, conectar pessoas e, assim, vincular também os diversos saberes populares que surgem nas práticas languageiras. É comum em muitos dos tópicos do fórum a discussão sobre aspectos culturais de países em que o inglês é uma das línguas oficiais.

Breves considerações

Conforme Achard-Bayle e Paveau (2011, p. 11):

[...] a linguística popular levanta o problema do valor e da efetividade do conhecimento espontâneo em um contexto de aprendizagem: um discurso frequente é que, na linguística, como em outros lugares, a demonstração científica na maioria das vezes contradiz a interpretação espontânea, por exemplo, a posição de Jackendoff (2003) em relação ao “conhecimento popular”. Esse discurso está, no entanto, atualmente sendo minado por alguns filósofos das ciências que, depois de ilustres antecessores, como A. Schutz (1932) ou P. Feyerabend (1977), mostraram como as teorias espontâneas às vezes estão próximas de resultados científicos, ou têm validade de uma outra ordem necessária no campo da vida em sociedade.

O conhecimento espontâneo e despretensioso surge de maneira imprevisível, são úteis e efetivos. Ao longo deste artigo, discorri sobre o ambiente colaborativo virtual *English Experts*, que tem como principais colaboradores não linguistas e se constitui como um espaço profícuo para a pesquisa científica linguística que se proponha a debruçar sobre a linguística popular. Para além de um campo para coleta de dados, *English Experts* se apresenta como um guia *on-line* para aprendizes de língua inglesa, além de validar e legitimar o conhecimento *folk* que surge diariamente entre os participantes do ambiente virtual.

Referências

ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M-A. Linguística popular – a linguística ‘fora do templo’: definição, geografia e dimensões. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 4257-4270, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4257>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BARONAS, R. L.; CONTI, T. B. Notas sobre a possibilidade de um trabalho no carrefour epistemológico entre a linguística popular e os estudos do discurso. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 4285-4294, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4285>. Acesso em: 21 jan. 2020.

CUNHA, A. L. Interação verbal em fóruns de discussão: a língua escrita em atividades colaborativas. *13º Congresso Internacional de Educação a Distância*, Associação Brasileira de Educação a Distância. 2007. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/415200753049PM.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

DABASHI, H. *Can non-europeans think?* London: Zed Books, 2015.

NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. *Folk Linguistics*. Nova York: Mouton de Gruyter, 2010.

PAVEAU, M-A. Do non-linguists practice linguistics? An anti-eliminative approach to folk theories. *AILA Review*, John Benjamins Publishing, v. 24, p. 40-54, 2011 [2008].

Da linguística popular à linguística transdisciplinar: uma abordagem indisciplinar do Dicionário Trilíngue Capovilla

Jubileia Mendes de Matos Coelho

Introdução

Segundo Baronas (2019)¹², a linguística popular é um campo que adentra a linguagem do/no espaço brasileiro, define-se como objeto os saberes sobre linguagem construídos com rigor científico ou espontaneamente pelos mais diversos atores sociais. Não necessariamente, pertencentes ao campo dos estudos linguísticos (BARONAS, 2019). Ademais, o dicionário trilingue Capovilla intitulado *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos* (CAPOVILLA; TEMOTEO; RAPHAEL; MARTINS, 2017), se afasta do campo da linguística aplicada e se desenvolve sob o viés da neuropsicolinguística cognitiva experimental. O que subsidia a ancoragem desta pesquisa também no cruzamento com a linguística popular e a delimitação do título: “Da linguística popular à linguística transdisciplinar: uma abordagem indisciplinar do dicionário trilingue Capovilla”.

Sendo assim, não trilha pela historicidade do uso de dicionários em sala de aula ou da lexicologia e lexicografia em geral, temas relevantes e presentes em pesquisas na área da linguística aplicada (KRIEGER, 2012). Se pauta, pelo contrário, em uma prática de uso da referência lexicográfica nominada dicionário trilingue Capovilla “Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos. Obra idealizada para alunos surdos do Ensino Fundamental e Médio e, demais interessados como professores ouvintes, intérpretes e estudantes de Libras”.

Conforme Costa (2018), em publicação no *Jornal da USP*¹³, o dicionário é fruto de um programa de pesquisas em lexicografia e lexicologia de Libras iniciado em 1994, desenvolvido no Laboratório de Neuropsicolinguística Cognitiva Experimental do Instituto de Psicologia da USP. O projeto obteve apoio da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis e de centenas de colaboradores surdos e ouvintes nas mais variadas funções como a de informantes e revisores surdos, pesquisadores de campo, ilustradores, cinegrafistas, programadores de computador, entre outros, em um período de 25 anos de pesquisa (COSTA/USP, 2018).

A obra lexicográfica *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas Mãos* está organizada em três volumes, com 14.500 palavras-sinais em libras e mais de 13 mil palavras em entradas lexicais individuais. Versão em capa dura, organizada pelos autores: Fernando César Capovilla, Walkiria Duarte Raphael, Janice Gonçalves Temoteo, Antonielle Cantarelli Martins. Além dessa obra, Capovilla e Raphael possuem diversas coletâneas enciclopédicas e publicações na área da Ciências Sociais e Humanas.

12 Disciplina Tópicos em Estudos Linguísticos IX: Linguística Popular ou *Folk Linguistics*, ministrada pelo Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas, na Universidade Federal de Mato Grosso, no segundo semestre de 2019.

13 <https://jornal.usp.br/cultura/dicionario-da-lingua-de-sinais-exigiu-25-anos-de-pesquisas/>

Neste trabalho, descrevo dois verbetes, bem como informações gerais do *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos*, volumes 1, 2 e 3, que fazem parte das obras contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático – MEC. A escolha do dicionário se justifica por compor acervo da biblioteca da Escola Estadual Prof^a Arlete Pereira Migueletti – CEAADA, lócus desta pesquisa. O objetivo foi analisar como as entradas lexicais podem ser acessadas por um grupo de alunos surdos, em relação ao recurso de busca na estrutura dos verbetes trabalhados em sala de aula.

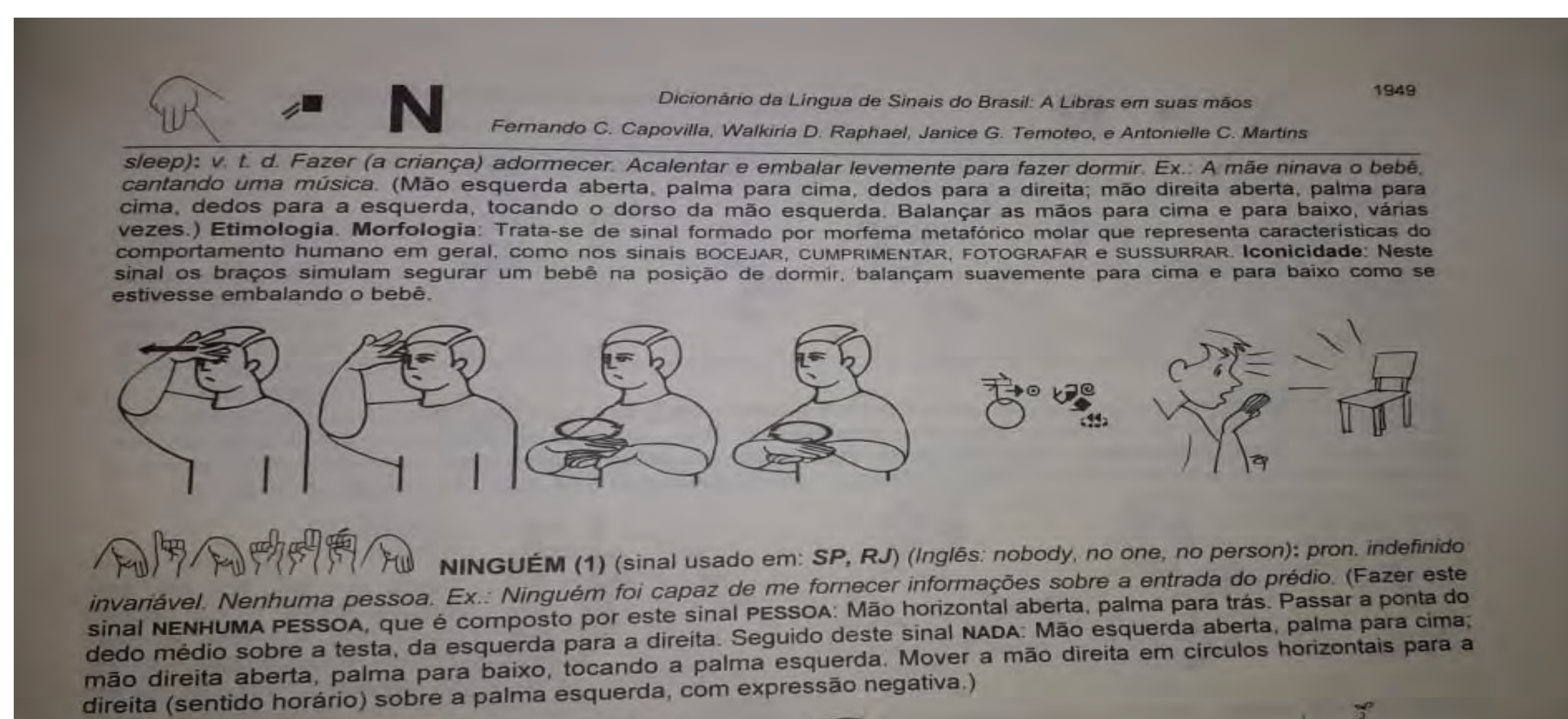
Descrição do dicionário

O dicionário, em sua estrutura composicional, apresenta paginação destacada na borda superior direita das páginas, com indexação alfabética do português e letras do alfabeto manual da libras por meio da fonte de computador Capovilla-Raphael. Assim como há representação da língua de sinais por ilustração e descrição gramatical, também há sua escrita – *SignWriting*, seguida por representação ilustrando o uso da palavra-sinal em contexto específico.

Apesar de ter como foco a língua de sinais, utiliza a escrita do português para a descrição dos verbetes, indexação lexical e exemplo de uso funcional da língua. Os verbetes fornecem várias informações sobre determinada palavra (em português escrito) e palavra-sinal (em libras), com suas definições semânticas, sinônimos, informações gramaticais do léxico em português e libras, variação regional do sinal, conforme figura 1, abaixo.

Primeira entrada lexical, verbete ninguém, com estágios e setas de movimento.

Figura 1. Verbetes *Ninguém* (1).

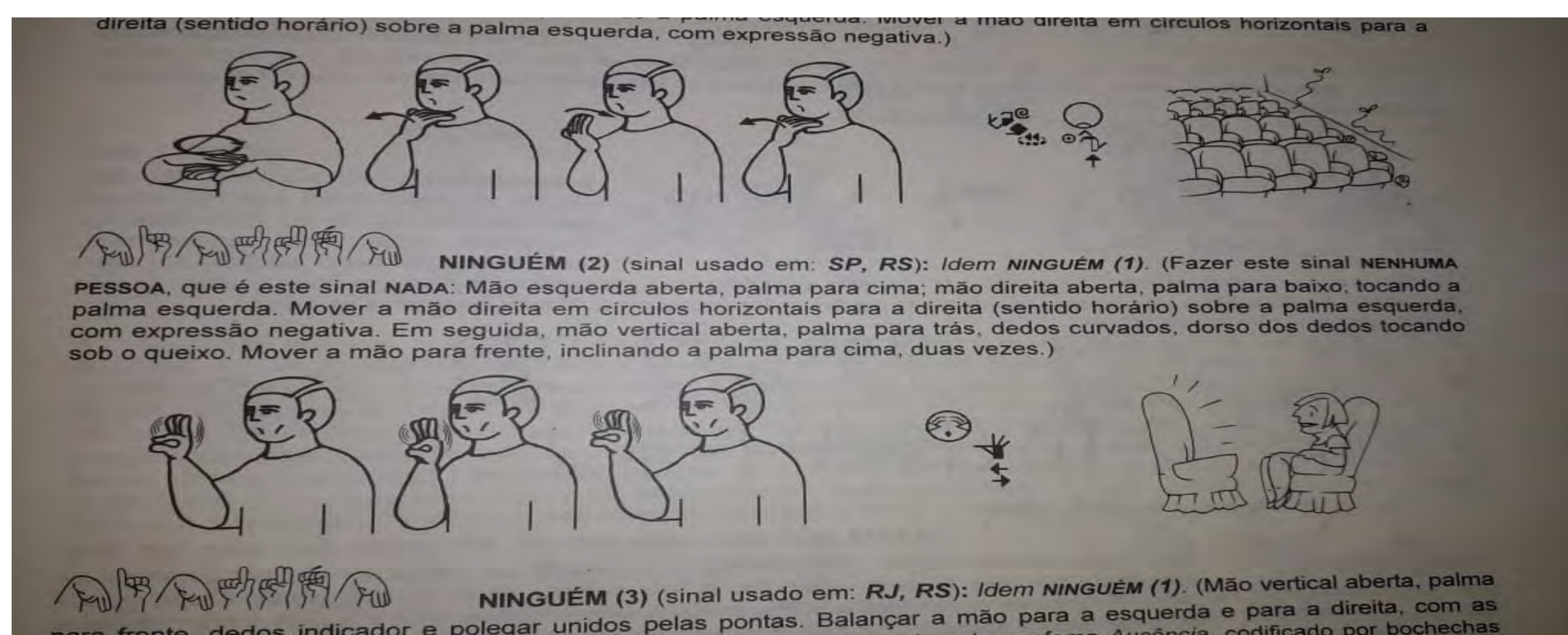


Fonte: Extraído de Capovilla, Timoteo, Raphael e Martins (2017)

A palavra-sinal “ninguém” é descrita abaixo da continuação da página anterior. Observe, primeiro (1.), em libras: palavra-sinal “Ninguém” (em forma de ilustração), sinal composto,

primeira variação linguística usada em São Paulo e Rio de Janeiro. 2. *Signwriting*¹⁴. 3. Desenho com representação de contexto de uso do sinal. 4. Datilologia do alfabeto manual. 5. Português: palavra “Ninguém” em destaque. Seguida de tradução do português para o inglês. 6. Informação gramatical em português. 7. Exemplo de uso da palavra em uma frase em português. 8. Informações gramaticais da libras sobre como realizar a sinalização: direcionalidade, movimento, expressão facial etc. A segunda entrada lexical, figura 2 a seguir, compartilha o mesmo significado da primeira: ninguém, nenhuma pessoa.

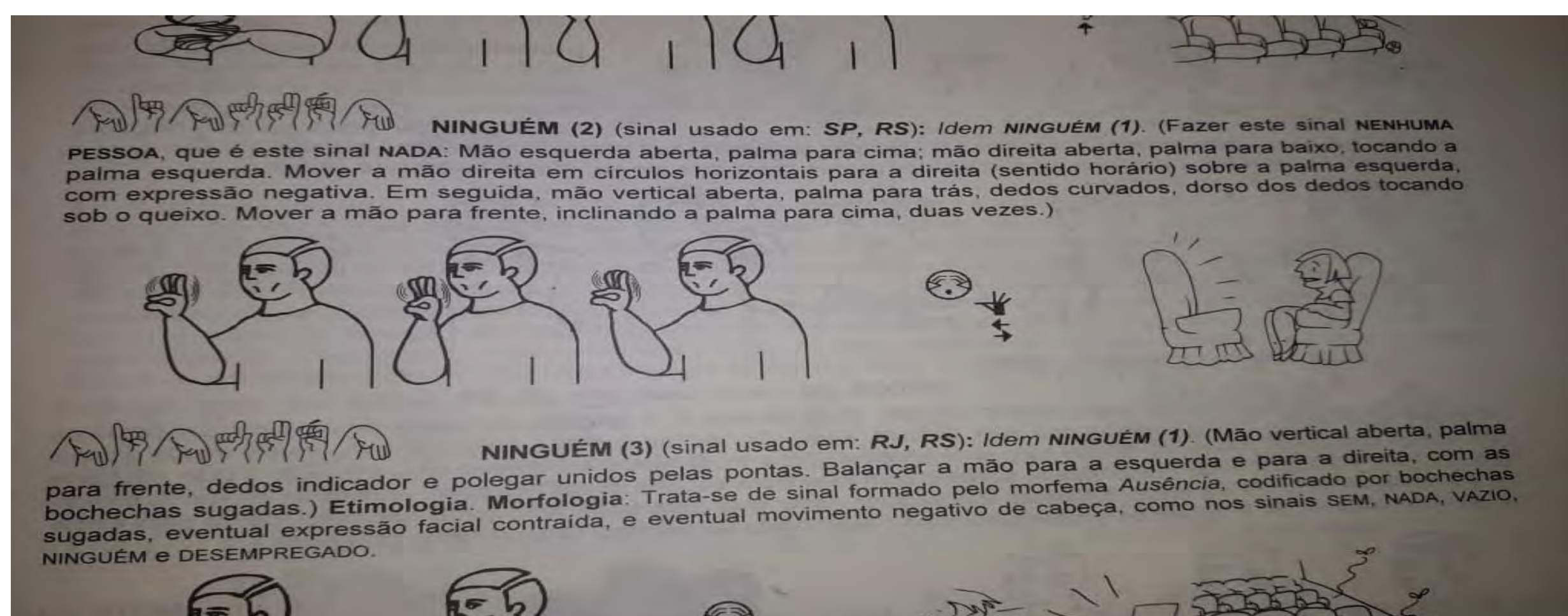
Figura 2. Verbetes Ninguém (2).



Fonte: Extraído de Capovilla, Timoteo, Raphael e Martins (2017)

Na segunda entrada lexical: 1. Em libras: palavra-sinal “Ninguém” (em forma de ilustração). Sinal composto, segunda variação linguística, usada em São Paulo e Rio Grande do Sul. 2. *Signwriting*. 3. Desenho com representação de contexto de uso do sinal. 4. Datilologia do alfabeto manual. 5. Português: palavra “Ninguém”, idem – definição de significado descrito no primeiro verbete. 6. Informações sobre como realizar a sinalização: direcionalidade, movimento, expressão facial etc. Do mesmo modo, ocorre na figura 3, terceira entrada lexical:

Figura 3. Verbetes Ninguém (3).



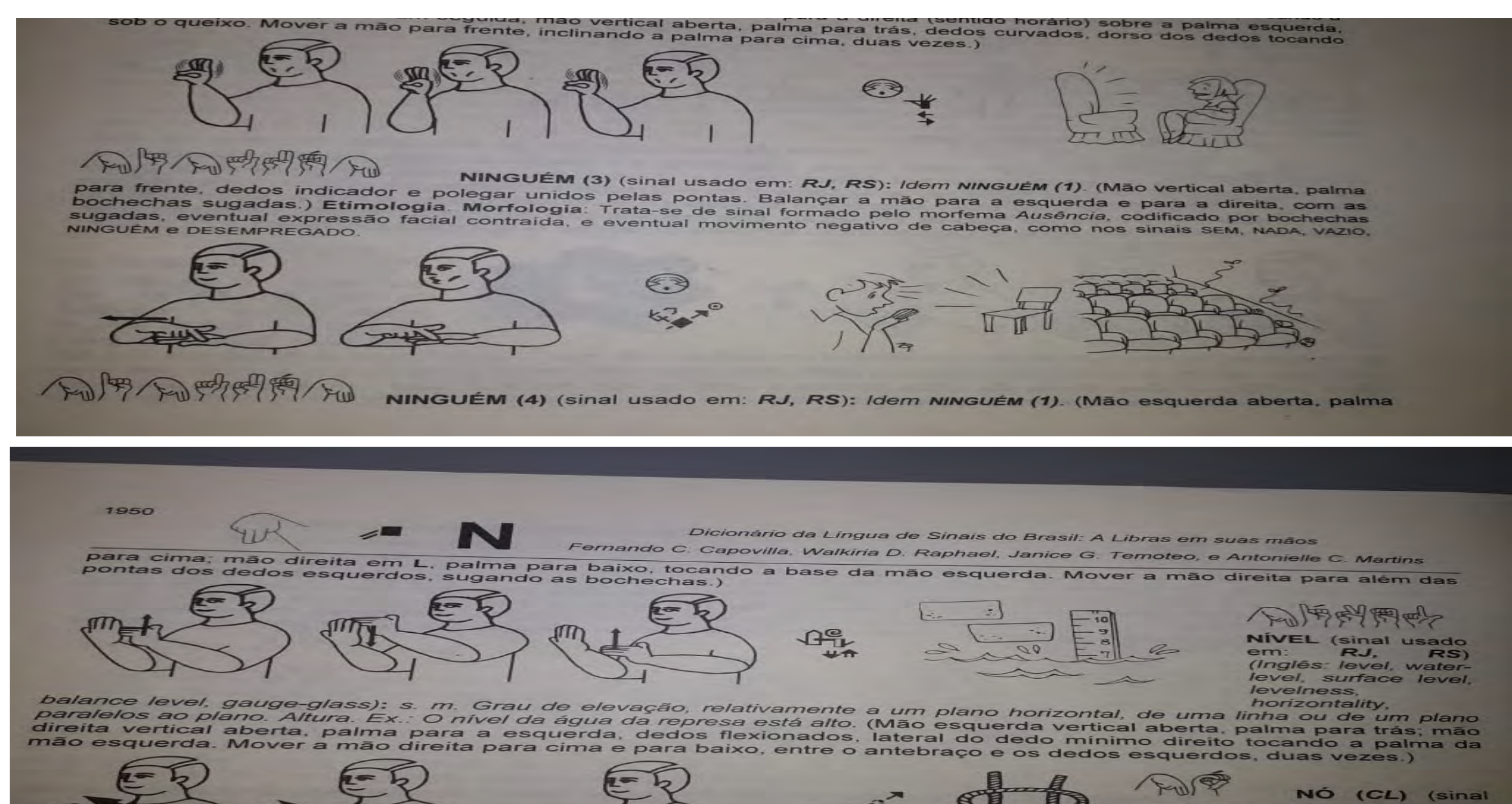
Fonte: Extraído de Capovilla, Timoteo, Raphael e Martins (2017)

¹⁴ Escrita visual do sinal, ainda não é amplamente usada pelos surdos brasileiros. Também importante destacar que existem outras versões para a representação gráfica da escrita visual da Libras.

Mesmo padrão representacional pode ser percebido na terceira variação: 1. Libras: palavra-sinal “Ninguém” (em forma de ilustração). Sinal simples, terceira variação linguística, usada no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. 2. *Signwriting*. 3. Desenho com representação de contexto de uso do sinal. 4. Datilologia do alfabeto manual. 5. Português: Palavra “Ninguém”, definição de significado descrita no primeiro verbete. 6. Informações sobre como realizar a sinalização: direcionalidade, movimento, expressão facial etc. 7. Etimologia Morfologia: correspondente à língua de sinais, com a origem proveniente de outro morfema da libras e palavra-sinal com a mesma configuração de mão e sinônimos aproximados.

Na sequência, a quarta palavra-sinal traz outra configuração de mão, contudo, permanece o mesmo significado apresentado nas entradas lexicais anteriores. Desse modo, o sinônimo permanece como ausência de pessoas.

Figura 4. Verbetes Ninguém (4).



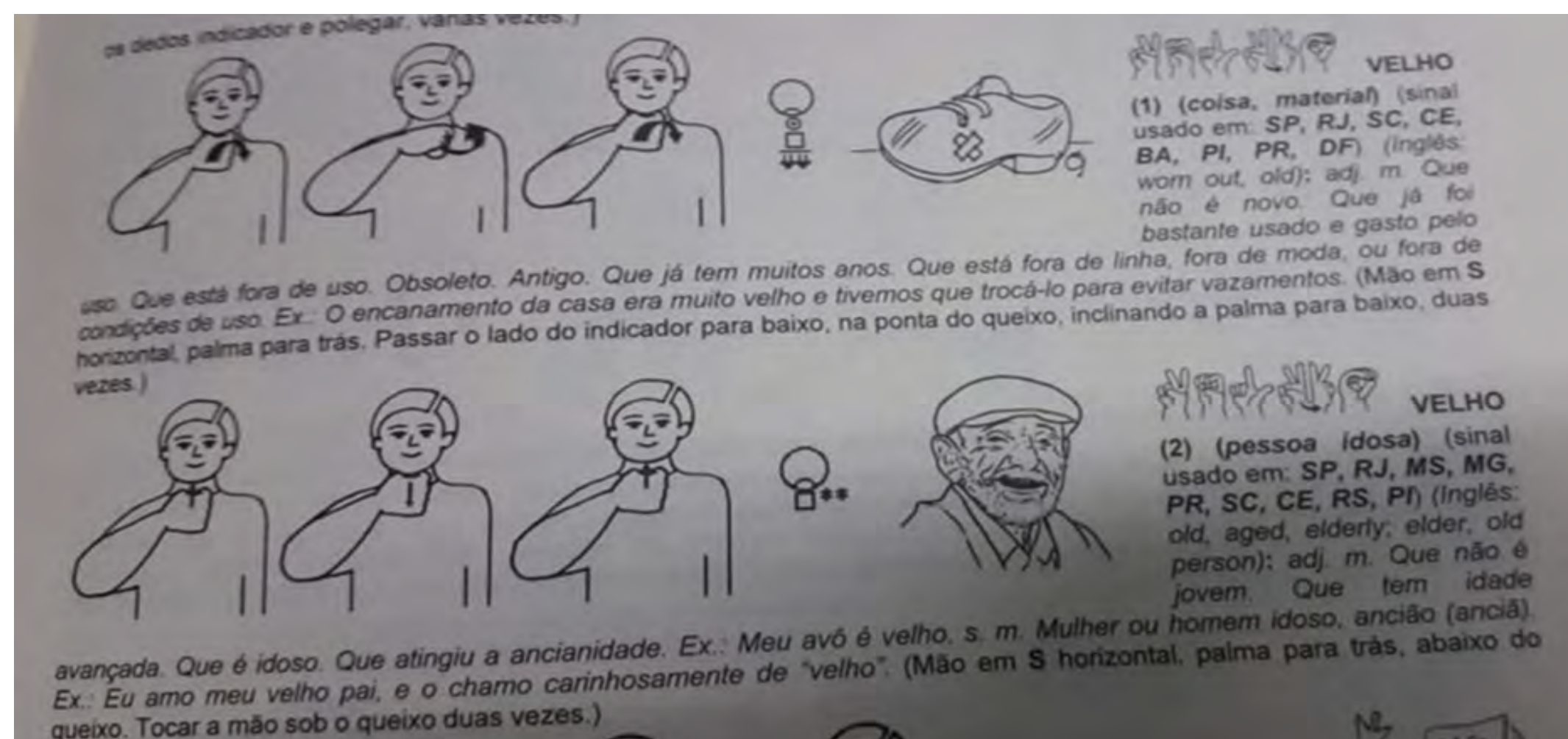
Fonte: Extraído de Capovilla, Timoteo, Raphael e Martins (2017)

Quarta palavra-sinal: 1. Libras: palavra-sinal “Ninguém” (em forma de ilustração). Sinal simples, quarta variação linguística, usada no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. 2. *Signwriting*. 3. Figura (idem junção das representações anteriores). 4. Datilologia do alfabeto manual. 5. Português: palavra “Ninguém”, idem – definição de significado descrita no primeiro verbete. 6. Informações sobre como realizar a sinalização: direcionalidade, movimento, expressão facial etc. Em nosso estado, Cuiabá, é comumente usada essa variação regional.

Destaco que, nas quatro entradas lexicais do pronome indefinido *ninguém*, apesar das variações linguísticas de lugar presentes na diferenciação das palavras-sinais, trata-se de um único sentido: nenhuma pessoa, evidenciado tanto na frase contextualizada quanto na representação do desenho. A ênfase dada na obra aponta para o aspecto cultural da libras.

Em outra exemplificação, analiso o verbete Velho:

Figura 5. Verbete velho.



Fonte: Extraído de Capovilla, Timoteo, Raphael e Martins (2017)

A primeira entrada lexical descreve a libras: palavra-sinal “Velho” (em forma de ilustração), sinal simples, usado em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Ceará, Bahia, Piauí, Paraná, Distrito Federal. Na sequência, o *Signwriting* e o desenho de um “sapato velho” – Representação de contexto de uso do sinal. Em seguida, a datilologia do alfabeto manual. Em continuação, o português escrito, a palavra “Velho” no sentido de objeto material. Posteriormente, tradução do português para o inglês. Traz, também, informações gramaticais: adj. m., no sentido daquilo “que não é novo”. Assim como sinônimos em português tais como *obsoleto* e *antigo*. Por fim, exemplificação contextualizada do uso da palavra em uma frase em português. Por último, informações gramaticais da Libras sobre como realizar a sinalização: direcionalidade, movimento, configuração de mão etc.

Na segunda entrada lexical, há, como nos exemplos anteriores, exemplificação em libras da palavra-sinal, “Velho”, em forma de ilustração. Palavra-sinal simples, empregada em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Sul, Piauí. 2. *Signwriting*. 3. Com o sentido de pessoa idosa e, desenho evidenciando esse uso. 4. Datilologia do alfabeto manual. 5. Português: palavra “Velho” para pessoa idosa, homem velho. Seguido da tradução para o inglês. 6. Sentido: “que não é jovem”. 7. Sinônimo escrito em português: idoso, ancião/anciã; antigo, com descrição do sentido. Exemplo, em português, de uso da palavra em duas frases com explicação e contextualização do sentido, seguido da flexão de gênero. 8. Informações gramaticais da língua de sinais sobre como realizar a sinalização: direcionalidade, movimento, configuração de mão etc.

Pondero que, diferente do verbete “Ninguém”, o verbete “Velho” aborda duas entradas lexicais para a mesma configuração de mão. Sendo assim, a mesma palavra-sinal pode ser empregada com sentidos diferentes, a saber: para objetos, coisas materiais e para pessoas. Provavelmente, por compor o sentido presente na libras, seu contexto de uso determinará qual significado se referirá ao sinal.

De modo geral, o dicionário apresenta verbetes correspondentes ao significado da palavra-sinal referente à cultura linguística da libras. Contudo, a indexação para o acesso à língua de sinais (aqui língua fonte) ocorre por intermédio do português (aqui o português desempenha a função de língua-alvo e língua de apoio e acesso a libras). Assim, conhecer a escrita das palavras em português é necessário, por se constituir em um recurso de busca pelo léxico em outras línguas, libras e inglês. A entrada lexical é apresentada na forma lematizada, substantivo no singular e no masculino ou verbo no infinitivo.

Por uma abordagem trans/indisciplinar na linguística aplicada

Este trabalho busca aproximação com a linguística aplicada transdisciplinar/indisciplinar (MOITA LOPES, 2006; FABRÍCIO, 2006), por entender que a ciência se constrói, na atualidade, como um campo de estudo mestiço e híbrido. Como tal, se volta a “criar inteligibilidade para problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (MOITA LOPES, 2006, p. 14). Sendo assim, a linguagem não pode estar desarticulada das práticas sociais. Mas, atenta aos contextos socioculturais e políticos que a constitui e constrói.

Considerando que a linguagem opera nas práticas sociais e transita de forma indisciplinar e transdisciplinar pelos vários campos de estudos, suas epistemologias atravessam campos de conhecimento indisciplinados (MOITA LOPES, 2006; MOITA LOPES, 2004; FABRÍCIO, 2006). Portanto, os saberes não se limitam a um campo científico ou área específica do conhecimento.

Com essa perspectiva teórica, amplia-se o campo de pesquisa por áreas e saberes transdisciplinares/indisciplinados, com vistas a entender as novas inquietações e problemáticas sociais advindas da linguagem, da língua em uso. Decorrentes da observação de “que nenhuma área do conhecimento pode dar conta da teorização necessária para compreender os processos envolvidos nas ações de ensinar/aprender línguas em sala de aula, devido a sua complexidade” (MOITA LOPES, 2008, p. 16).

Resultando na hibridização, na mescla com outros campos da ciência, em especial, nas Ciências Humanas e Sociais, assim como, favorecendo avanços por outros contextos e áreas do conhecimento. Exemplificado também nos pressupostos da linguística popular (BARONAS, 2019), na medida que percorre por outros caminhos teóricos não normatizados, integrando dados e saberes, outrora postos à margem, mas que na contemporaneidade adentra o campo dos estudos linguísticos e da pesquisa científica, em especial, da linguística aplicada.

Essa perspectiva teórica se alinha ao debate da linguagem em uso em contextos institucionalizados e não institucionalizados, acadêmicos e não acadêmicos. Igualmente,

ainda nos pressupostos da linguística aplicada transdisciplinar que investiga o que está sendo dito/construído em práticas situadas híbridas escolares e não escolares, por intermédio da linguagem em uso pelos sujeitos que atuam nesses espaços. Da mesma forma, alinhava aos saberes da linguística, em especial, da lexicografia à aplicação de dicionários pedagógicos como instrumentos didáticos de docência em relação aos aspectos culturais e linguísticos da língua fonte e línguas-alvo. A exemplo, libras – português – inglês.

Segundo Krieger (2012), a lexicografia é um ramo da linguística aplicada. A diferença entre lexicografia ou lexicografia pedagógica/didática está na aplicabilidade de uso do dicionário. Esse ramo consiste em um campo de estudos dos “fundamentos linguísticos, em que se inclui, por exemplo, análise semântica das definições lexicográficas, entre tantas outras possibilidades” (KRIEGER, 2012, p. 171).

[...] os dicionários são tipos de textos, com características próprias, e, como tal, não são isentos de subjetividade e, tampouco, neutros. A compreensão do dicionário como texto, fortemente moldado pela projeção das necessidades de um consulente, torna-se importante para seu uso como instrumento didático. [...]. Assim como o professor é levado a escolher materiais didáticos adequados aos seus projetos de ensino, precisa também fazer escolhas pertinentes no campo da Lexicografia de valor pedagógico. O viés das relações entre tipo de dicionário e adequação a etapas de ensino, bem como a produtividade de seu uso, circunscrevem um novo campo de estudos que adentra a Linguística — a Lexicografia Didática ou Pedagógica. (KRIEGER, 2012, p. 171).

A lexicografia pedagógica se ocupa das técnicas de produção, organização do repertório linguístico, visando essencialmente a forma e a significação do léxico para a elaboração de dicionários. São informações que estão presentes nos verbetes. Como critérios de análise dessa categoria, pode-se elencar o viés descritivo comunicativo da unidade lexical, igualmente se as entradas lexicais possuem “informações sistematizadas sobre o léxico de um idioma, bem como sobre os componentes – gramatical, linguístico e discursivo – das unidades lexicais” (KRIEGER, 2012, p. 178).

Desse modo, neste trabalho o público-alvo são os alunos surdos do Ensino Fundamental II, nas aulas de português escrito. O objetivo é analisar como as entradas lexicais podem ser acessadas por um grupo de alunos surdos, do 8º Ano e 9º Ano, em relação aos recursos de busca na estrutura dos verbetes trabalhados em sala de aula.

Contexto, geração de dados e análise

Metodologicamente, este estudo se enquadra dentro de um paradigma de pesquisa qualitativo-interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008). A geração dos dados se deu por meio de observação participativa, atividades desenvolvidas em sala de aula e pesquisa bibliográfica, especificamente de dois verbetes no dicionário de libras para surdos e análise das atividades realizadas com os alunos, em uma escola pública para surdos.

As atividades ocorreram nas aulas de português para surdos, com aulas duplas de 120 minutos, entre os meses de novembro e dezembro de 2019, durante 2 semanas. Total de 240 horas/aula, desenvolvidas com 8 alunos do 8º Ano e 6 alunos do 9º Ano. Devido à limitação desta pesquisa se fez necessário um recorte dos dados gerados, direcionados por dois critérios: os que concluíram as atividades propostas e refletiram sobre como o uso do dicionário impresso contribuiu ou não para a compreensão e respostas dadas às questões.

Reforço que, conforme mostrado em outro trecho acima, a entrada lexical dos verbetes no dicionário ocorre pela representação gráfica em português (palavra em português), associada a palavra-sinal (ilustração do sinal em libras). Dentre outras linguagens, os desenhos são vistos com função contextual dos sentidos da palavra-sinal dicionarizada.

Com o intuito de investigar como os estudantes surdos utilizam o dicionário pedagógico em um contexto educacional bilíngue, lancei mão de uma proposta pedagógica com cinco sequências de atividades; a saber: 1º Conhecendo o dicionário trilingue Capovilla. 2º Pesquisando palavras no dicionário e contextualizando-as. 3º Letramento com os verbetes: ninguém, greve, pão, velho. 4º Crônica “O Padeiro”, de Rubem Braga. Essas etapas constam detalhadas em anexo.

Para desenvolver essas etapas, foram necessárias a mediação e intervenção da professora. Quando perguntados o que significava determinada palavra vista por eles no dicionário, apenas traduziam-na para a modalidade escrita, indo da ilustração palavra-sinal ao desenho dicionarizado do contexto. Por fim, dessa transcrição do sentido dicionarizado sucederam-se as respostas: frases ou palavras gravadas em português. Quando incentivados a significar essa palavra com exemplos de uso, diziam não saber ou pediam que lhes explicassem.

Em suma, os alunos pareciam não compreender a palavra escrita ou não significavam seu uso. Assim, recorriam ao dicionário para transcrever em português escrito o que era visível no desenho. Ou seja, transcreviam o desenho em palavras. Dado que, mesmo eles traduzindo e transcrevendo, era o sentido empregado no dicionário pela linguagem visual que era mobilizado – ilustração da palavra-sinal em libras e desenho contextualizado –, em detrimento da palavra escrita em português. Diante desse fato, intervi alocando outros recursos digitais de aprendizagem, como exemplo a crônica, de Rubem Braga, na qual a palavra *ninguém* significa

mais do que ausência de pessoa em determinado ambiente. Assim também, o significado de algumas palavras envolve outros sentidos não presentes ou evidenciados naquele texto.

Daí, então, as atividades desenvolvidas em sala de aula seguiram na perspectiva das práticas de letramento. Na atividade 5. Parte A – Definição e significado dos verbetes. Parte B – Resposta às questões. Proposta realiza por Camilo (8ºAno)¹⁵.

Na parte A, primeira parte da quinta atividade, foi solicitado aos alunos que construíssem em grupo a definição de alguns verbetes e, dentre eles, a expressão “pão velho” e a palavra “ninguém”. Poderiam acrescentar outras, caso assim quisessem.

Figura 6. Proposta de exercícios 1.



Fonte: particular da autora

Camilo demonstrou compreensão da expressão “pão velho” atribuindo o novo sentido em alusão à crônica. Ilustrou a palavra-sinal “pão” (em libras), mas reproduziu apenas o desenho de um tipo específico de pão. Concernente ao significado em português, escreveu “Pão velho esfarela ontem”.

Em relação à palavra “ninguém”, esta manteve a transcrição do desenho, inclusive reproduzindo-o na imagem de um homem olhando e apontando para uma cadeira vazia tal qual apresentado no dicionário, produzindo a seguinte frase: “é pra quem fazer esquece ninguém não tem”. Ou seja, ausência de pessoa em determinado lugar.

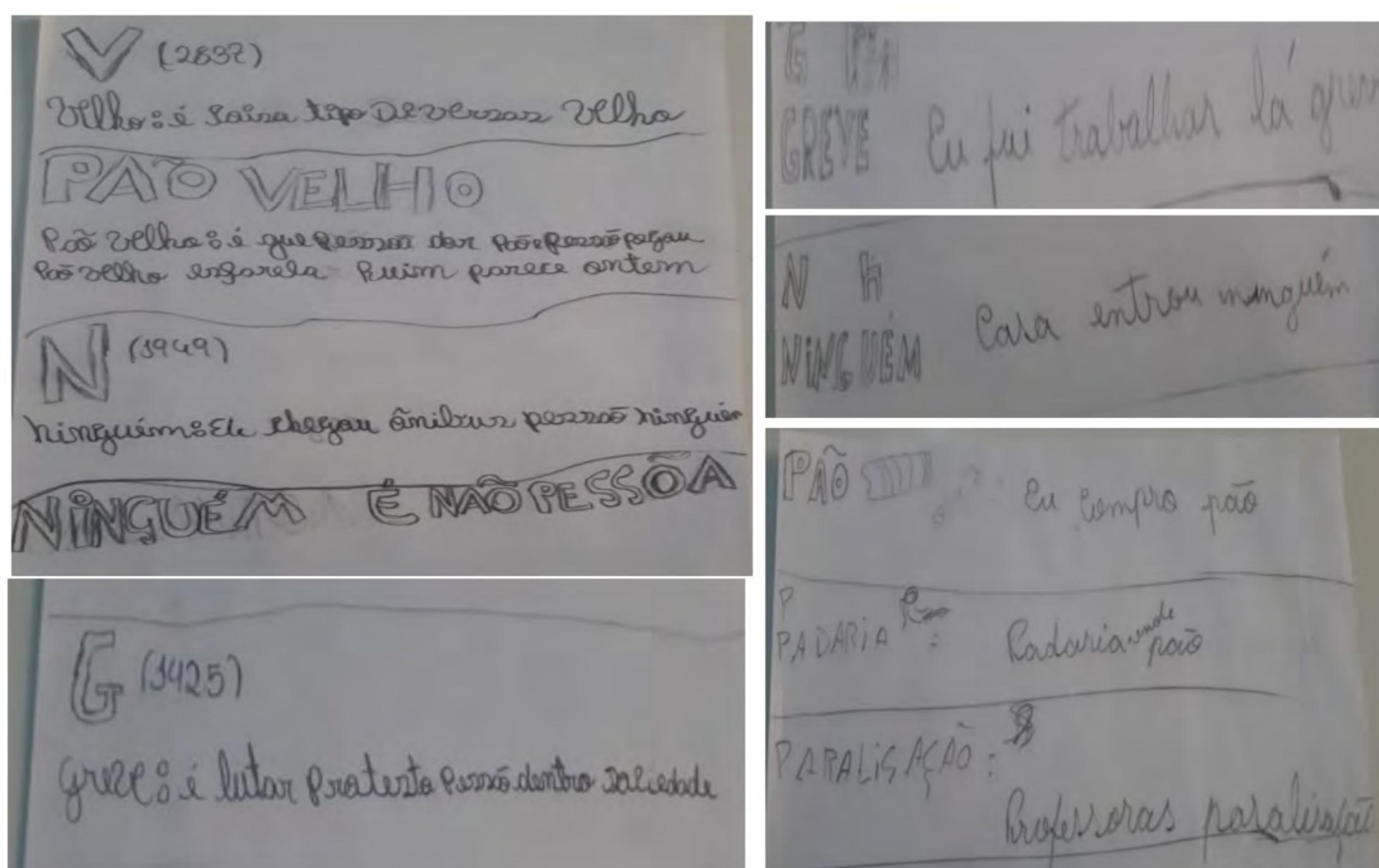
¹⁵ Os nomes dos alunos são fictícios para preservar a identidades deles.

Ainda nesse direcionamento, nos excertos a seguir, destaco as propostas realizadas por Elias, do 8º Ano e Anderson, do 9º Ano.

Figura 7. Proposta de exercícios 2.

Proposta realizada por Elias (8º Ano)

Anderson (9º Ano)



Fonte: particular da autora

Para atribuir sentido à palavra dicionarizada, os alunos mobilizaram conhecimentos diversos e entre modalidades linguísticas diferentes: libras (visual-espacial) e português (oral-auditiva). Igualmente, inserindo experiências vivenciadas em suas práticas sociais e de língua(gem). Assim, a língua(gem) em uso pôde ser observada em todas as atividades desenvolvidas em sala de aula.

A inserção da prática social dos alunos e de suas experiências de uso da língua(gem) foram mobilizadas para a construção do sentido dado no dicionário, como exemplo a palavra “ninguém” compõe a sentença “Ele chegou ônibus pessoa ninguém”; “casa entrou ninguém”. Fato esse repetido na palavra “Greve: eu fui trabalhar lá greve” e “eu compro pão”. O contexto ilustrado no dicionário é transcrito literalmente por Elias em “Ninguém: é não pessoa”; “Velho: é coisa tipo diversas velho”. Elias acrescenta sua prática de sala de aula, em atividades desenvolvidas anteriormente para compor o significado da palavra greve, “greve: é lutar protesto pessoa dentro sociedade”. Na frase “Pão velho é que pessoa dar pão pessoa pegou pão velho esfarela ruim parece ontem”, há a contextualização a partir do sentido apresentado na crônica, de Rubens Braga.

Conforme observado acima, os alunos utilizaram vários recursos como mediação para a resolução da atividade de construção de sentido das palavras dicionarizadas, dentre eles,

consulta o léxico do dicionário, a interpretação da crônica em libras e a mediação e interação da professora. Logo, práticas linguísticas e sociais escolares e não escolares são vivenciadas pelos alunos na feitura da atividade. Acessa-se, portanto, conteúdos lexicais e informações linguísticas por intermédio da linguagem em uso pelos sujeitos que ocupam esses espaços (MOITA LOPES, 2004).

Concernente ao recurso de busca, função relacionada à consulta lexicográfica de informações em libras e português, a indexação ocorre em português, segunda língua do surdo utente/falante da Língua Brasileira de Sinais (libras). Isto significa que a entrada lexical não contempla a libras como língua fonte de indexação, mas, conforme explicação contida no próprio dicionário, a organização lexical fica a cargo da busca pela ordem alfabética, devido à limitação de o dicionário ser impresso.

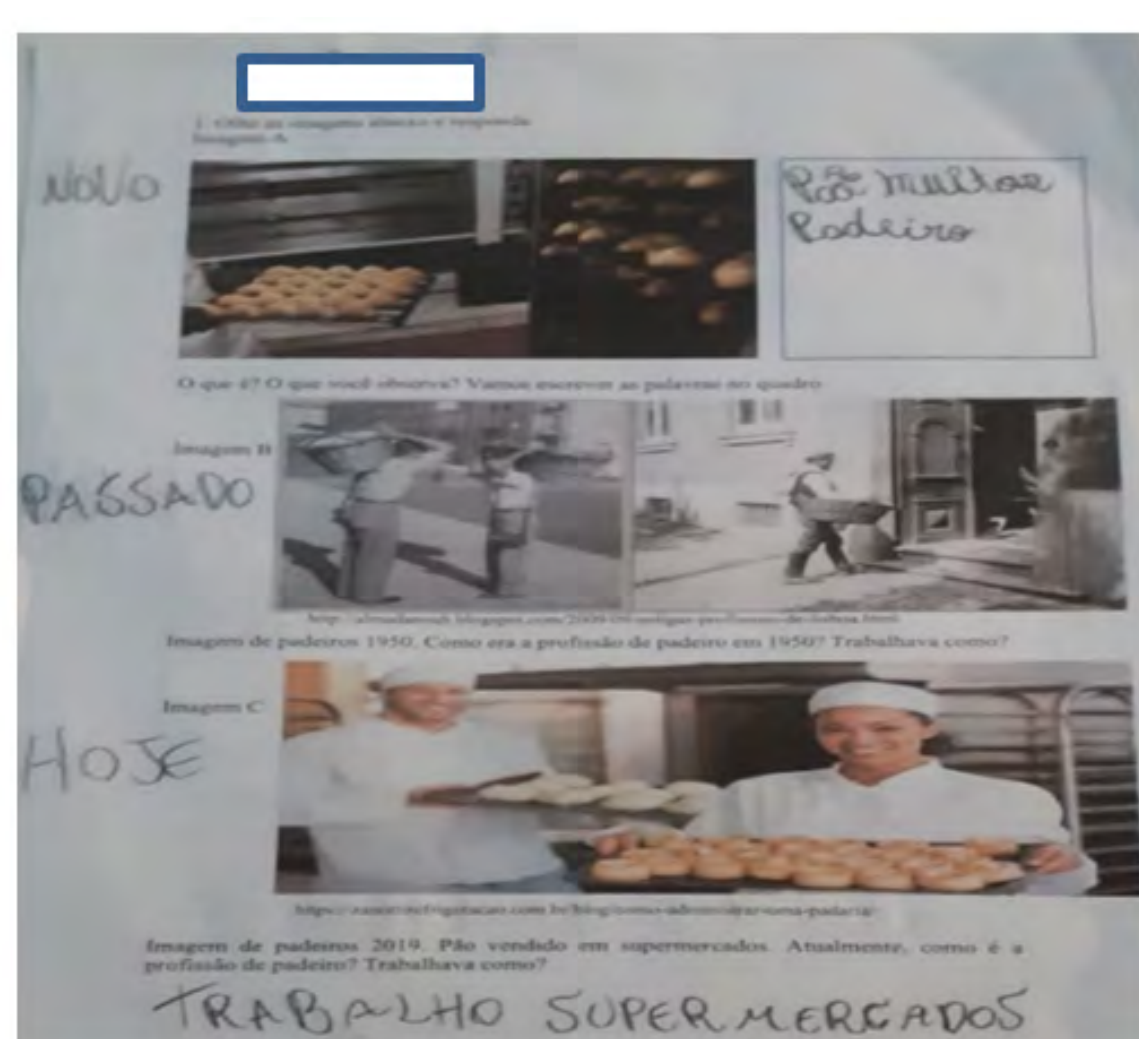
Pondero que os alunos conseguem ampliar seu leque de significação das palavras, propondo, no português escrito, uma prática linguística de uso social da palavra, desde que com ação docente mediando essa prática de aprendizagem de forma colaborativa.

Em relação ao uso do Dicionário trilingue impresso na aula de português escrito para alunos surdos, a título de exemplificação e problematização, as figuras 8 e 9 descrevem a parte B da Atividade 5, quanto aos mecanismos de busca e significação lexical realizadas pelos alunos, Elias e Anderson.

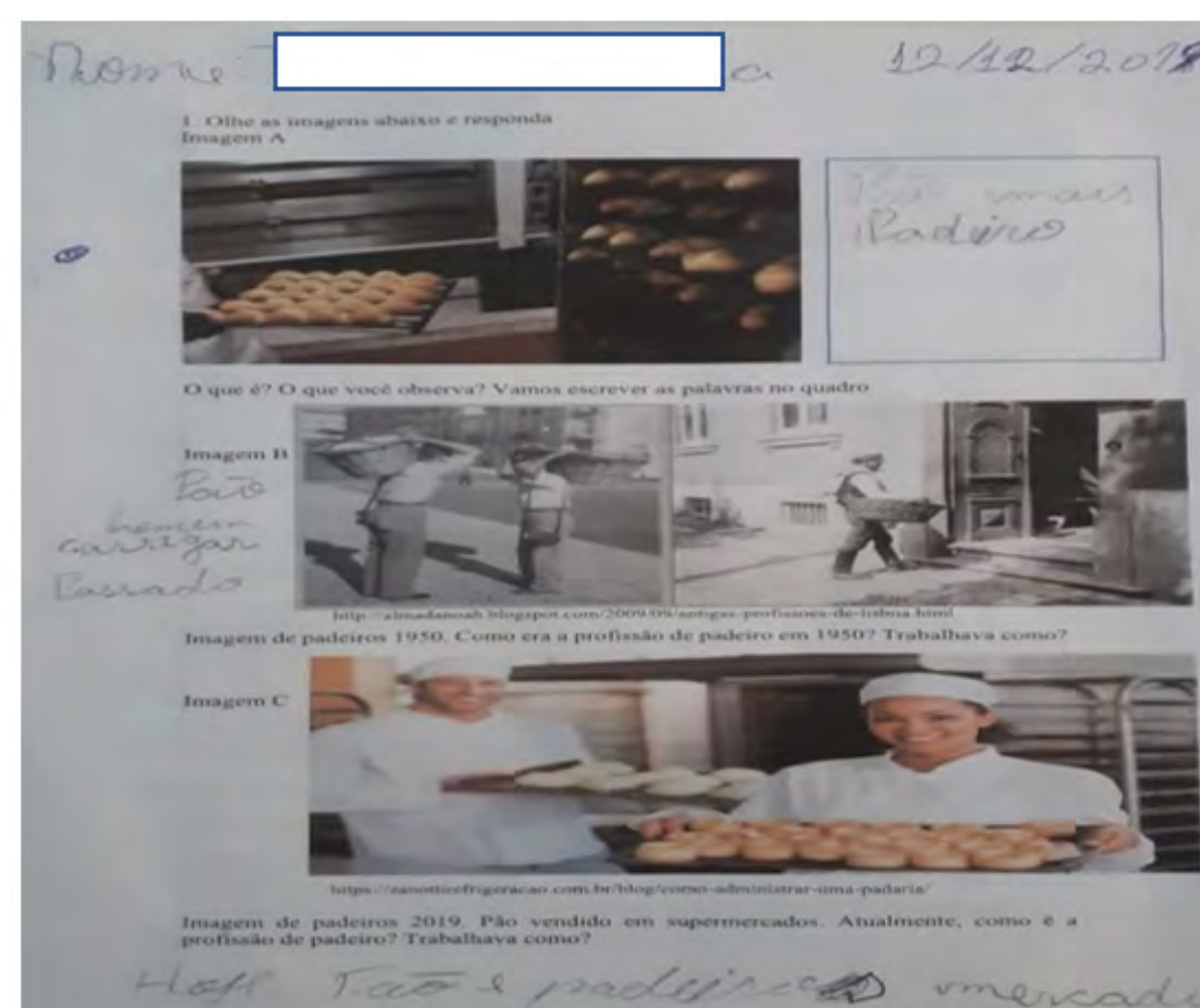
Parte B – Resposta às questões.

Figura 8. Proposta de exercícios 3.

Proposta realizada por Elias



Proposta realizada por Anderson



Fonte: particular da autora

Na figura 8, temos a continuação da proposta de prática de letramento de português para surdo.

Figura 9. Proposta de exercícios 4.

Proposta realizada, Elias

2. Olhe o texto adaptado em Libras: "O Padeiro", autor Rubem Braga. Rio, maio, 1956

O que aconteceu? Quais palavras você entendeu? Vamos escrever as palavras no quadro. *Eu dei o pão de queijo para o menino que estava com fome também mas não sabia*

3. Responda as questões abaixo.

A) Segundo o dicionário, o que significa a frase Greve dos patrões?

greve que pessoa lutar

Como você sabe?

Pesquisei dicionário também livro

B) Na crônica O Padeiro, é dito algumas palavras como Greve dos patrões. Você sabe que tipo de greve é essa?

GREVE PATRÕES. Empregado não mas patrão

Eu sei a ideia

C) Na fala "Não é ninguém, é o padeiro!", o que pode significar a palavra Ninguém? O que é?

porque não tem ninguém

D) Na crônica O Padeiro, é dito a expressão Pão Velho. O que significa Pão velho?

então pão velho ruim

Proposta realizada, Anderson

2. Olhe o texto adaptado em Libras: "O Padeiro", autor Rubem Braga. Rio, maio, 1956

O que aconteceu? Quais palavras você entendeu? Vamos escrever as palavras no quadro. *Eu dei o pão de queijo para o menino que estava com fome também mas não sabia*

3. Responda as questões abaixo.

A) Segundo o dicionário, o que significa a frase Greve dos patrões?

dicionário me ajuda não vou

Como você sabe?

eu sei greve professor lutar salário direito greve motorista ônibus igual

B) Na crônica O Padeiro, é dito algumas palavras como Greve dos patrões. Você sabe que tipo de greve é essa?

ainda não

greve dos patrões, patrão manda parada trabalhar madrugada em dia

C) Na fala "Não é ninguém, é o padeiro!", o que pode significar a palavra Ninguém? O que é?

aluno não tem

D) Na crônica O Padeiro, é dito a expressão Pão Velho. O que significa Pão velho?

pão duro ruim

Fonte: particular da autora

Nas atividades propostas, os alunos precisavam responder às questões acima. Para isso, utilizam pistas visuais sobre o processo sociocultural e histórico da atividade/profissão de padeiro. Na primeira questão foi lhes perguntado: “Segundo o dicionário, o que significa a frase Greve dos patrões? Como você sabe?”.

Resposta de Elias: “greve que pessoa lutar”. “Pesquisei dicionário também livro”.

Na segunda questão, “Na crônica, O Padeiro, é dito algumas palavras como Greve dos patrões. Você sabe que tipo de greve é essa?”

Elias escreve: Greve patrões. Empregado não mas patrão”, enfatizando que sua compreensão decorre de ter visto o vídeo. Portanto, a atuação ativa da professora se fez necessária para mediar entre o sentido literal e outras possibilidades de uso da palavra-sinal.

Já para o aluno Anderson, o dicionário não contribuiu no processo: “dicionário me ajuda não nada”. “Eu sei professor lutar salário direito greve motorista ônibus igual”. Anderson enfatiza que ele sabe. Sendo esse saber decorrente de seu letramento social, passa a ser acionado por ele próprio na resolução da atividade. Mesmo não recorrendo ao dicionário, o aluno pôde significar o termo como uma experiência “igual” a tantas outras vistas por ele, pela TV ou nas ruas. O aluno parece responder à pergunta, associando-a como um lugar-espaco de protesto, de luta que serve para reivindicar melhores condições estruturais e financeiras.

Interpretação possível porque, no ano de 2019, houve uma grande greve da Educação no estado com paralisação de 75 dias. Igualmente, vivenciou-se a greve dos motoristas do transporte urbano. Ambos reivindicavam melhores condições de trabalho e lutavam contra defasagem/atraso salarial. Fatos lembrados e citados na justificativa de sua resposta.

Em decorrência da resposta dada na segunda questão, “greve dos patrões, patrão manda parada trabalho madrugada”, foi solicitado que Anderson atentasse para a sinalização das palavras *Greve* e *Patrão*, igualmente seu significado na crônica. Em seguida, respondesse à pergunta mencionada acima. O aluno, conforme ele mesmo esclarece, viu o vídeo e transcreveu os sinais. Ao ser perguntado se havia compreendido, responde afirmativamente que sim em libras, o que pode ser percebido na interpretação, conforme presente na crônica.

Pondero que o acesso ao vocabulário dicionarizado pode ser um instrumento de aprendizagem, bem como o dicionário escolar trilingue para surdos pode ser um recurso educacional. Para isso, a intervenção e mediação da professora junto aos alunos surdos foi observada nesta proposta de atividade de aprendizagem tanto na busca quanto na significação dos verbetes em Português-Libras, por meio de entrelaçamento com outros recursos educacionais de aprendizagem e problematização de situações de uso dos vocábulos.

Destaco aqui o sistema de significação mobilizado pelos alunos nas duas últimas questões: 3. Na crônica *O Padeiro*, é dita a expressão “Pão Velho”. O que significa “Pão Velho”? 4. Na fala “Não é ninguém, é o padeiro!”, o que pode significar a palavra *Ninguém*? O que é?

Concernente à primeira pergunta acima, tanto Elias com a resposta “ontem pão velho ruim”, quanto Anderson com a resposta “pão duro ruim”, significaram a qualidade do pão como ruim ou duro, como um pão (velho) de ontem.

Contudo, quando solicitado que significassem a palavra-sinal *ninguém* na fala “Não é ninguém, é o padeiro!” presente na crônica de Rubem Braga, Elias escreve “pessoa não tem ninguém?” e explica “porque não vi ninguém”. Anderson segue o mesmo entendimento: “não sei” e também explica que “aluno não tem”, possivelmente, mobilizando uma explicação de uso da palavra presente em seu cotidiano escolar e compreendido por eles nas entradas lexicais do Dicionário Capovilla. Apesar da interpretação da crônica sinalizar *ninguém* e, em seguida, explicar que a profissão de padeiro não era valorizada socialmente, os alunos, contudo, mantiveram o sentido literal da palavra-sinal em libras, “ninguém, nenhuma pessoa”, conforme dicionário.

Em uma entrada lexical complexa como o verbete *ninguém*, os alunos precisariam compreender a palavra-sinal usada no sentido figurado, apesar de o dicionário possuir quatro entradas lexicais para *ninguém*. Na crônica, o sentido é alterado, sugere outra ideia não contemplada no dicionário. Como o dicionário corresponde, provavelmente, à palavra-sinal em libras, não

contempla outras possibilidades de significações em português. Cabe, portanto, a mediação e intervenção docente para abarcar outras práticas letradas da palavra em português.

Conforme entendimento exposto por Krieger (2012), a proposta lexicográfica é produzida para atender um público e objetivos definidos por perfis, necessidades e habilidades específicas. Concernente às necessidades e habilidades específicas, conforme exposto em outro ponto, os alunos são aprendizes em níveis diversos de português, com proficiências diversas. Sendo assim, mesmo fazendo uso do Dicionário trilingue para surdos, ainda necessitam da ação da professora e de recursos educacionais para compreender o sentido específico proposto pelo autor da Crônica, a saber, pronome indefinido: s.m. indivíduo de pouca ou nenhuma importância. Exemplo: uma pessoa qualquer, sem importância social, apenas o padeiro.

Questionados sobre a experiência, Elias afirmou, em libras, preferir o dicionário utilizado (impresso) aos digitais, pela comodidade de poder ter acesso em qualquer lugar “se eu estiver no ônibus, imaginar uma palavra ou ver palavra pego na mochila e posso aprender” “eu gostei é bom”. Já Anderson escreveu, no verso de sua atividade, resposta que transcrevo fielmente abaixo:

Professora me perguntou então melhor escolhi dicionário livro ou dicionário celular qual melhor.

Eu escolhi dicionário celular internet me resposta Libras Hand Talk.

Eu escrevi palavras Hand Talk mostra sinal movimento.

Algumas considerações

Impressos ou digitalizados, os dicionários pedagógicos são instrumentos didáticos de conhecimentos sobre o léxico formal da língua. Constituindo-se, portanto, em um recurso pedagógico de ensino e aprendizagem tanto para alunos surdos quanto para ouvintes, podendo, inclusive, ser usados na aprendizagem em contexto escolarizado ou não escolarizado, conforme acordado pelos alunos.

Vale ressaltar que o dicionário Capovilla, *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos*, é uma importante ferramenta de ensino e de direitos constitucionais dos surdos brasileiros. Os resultados mostram que os alunos desenvolveram aprendizado significativo com a mediação da professora e recursos educacionais, incluído o dicionário pedagógico e a crônica interpretada em libras.

A proposta lexicográfica é produzida para atender um público (BRIEGER, 2012). Como público-alvo, tem-se aqui alunos surdos dos anos finais do Ensino Fundamental, entre 14 e 18 anos, utentes/falantes da língua de sinais, com aprendizagem de língua portuguesa escrita, entre

o nível inicial e intermediário. Alunos que leem e escrevem em português com alternância de mais e, às vezes, de menor dependência de mediação do professor. Sendo assim, o público-alvo está em consonância com a proposta idealizada pelos autores do Dicionário (CAPOVILLA; TEMOTEO; RAPHAEL; MARTINS, 2017). A saber, aprendizes bilíngues em libras (como L1) e português escrito (como L2).

No entanto, o acesso aos sinais no dicionário para aluno surdo depende da indexação em português, cabendo ao professor fazer a mediação na escolha de recursos educacionais e apoio ao aluno surdo para a significação efetiva da palavra no verbete. Essa observação se justifica, por um lado, pelo aprimoramento de recursos de busca por uma indexação de configuração de mão sistematizada, o que pode favorecer aspectos da lexicografia bilíngue para aprendizes surdos, em dicionários impressos e digitalizados, que utilizam esse sistema.

Concluo que uma prática linguística hibridizada bimodal – entre duas modalidades linguísticas com estrutura gramatical diferente – oral-auditiva e visual-espacial ofertadas pelo dicionário bilíngue (trilíngue) de libras demanda à professora uma instrumentalização transdisciplinar entre pressupostos da linguística aplicada, da lexicografia e pesquisa bibliográfica no próprio dicionário para oportunizar aos alunos surdos a mesma experiência, tão recorrente na escola regular, de acesso ao dicionário como recurso educacional de aprendizagem. O que significa que essa temática ainda se evidencia como um campo de estudos a ser problematizado, principalmente em uma abordagem transdisciplinar pela linguística aplicada, linguística popular e lexicologia.

Referências

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2008.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, G. J.; MARTINS, A. C. *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a libras em suas mãos*. v. 1. São Paulo: EDUSP, 2017.

CAPOVILLA F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, G. J.; MARTINS, A. C. *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a libras em suas mãos*. v. 2. São Paulo: EDUSP, 2017.

CAPOVILLA F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, G. J.; MARTINS, A. C. *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a libras em suas mãos*. v. 3. São Paulo: EDUSP, 2017.

KRIEGER, M. G. Dicionários escolares e ensino de língua materna. *Estudos Linguísticos*, São Paulo: USP, v. 41. n. 1., p. 169-180, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/41/el.2012_v1_t13_1.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

FABRÍCIO, B. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescritões em curso. *In*: MOITA LOPES, L. (org.). *Por uma linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-65.



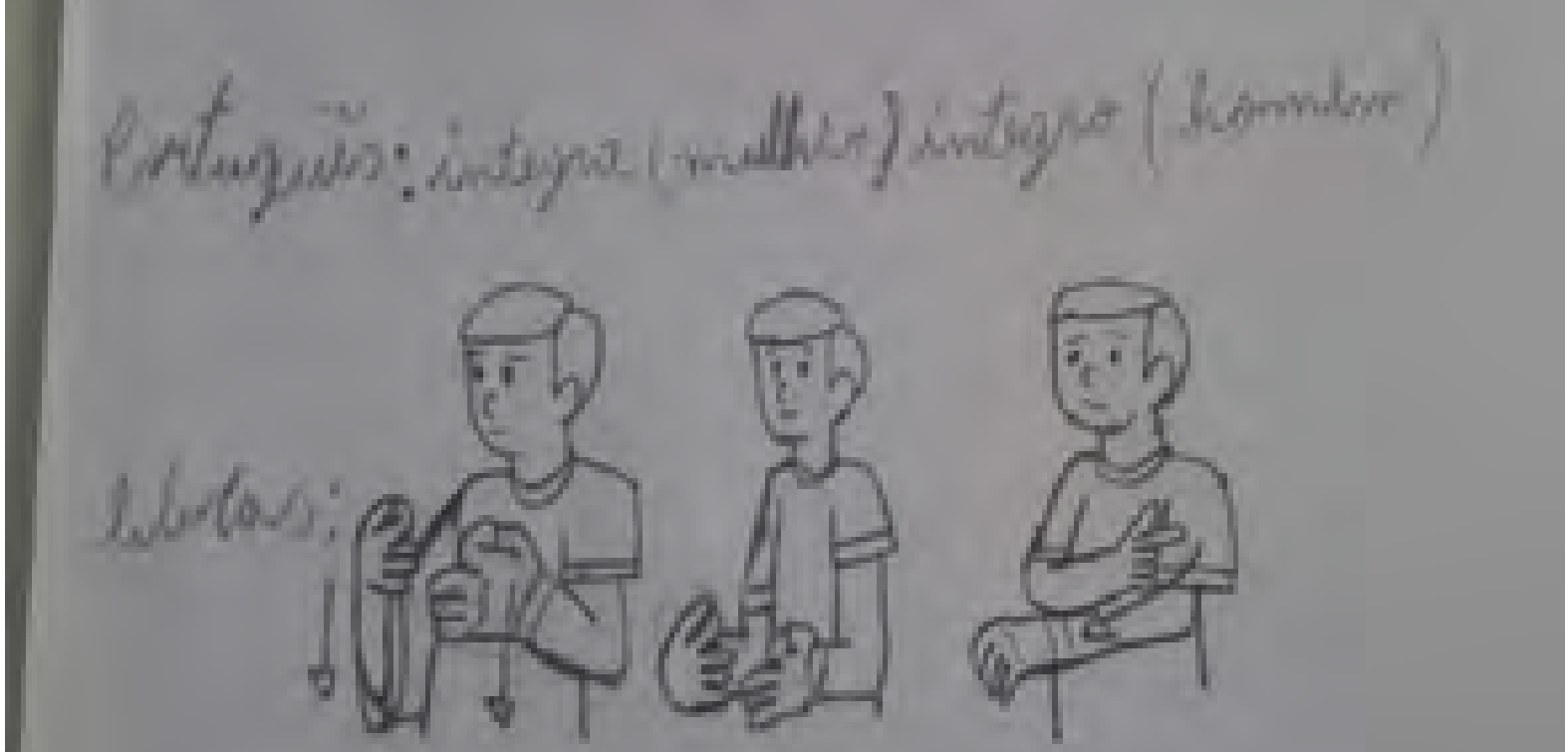
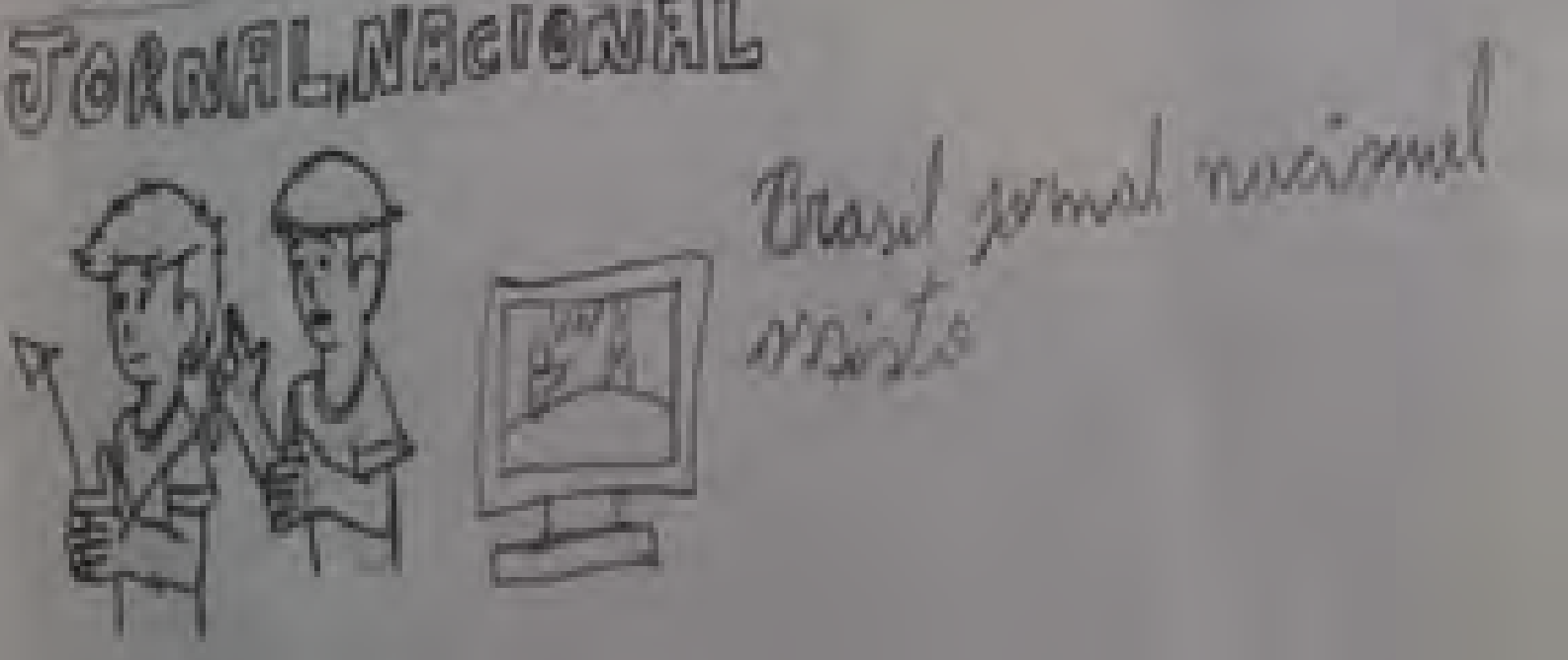

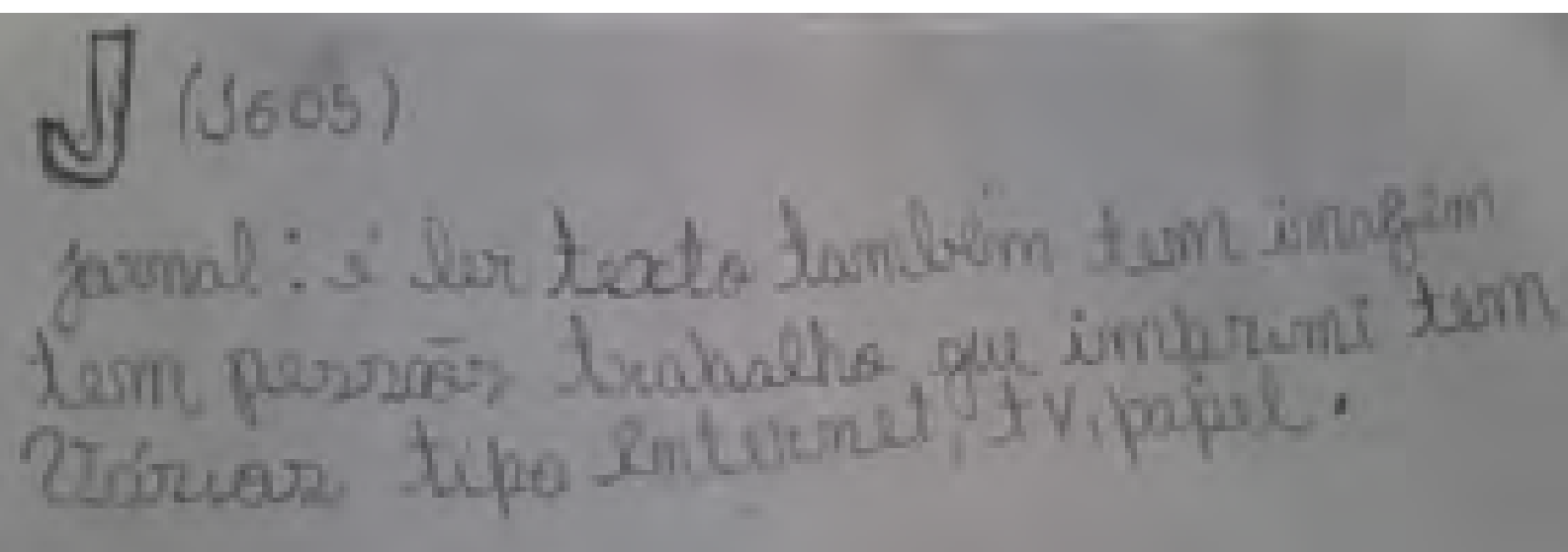
MOITA LOPES, L. Contemporaneidade e construção de conhecimentos na área de estudos linguísticos. *Scripta*, v. 7, n. 14, p. 159-171, 2004.

MOITA LOPES, L. *Por uma linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, L. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. *In*: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (org.). *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-24.

Anexos

Algumas etapas da atividade desenvolvida com os alunos

<p>Atividade 1: Conhecendo o dicionário trilingue Capovilla</p>	<p>Atividade 2: Pesquisando palavras no dicionário e contextualizando-as</p>
	
	
	
<p>Atividade com alunos. Fonte: particular da autora</p>	<p>Atividade com alunos. Fonte: particular da autora</p>
<p>Objetivo: Possibilitar o manuseio com o dicionário impresso, bem como sondar a prática de uso.</p>	<p>Objetivo: Utilizar o dicionário com finalidade de pesquisa e aprendizagem</p>
<p>Conteúdo: Conhecendo a estrutura composicional do dicionário "Capovilla"</p>	<p>Conteúdo: Léxico como possibilidade de pesquisa e escrita de frases</p>
<p>Recursos didático-pedagógicos: Dicionário – Vol. 1, Vol. 2 e Vol. 3</p>	<p>Recursos didático-pedagógicos: Lista de palavras – Volume: 1, 2 e 3 do dicionário</p>
<p>Duração de duas aulas, total 120 minutos.</p>	<p>Duração de duas aulas, total 120 minutos.</p>

3º - Letramento com os verbetes: ninguém, greve, pão, velho



Atividade com aluna (9º/2º Seg do 2º Ano).

Fonte: particular da autora.

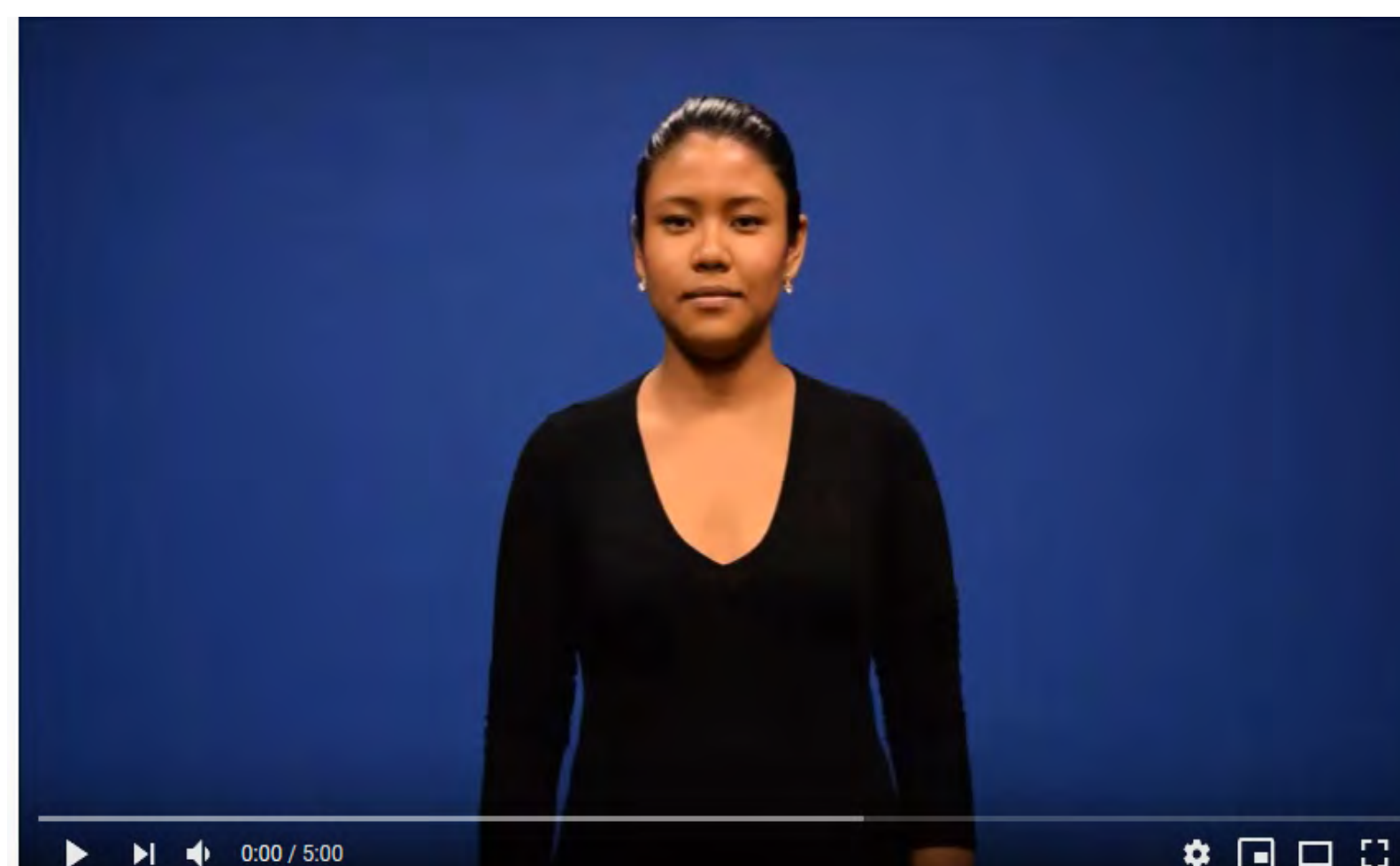
Objetivo Significar e contextualizar os verbetes: greve, patrão/chefe, pão, velho e ninguém

Conteúdo: leitura de imagens, língua de sinais e escrita do léxico em português

Recursos didático-pedagógicos: Folhas impressas coloridas e dicionário

Duração de duas aulas, total 120 minutos.

4º Crônica “O Padeiro”, de Rubem Braga



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=PR15v0BPzAA>

Texto para consulta na internet do livro:

Para gostar de ler, Vol. I - Crônicas. Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga. 12ª Edição. Editora Ática. São Paulo.1989. p.63-64.

Objetivo: Compreensão do Léxico Libras-Português: greve dos patrões, pão velho e ninguém; contextualizar o período histórico – trabalho do padeiro antigamente e na atualidade; discutir o porquê de algumas profissões serem valorizadas pela sociedade e outras não.

Conteúdo: Crônica “O Padeiro” de Rubem Braga, em Libras. Atividades em português.

Recursos didático-pedagógicos: retroprojeto; crônica em vídeo, folhas impressas coloridas.

Duração de duas aulas, total 120 minutos.

Nova língua da direita brasileira: uma abordagem entre a linguística popular e os estudos do discurso

Marcos Felipe Rocha

Introdução

Propondo uma articulação entre a proposta de Paveau (2008) em integrar a linguística popular aos estudos linguísticos tradicionais, este capítulo propõe, amparado pelos construtos da análise do discurso de linha francesa, analisar e discutir os vocábulos (res)significados no glossário da língua da nova direita brasileira proposto pelo publicitário Luiz Roberto Guedes que teve grande circulação nos espaços digitais. A opção em elencar o glossário como *corpus* de análise deve-se à relevância em integrar os saberes profanos aos estudos linguísticos e, também, em discutir a cristalização de algumas expressões mediante a ascensão de um discurso de extrema direita na esfera política e social.

O *corpus* é constituído por um glossário que apresenta verbetes ligados a uma conjuntura política e social, evidenciando um posicionamento discursivo – a direita, apesar de ter uma cenografia (MAINGUENEAU, 2008b) de dicionário, que, teoricamente, apresentaria significações e sinônimos de palavras e termos de uma língua. Nesta abordagem, consideramos não apenas o intuito de prescrever os sintagmas, mas também a forma inusitada e irônica de propor a redefinição dos termos com base em um posicionamento discursivo numa dada conjuntura.

Quanto à organização, o capítulo se divide em cinco momentos que estão imbricados: na primeira parte, aborda-se a proposta epistemológica da autora francesa Marie-Anne Paveau acerca da linguística popular ou *folk linguistics*, destacando a relevância desta na integração dos saberes e da construção do conhecimento. Em segunda instância, formula-se a associação do glossário da nova direita brasileira aos aportes da análise do discurso. A seguir, com base nas categorias apresentadas, analisa-se o *corpus* embasado nos aportes de Maingueneau acerca da polêmica discursiva e da semântica global do discurso de direita. Por fim, exemplifica-se alguns operadores enunciativos típicos do discurso de direita para instaurar-se no espaço político e social.

Folk Linguistics: uma abordagem linguística popular

Apesar de ainda serem poucos trabalhos nesta perspectiva, conforme Paveau (2008), está emergindo uma nova vertente epistemológica de pesquisa acerca dos acontecimentos linguísticos denominada *folk linguistics* ou linguística popular. Seja na Europa, principalmente na França, ou nos Estados Unidos, os estudos e discussões ainda estão em fase inicial de desenvolvimento. Tal vertente surge a partir de questionamentos da autora francesa acerca das abordagens e discussões de não-linguistas acerca da linguagem, que muitas vezes são preteridas pela linguística tradicional. No ponto de vista da autora, numa abordagem antieliminativa, existe

um valor a ser considerado no saber linguístico profano/popular, principalmente no que tange à praticidade e uso da língua, amparando o falante conforme as situações de fala, assim, transformando e elucidando o contexto social.

De modo frequente, tem circulado nos meios digitais diversos espaços nos quais não-linguistas apresentam e desenvolvem discussões acerca da linguagem, que não necessariamente enfatizam o aspecto prescritivo, mas propostas diversas que convergem para construção do conhecimento científico. No entanto, existe um arcabouço teórico e, assim, o ensino de linguística fica restrito a este núcleo, não possibilitando intersecções com as abordagens populares, dessa forma, há uma exclusão da linguística *folk* e dos saberes profanos por não haver legitimidade teórica. O afastamento dessas abordagens, além de desconsiderar sua relevância, elimina as possibilidades de integração e incorporação às pesquisas tradicionais comumente realizadas pelos linguistas.

Em uma perspectiva antieliminativa, os estudos em linguística popular, conforme a proposta de Paveau (2008), dão-se em três práticas linguísticas distintas: descritiva, prescritiva e integracionista. A abordagem descritiva consiste na descrição das atividades languageiras, já a prática prescritiva, de modo normativo, consiste na prescrição dos comportamentos linguísticos, e, por fim, a realização intervencionista está ligada aos diversos usos da linguagem. Nesta perspectiva, Paveau (2008) assevera que ainda que os autores profanos não possuam o estatuto de linguistas, os mesmos produzem saberes primordiais à construção do conhecimento. Dessa forma, a autora propõe a classificação como autores de linguística popular (*folk linguistics*), não adentrando as discussões binárias dos embates de linguistas *versus* não-linguistas.

Para Paveau (2008), as teorias *folk* buscam legitimar-se por meio de um posicionamento integracionista, tendo em vista que existem atitudes eliminativas, que desconsideram os saberes profanos, e, também, há uma apreciação intermediária que, cunhada no realismo suave, reconhece a proeminência do saber popular, porém não atesta sua legitimidade para embasar as teorias da linguagem. A prática integracionista assegura a proeminência do saber profano e reconhece sua relevância na produção do conhecimento, assim, possibilitando a integração aos trabalhos acadêmicos no âmbito da linguagem.

Nova língua da direita brasileira: uma intersecção do saber profano com a Análise do Discurso Francesa

Mediante as discussões acerca da integração dos postulados de autores profanos sobre a linguagem, o glossário da “nova língua da direita brasileira” produzido pelo autor e publicitário

Luiz Roberto Guedes adquire o estatuto de saber profano, pois, diferente dos dicionários convencionais que têm o cunho de classificar os vocábulos de uma língua, classifica os sintagmas relacionados a uma conjuntura política a partir de uma formação discursiva (FD). Este glossário, ao ser publicado no Facebook em 2019, passou a circular como crítica política, não tendo o cunho de normatizar ou prescrever a língua, mas de modo a evidenciar um posicionamento discursivo do locutor acerca dos seus pares e, principalmente, dos opositores.

Dessarte, é válido interseccionar o estudo do glossário da nova direita brasileira com os estudos linguísticos, uma vez que revela um posicionamento discursivo numa dada conjuntura social, política e histórica. Conforme o pensamento fulcral de Pêcheux (2011, p. 20), “o laço que une as ‘significações’ de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações”, assim, o sentido é produzido na conjuntura e partindo de uma formação discursiva que irá “determinar o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2011, p. 27).

Partindo do postulado que o sentido é definido nas condições sócio-históricas, o glossário é constituído por meio de uma polêmica discursiva que o Mesmo construirá representações do Outro a partir do seu fechamento semântico:

- (1) GAY: Pederasta depravado; bicha louca; pedófilo; indivíduo pervertido que ainda não aceitou Jesus;
- (2) FEMINISTA: Mulher que não gosta de homem e não depila as axilas;
- (3) POBRE: Pessoa que não se esforçou o bastante; vagabundo; procrastinador.

Desse modo, o glossário trará traços semânticos que são constituintes do sujeito que adere tal posicionamento discursivo e que terá produção de seus enunciados norteadas pela FD de direita, seja na construção de simulacros do Outro, ou na classificação e representação do Mesmo:

- (4) MANIFESTAÇÃO POLÍTICA: O mesmo que baderna (OBS.: A exceção fica por conta das manifestações de classe média que pedem intervenção militar, feitas geralmente aos domingos e compostas por famílias vestidas em camisas amarelas e portando bandeirinhas do Brasil como prova inequívoca de seu patriotismo).

É relevante ressaltar que existem conhecimentos solidificados sobre a linguagem e que há uma rede de imbricações materializadas no discurso. Conforme Krieg-Planque (2018), é por meio da análise do discurso que irá se desdobrar a compreensão de tais práticas. Tendo em vista o *corpus* em análise, a autora ainda assevera que:

[...] o discurso praticado em regimes totalitários, autoritários e ditatoriais é percebido como profundamente contrafactual por seus observadores e suas vítimas, do ponto de vista das realidades às quais ele permite remontar. Nesses casos, os modos de denominar parecem incompatíveis com o real e contrários às experiências que os atores vivem. Uma das características do emprego da linguagem nesses contextos seria, então, sua faculdade de produzir a mentira. Pelo menos é essa a impressão engendrada sobre os que sofrem com isso ou que observam a discursivização de um ponto de vista crítico. (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 34).

Ainda neste sentido, o Prof. José Luiz Fiorin (2019, p. 381) pondera: “[...] esse discurso maximiza os extremos, eliminando a moderação na política, pois a vê como conflito, preferindo os confrontos, priorizando uma lógica de guerra permanente no país, fechando os espaços para consensos, negando-se a resolver as diferenças pela discussão e a negociação”.

Numa associação do discurso de extrema-direita ao fascismo, o autor ainda endossa a tese que este tipo de discurso precisa ser desvelado e combatido diariamente: “[...] esse fascismo eterno está em redor de nós e nosso dever é desmascará-lo, apontando cada uma de suas novas formas, a cada dia, em cada lugar do mundo, pois a luta pela liberdade, pela igualdade e pelo respeito à diferença não termina nunca.” (FIORIN, 2019, p. 381).

No que tange ao discurso de direita, portanto, discutiremos os traços semânticos que cercam esta formação discursiva (FD) e, também, a construção dos simulacros num processo de tradução do Outro a partir das categorias negadas pelo Mesmo.

Sintagmas construídos em um processo polêmico de intercompreensão regrada

O discurso de direita possui características que lhes são próprias, constituindo, assim, uma configuração particular. Conforme Fiorin (2019, p. 372), tal discurso possui diferentes operações argumentativas, entre elas, destaca-se “a universalização abstrata, ou seja, a negação das diferenças, para afirmar uma unidade superior que engloba contrários e contraditórios”. Dessa forma, a direita aspira a instaurar-se no espaço social por meio de um discurso que centraliza o Estado e universaliza a nação, aceitando apenas as diferenças que são naturais. A partir do processo de *interincompreensão regrada* (MAINGUENEAU, 2008a [1984]), baseado nas categorias que embasam esse discurso, a direita irá construir *simulacros* para caracterizar o discurso de esquerda, estes que são elementos que constituem uma polêmica discursiva. Segundo Motta e Possenti (2008, p. 13), “o simulacro do discurso da esquerda, considerada ineficaz, teórica, defensora dos direitos humanos dos bandidos”, ou seja, a partir do fechamento semântico da direita, foram criadas categorias para classificar a esquerda, desse modo, estabelecendo simulacros.

- (5) MOVIMENTO NEGRO: Organização formada por pessoas (de cor) ressentidas que se dedicam a promover o racismo reverso na sociedade; grupo de pessoas (de cor) que não se colocam em seu devido lugar.

No enunciado acerca do movimento negro, observa-se o uso do termo “de cor” entre parênteses em duas ocasiões, retomando um viés colonial de caracterizar a raça dos indivíduos. Além do mais, é relevante observar a estruturação dos simulacros no discurso da direita ao definirem as pessoas dos movimentos negros, que resistem e têm embates sócio-historicamente imbricados, como “pessoas (de cor) ressentidas que se dedicam a promover o racismo reverso”.

A utilização do sintagma “pessoas (de cor) ressentidas” foi realizada num processo de tradução, *intercompreensão regrada* (MAINGUENEAU, 2008a [1984]), que conforme o teórico, cada um, a partir de seu fechamento, introduz o Outro, transpondo os enunciados conforme as categorias do Mesmo e, nessa perspectiva, essa relação com esse Outro dará, em todo caso, sob os *simulacros* que dele estabelece. Assim, compreende-se que é a partir do processo de intercompreensão e da construção dos simulacros que se estabelecerá uma polêmica discursiva. Como se pode ver, historicamente embasados por construções sociais, muitas vezes as pautas e agendas dos que se opõem à direita são rechaçadas e/ou satirizadas, possibilitando, assim, a construção de simulacros, muitas vezes com um tom irônico, questionando a legitimidade de determinadas discussões e comportamentos sociais dos indivíduos.

- (6) DIREITOS HUMANOS: Organização de esquerda criada para defender criminosos e vagabundos de toda sorte.

- (7) UNIVERSIDADE PÚBLICA: Local de balbúrdia onde as pessoas andam nuas, consomem drogas e se deixam manipular por doutrinadores de esquerda.

Nessa perspectiva, conformes os aportes teóricos de Maingueneau, tais enunciados são decorrentes do processo de *interincompreensão regrada*. Assim, a partir do fechamento semântico do posicionamento de direita, foram construídos simulacros das instituições que possuem um caráter emancipatório e que, sem restrições, abarcam todos os indivíduos no espaço social. Entretanto, partindo da formação discursiva (FD) de direita, é notório que tais instituições são retratadas de forma que tem suas funções e atividades questionadas por visarem um tratamento isonômico dos indivíduos. Logo, a definição de direitos humanos é constituída a partir do fechamento semântico da FD de direita, na qual os traços negativos, a partir deste posicionamento, são manifestados no Outro, no processo de *interincompreensão regrada*, constituindo os simulacros.

Dessa forma, os direitos humanos e a universidade pública são tidos como opositores a serem combatidos no espaço social por “defender criminosos e vagabundos” e, também, por ser considerado “local de balbúrdia”. Conforme Motta e Possenti (2008, p. 14), “um posicionamento típico de esquerda é priorizar a justiça social, e um posicionamento típico de direita é priorizar a

ordem (pública)”, assim tais instituições são tidas como alinhadas ao movimento de esquerda, opositor natural da direita, logo por promoverem ações de caráter social que vão contra a ordem predicada pelo discurso de direita.

Com o advento dessa polêmica discursiva, desencadearam-se a construção dos diversos simulacros legitimados por figuras políticas em um batimento discursivo embasado por duas características fulcrais: ordem e diferença.

A teoria da semântica global e os semas que cercam o discurso de direita

Em sua obra, Maingueneau (2008a [1984], p. 22) aborda a relevância de “libertar-nos de uma problemática do signo, para apreender o dinamismo da ‘significância’ que domina toda discursividade: o enunciado, mas também a enunciação, e mesmo além dela”, logo compreender o caráter semântico que restringe, ao mesmo tempo, os planos discursivos. Assim, o mestre francófono, ao propor a teoria da semântica global, postula que os discursos podem ser apreendidos a partir de uma rede de restrições semânticas, logo não haveria apenas uma regência quanto ao conteúdo, mas globalmente de todos os traços e manifestações no discurso. Nesse sentido, segundo o autor, desde a produção até a forma que se dá a circulação dos discursos de um dado contexto são estabelecidas conforme o sistema de restrições semânticas próprios de um posicionamento discursivo.

O panorama complexo que norteia a produção dos enunciados se dá por meio da repetição dos traços semânticos – os semas, e, assim, as formações discursivas (FDs) podem ser compreendidas apoiadas na “exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico” (MAINGUENEAU, 2008a [1984], p. 62). Dessa forma, mediante uma competência discursiva, cabe ao enunciador ser capaz de reconhecer enunciados adequados a uma determinada FD e, além disso, produzir um número limitado de enunciados capazes de serem identificados por outros enunciadores inscritos na mesma.

No decurso do *corpus* em análise, articulado à teoria da semântica global, Motta e Possenti (2008), no intuito de compreender alguns enunciados fundamentais do discurso de direita, propuseram semas gerais para este. No que tange a tal discurso, partindo da premissa de que as pessoas nascem naturalmente desiguais e, acima de tudo, devem preservar a ordem, os semas fulcrais seriam os de /diferença/ e /ordem/. Assim, tendo em vista os semas fundamentais e também os valores que permeiam o discurso de direita, semas secundários são propostos: /natural/ considerando que as desigualdades são inerentes aos indivíduos; /estado mínimo/ visando o estado apenas para manutenção da ordem no espaço social; /repressão/ decorrente

da ordem, uso da força contra qualquer tipo de ameaça; e /livre mercado/ numa democracia de liberalismo econômico.

Vejam alguns exemplos do glossema proposto por Luiz Roberto Guedes intitulado “A nova língua da direita brasileira”:

- (8) CIDADÃO DE BEM: Homem branco, hétero e de classe média que defende o porte de armas e a sonegação de impostos.
- (9) PROFESSOR: Doutrinador comunista que promove greves e surubas em horário de trabalho.

É possível observar que, a partir dos simulacros construídos, essas proposições estão diretamente ligadas aos traços que norteiam a produção do discurso. Nesse sentido, o exemplo 8, a luz dos semas /diferença/, /natural/ e /ordem/, ao conceituar ironicamente, o autor reafirma a naturalidade da desigualdade, logo, estabelece um padrão de pessoas que dispõem de tais características /naturais/ (homem branco, hétero e de classe média) e com pautas específicas que intentam a /ordem/ (o porte de armas e a sonegação de impostos). Dessa forma, aqueles que dispõem de tais características podem ser definidos como ‘cidadãos de bem’. O segundo exemplo traça o professor como opositor ao sema /ordem/, ao passo que a nova direita tem sua oposição relegada ao comunismo, enfim, o educador é tido como ‘doutrinador comunista que promove greves’, logo que organiza movimentos contra o /estado mínimo/ que intenciona a ordem acima de tudo.

Destes exemplos, é possível observar a instauração de um opositor ao locutor que irá enunciar a partir do discurso de direita norteado por alguns semas. Assim, é notório que no glossário há uma polarização dos que se opõem a este discurso:

- (10) COMUNISTA: Pessoa que não trabalha ou que vive exclusivamente de cargos públicos e boquinhas; indivíduo pervertido que defende a educação sexual para crianças, a ditadura *gay* e o aborto; ateu de esquerda que se dedica a difamar a Bíblia e a destruir os valores da família cristã.
- (11) PETISTA: O mesmo que comunista.
- (12) ESQUERDISTA: O mesmo que petista.

É válido ressaltar os traços semânticos que constituem a conceituação de “comunista” e que, logo, numa relação de equivalência, se replica aos conceitos de “petista” e “comunista”. Com efeito, nota-se a presença do sema /diferença/ ao observar que o conceito do exemplo 10 (comunista) é desenvolvido em oposição ao conceito de cidadão de bem, no exemplo 8, havendo uma relação de contraposição na construção do Outro e do Mesmo.

Nesta conjuntura, pode-se observar outro exemplo relevante a fim de operacionalizar a semântica global de direita:

(13) DITADURA MILITAR: Suposto período histórico que teria vigorado no Brasil de 1964 a 1985. O mito da ditadura foi inventado por professores de esquerda com o objetivo de desqualificar o governo de militares abnegados e honestos que livraram o Brasil do comunismo.

Deste exemplo, é possível extrair desde os semas fundamentais até os semas secundários que cercam e alicerçam o discurso de direita. Os semas /diferença/ e /ordem/ são observados pela qualificação do “governo de militares” que “livraram o Brasil do comunismo” – sistema que visa a igualdade social – desse modo, mantendo as diferenças tidas como naturais e, ao mesmo tempo, negando o inimigo estabelecido, “o comunismo”. O /estado mínimo/ com o poder de /repressão/ para manutenção da /ordem/ em prol do /natural/ e do /livre comércio/.

Alguns operadores enunciativos na construção discursiva de direita: hiperpobalização, eufemização e oximorização

O discurso está instaurado em toda conjuntura política e social. Assim, cada instituição, a partir de suas FDs irá discursivizar a partir dos traços semânticos que regem tal produção discursiva. Nesse ínterim, tanto a linguagem quanto suas possibilidades e recursos estarão presentes nas produções dos enunciadores no intuito de legitimarem-se no espaço político e social. Conforme Krieg-Planque (2019, p. 37):

[...] a existência de instituições supõe que uma linguagem que permite a formação, a expressão, a transmissão e a transformação de crenças e atitudes por meio das quais são criadas e organizadas as formas e as estruturas sociais que conformam as instituições: a linguagem é, então, essencial às instituições.

Na produção discursiva de direita, a partir das suas restrições semânticas, faz o uso de operações enunciativas para instaurar-se na luta ideológica do espaço político. Assim, a partir da cisão social estabelecida entre “direita” e “esquerda”, derivam outras dicotomias no intuito de legitimar tal discurso. Nesse sentido, à luz dos aportes de Fiorin (2019), é válido discutir e exemplificar os operadores argumentativos frequentemente usados por aqueles que compõem este grupo e aderem ao discurso de direita, de modo a observar os traços semânticos discursivos e o estabelecimento das dicotomias com o intuito de depreciar e/ou eliminar o opositor.

Em primeira instância, com o intuito de aumentar a densidade semântica dos enunciados, ressalta-se o uso proposital das hipérboles, principalmente, para classificar o opositor/inimigo e suas ações com o fito de dar expressividade. Conforme Fiorin (2019, p. 379), “diz-se mais para significar menos”. Partindo da relação polêmica com o discurso de esquerda, aqueles que aderem ao discurso de direita, de modo hiperbólico, constroem simulacros daquilo que é renegado.

(14) ARTISTA: Indivíduo que se dedica à *vadiagem*, usando a arte como justificativa para sua condição de *sanguessuga* do dinheiro público. (grifo nosso)

(15) CIENTISTA: Pessoa que recebe dinheiro público para promover *pesquisas sem importância que não geram retorno financeiro*. (grifo nosso)

Porquanto, observa-se que as designações de “artista” e “cientista” foram construídas no intuito de intensificar os enunciados que rechaçam o Outro. No exemplo 14, há o uso dos termos “vadiagem” e “sanguessuga”, com carga semântica negativa e pejorativa, para caracterizar o artista como alguém aproveitador “do dinheiro público” que vive de modo ocioso. Já o sintagma “cientista” é hiperbolizado por meio da “irrelevantização” da produção científica desenvolvida. Conforme Fiorin (ibidem, p. 377), “há um anti-intelectualismo nesse discurso: os conhecimentos que interessam são aqueles considerados úteis”. Portanto, há um questionamento das atividades científica e artística imbricado na questão financeira que é elucidado pelo discurso de direita. Dessa forma, a partir da formação discursiva de direita, a hiperbolização é constantemente utilizada para dar luz ao que para o Mesmo possui cunho negativo numa relação polêmica com o Outro.

Em oposição aos enunciados hiperbolizados que visam a depreciar e exaltar as ações negativas do opositor, há construções enunciativas eufêmicas daquilo que é julgado como negativo pelo inimigo com o intento de reduzir a intensidade semântica. Fiorin (ibidem, p. 380), destaca que “diz-se menos para significar mais”.

(16) EMPRESÁRIO. Único profissional responsável pelo *desenvolvimento* do país, apesar de massacrado pelos impostos do Estado e tolhido pelos direitos trabalhistas. (grifo nosso)

(17) ESTADOS UNIDOS. País *exemplar* para onde todos os brasileiros querem se mudar um dia. Terra da liberdade em que as leis funcionam e a segurança impera porque os cidadãos de bem podem andar armados. (grifo nosso)

Nas construções acerca dos empresários e dos Estados Unidos, observa-se, primeiramente, o uso de termos com conotação positiva (desenvolvimento e exemplar) para legitimar os elementos que cercam o discurso de direita, apesar de geralmente haver pontos desagradáveis e questionáveis acerca destes. Assim, nos eufemismos é observável o uso de expressões

amenizadas para velar o caráter negativo de determinadas coisas, estabelecendo novas significações. Nesse sentido, por meio de construções eufêmicas, os empresários são tidos como “heróis” por serem responsáveis pelo *desenvolvimento*, apesar de toda carga tributária e dos direitos do trabalhador que entravam as rotinas destes.

Outro operador enunciativo muito presente no discurso de direita é o oxímoro. Tal figura tem o intuito de reforçar uma ideia por meio do uso de elementos linguísticos que apresentam sentidos opostos. Conforme Fiorin (ibidem, p. 380-381), “o oxímoro no discurso de extrema-direita não torna o sentido mais intenso, mas revela apenas suas incoerências”. Nesse viés, os oxímoros presentes no discurso de direita desvelam as incongruências subjacentes neste.

(18) PATRIOTA: Aquele que apoia a privatização ou a venda de empresas estatais e de riquezas naturais para grupos estrangeiros.

(19) BRASIL: País *desprezível* formado majoritariamente por *gente pobre*, ignorante e preguiçosa. Nação historicamente fadada ao *atraso* e ao *subdesenvolvimento* devido à *pouca capacidade* empreendedora de sua população. (grifos nossos)

É notório que as incoerências se fazem constantes nesse discurso. Seja pela designação do termo “patriota”, regida pelo sema /livre mercado/ que, assim, rompe e coloca em questionamento o sentimento pela pátria fulcral do indivíduo “patriota”. Ou, também, pela (res)significação do sintagma “Brasil”, que apesar de estar manifesto no discurso nacionalista (Brasil acima de todos), maximiza constantemente os traços conflituosos da nação e, principalmente, de sua população. Vale ressaltar a incoerência do discurso de direita “nacionalista” pela significação de Estados Unidos (exemplo 13) e Brasil (Exemplo 15) em que há uma valorização do exterior em detrimento ao nacional.

Notas finais

O aporte teórico mobilizado corrobora, assim, para interseccionar os estudos linguísticos aos saberes e construções profanas/populares. Assim, numa visada não eliminativa, propõe-se o uso de aparatos epistemológicos das diversas áreas da ciência linguística para integrar e legitimar esses saberes, desse modo, validando-os como fonte de conhecimento.

Ao operar com os aparatos da análise do discurso francesa e com os operadores enunciativos, as categorias foram mobilizadas de forma produtiva, tendo em vista o *corpus* constituído, para revelar posicionamentos discursivos. Nesse contexto, as categorias mobilizadas serviram para elucidar que o glossário da nova direita brasileira não tem o intuito principal de ressignificar vocábulos, mas de, a partir de uma formação discursiva, construir sentidos para o Outro com base no fechamento semântico do Mesmo.

Os termos conceituados, de certa maneira com tom irônico, embasados no discurso de direita, resultaram na classificação dos pares e dos opostos como efeito de produção discursiva. Assim, no intento de conquistar o espaço social, foram relegados aos opositores conceitos ásperos com base naquilo que o discurso de direita rejeita.

A articulação dos elementos evidencia a falta de diálogos entre diferentes vertentes políticas e, assim, a construção e cristalização dos simulacros evidenciaram a ideia de desconhecimento do Outro, partilhando conceitos deturpados das práticas recorrentes. Desse modo, a visão dos fatos, grupos e movimentos sociais no Brasil tem sido assumida a partir de um ideário constituído pelo discurso de direita, distanciando os conceitos das ações realizadas. Com isso, os operados argumentativos e enunciativos da direita têm tido eficácia em solidificar a imagem do opositor no espaço social, evitando debates e construções que possibilitaram uma sociedade de diálogo.

Referências

FIORIN, J. L. Operações enunciativas do discurso da extrema-direita. *Discurso & Sociedad*, v. 13, n. 3, p. 370-382, 2019.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: Língua, linguagem e discurso (1969). In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do Discurso: Aparentamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2011. p. 13-32.

KRIEG-PLANQUE, A. *Analisar discursos institucionais*. Tradução Luciana Salazar Salgado e Helena Boschi. Uberlândia: Edefu, 2018.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização de Sírio Possenti, Maria Cecília Péres Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MOTTA, A. R.; POSSENTI, S. Direita e Esquerda: volver! *Anais da I Jornada Internacional de Estudos do Discurso*, p. 303-314, 2008.

Nova língua da direita brasileira. Disponível em: <https://www.facebook.com/jovensdeesquerda/photos/nova-l%C3%ADngua-da-direita-brasileirapatriota-aquele-que-apoia-a-privatiza%C3%A7%C3%A3o-ou-a-v/1181251632076013/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

PAVEAU, M.-A. Linguistique populaire et enseignement de la langue: des catégories communes? *Le Français aujourd'hui*, v. 151, p. 95-107, 2005.

PAVEAU, M.-A. Les non-linguistes font-ils de la linguistique. *Pratiques*, n. 139-140, p. 93-109, 2008.

PAVEAU, M.-A. Les normes perceptives de la linguistique populaire. *Langage et société*, Les normes pratiques, n. 121, p. 93-109, 2007.

A persistência da concepção monolíngue: reflexões e possíveis ressignificações sob a égide da linguística popular

Márcio César Cardoso

Introdução

As redes sociais e as diversas mídias eletrônicas permitiram que a circulação da informação no mundo contemporâneo atingisse patamares globais. As práticas discursivas construídas pela interação midiática adquirem relevância, fazem circular discursos e constroem sentido de verdade, podendo legitimar significados, além de atuarem como estímulo à manutenção de diferenças e mesmo ao seu reforço por meio da reprodução de conceitos cristalizados na caracterização e compreensão. Entende-se por conceito cristalizado concepções oriundas de pressupostos teóricos derivados da visão eurocêntrica cujas premissas buscam estruturar e sistematizar uma vasta gama de fenômenos humanos. Nessa perspectiva, a verdade ou a noção de correto em detrimento do não correto é estabelecida pela relação de poder e dominação, tendo a visão eurocêntrica da realidade o papel principal na construção do que será legítimo ou não.

No bojo dessas reflexões, o presente capítulo visa discutir enunciados produzidos pelo jornalista humorístico José Simão no contexto da visita do presidente norte-americano George W. Bush ao Brasil no ano de 2005, além de um enunciado materializado pelo professor Marco Antônio Villa na ocasião da troca do Ministro da Educação do governo do presidente Jair Bolsonaro em abril de 2019. O lapso temporal entre os enunciados escolhidos visa trazer à baila a persistência de uma concepção não só de língua pura e correta, mas também de língua nacional cujo domínio evidenciaria capacidade e preparo.

Para a consecução das reflexões e ressignificações propostas neste capítulo, foram primeiramente elencados e contextualizados os referidos enunciados para que se pudesse determinar em que medida estão relacionados com os pressupostos teóricos acerca de língua nacional, homogênea e pura. Posteriormente, arrolamos o aporte teórico a respeito do conceito de língua oriundo do paradigma monolíngue, a dimensão de representações sobre a língua derivada da Linguística popular/*Folk linguistics* com relação à aceitabilidade ou não de uma determinada variedade linguística. Por fim, discutimos como a noção de língua nacional, as representações sobre língua boa ou ruim, além da relação entre domínio da norma culta com as premissas de preparo e capacidade circulam, provocando efeitos de verdade e como seria possível a ressignificação de tais conceitos sob a égide da Linguística Popular/*Folk linguistics*.

Os enunciados

Um dos enunciados que originaram este capítulo foi produzido durante a visita do então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil no ano de 2005. Bush desembarcou na Base Aérea de Brasília no sábado, 05 de novembro, após participar da 4ª Cúpula das

Américas, em Mar del Plata, na Argentina. Após ser recebido pelo então presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, o presidente americano participou de um churrasco na residência oficial da Granja do Torto e deu início à agenda que incluía discussões sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e a redução dos subsídios agrícolas norte-americanos.

Em sua coluna de 06 de dezembro de 2005, um dia após a chegada de George Bush ao Brasil, José Simão escreve:

O FHC era poliglota, o Itamar era monoglota, e o Lula é Zeroglota. Por isso ele se dava tão bem com o Bush! Nenhum dos dois falava inglês.

JOSÉ SIMÃO

O segundo enunciado elencado neste trabalho foi produzido pelo professor Marco Antônio Villa durante programa intitulado “Jornal da Manhã” da rádio Jovem Pan em 02 de maio de 2019. Ao comparar o então ministro da educação Abraham Weintraub ao seu antecessor Ricardo Vélez Rodríguez, Marco Antônio Villa afirma:

São duas as diferenças entre ele e o anterior titular do MEC: esse fala português, o outro não falava; e esse sabe fazer as maldades que o outro não sabia fazer.

MARCO ANTÔNIO VILLA

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EuhQZs9D_3Y

Diante do exposto, podemos interrogar: Quais concepções de língua circulam em nossa cultura que possibilitam a produção de tais enunciados? Quais relações de poder estão projetadas nos enunciados ora investigados e que contexto histórico permite que práticas sociais de caráter homogeneizante e normativo possam ser reproduzidas pela mídia.

A concepção de língua do paradigma monolíngue

A noção de língua oriunda do paradigma monolíngue, como definido por Canagarajah (2013), é a concepção de que esta configura-se como um sistema fechado que representa o espírito de uma dada comunidade oriunda de um território específico. Essa noção, como aponta o autor, levou às premissas de homogeneidade e pureza das línguas que, junto com suas comunidades, foram concebidas como separadas e com aspectos linguísticos, culturais e territoriais distintos. Esse esforço homogeneizante, ainda de acordo com Canagarajah (2013), levou à supressão de línguas de comunidades consideradas minoritárias, que perderam seu direito de uso e foram invisibilizadas no processo de legitimação de uma língua nacional homogênea.

A premissa de homogeneidade e pureza preconizada pelo paradigma monolíngue, conforme Canagarajah (2013), é fruto de um conjunto de pressupostos solidificados na Europa Ocidental por volta do século XVIII. Tais concepções, de acordo com o autor, desenvolveram-se tendo por base os valores do Iluminismo, como a ascensão da ciência empírica, a burocracia e a industrialização. Além disso, o movimento romântico e a concepção de Estado-Nação desempenharam papel fundamental na criação da orientação monolíngue.

Nessa perspectiva, ainda de acordo com Canagarajah (2013), por ter sido definida pelos pensadores do romantismo como a essência da comunidade, a língua representava o espírito, os valores e o pensamento dessa comunidade específica, além de estar relacionada a uma comunidade falante e a um território geograficamente delimitado. Como efeito dessa concepção, prossegue o autor, o paradigma monolíngue gerou a noção de que tudo que não estivesse ligado a esse determinado lugar, ao povo e à língua, seria visto como estrangeiro, não podendo ter seus valores e pensamentos expressos pela língua dessa comunidade à qual não pertencia. Nesse sentido, as línguas expressariam somente os valores das comunidades às quais estavam relacionadas. Apenas os indivíduos que compartilhassem os valores, o território e a língua de uma dada comunidade constituir-se-iam autoridades legítimas, capazes de prescrever suas regras e normas de uso aos falantes considerados não nativos.

Contudo, conforme assevera Cardoso (2019), há um processo de realocação linguística na contemporaneidade que urge a resignificação de conceitos que já não dão conta de explicar um mundo globalizado marcado pelo intenso fluxo de pessoas, produtos e tecnologias. Ademais, ainda de acordo com o autor, as práticas linguísticas evidenciadas no mundo contemporâneo trazem à baila a discussão de que não só permeiam as situações comunicativas que têm a linguagem no papel central, como também o fato de que foram invisibilizadas e deslegitimadas no processo de formação dos estados nacionais (CARDOSO, 2019, p. 42). Dessa forma, as concepções de língua, a premissa de língua pura ou boa, a relação entre domínio de norma considerada culta e capacidade/eficiência tornaram-se conceitos cristalizados e persistem mesmo ao analisarmos enunciados separados por um lapso de tempo de 14 anos.

Ainda de acordo com Cardoso (2019), há que se falar em desestabilização da noção de língua oriunda de tal paradigma para que possamos pensar um mundo em que produções linguísticas não sejam consideradas sinal de ineficiência ou despreparo. Nessa perspectiva, as contribuições das reflexões trazidas pelas dimensões da Linguística Popular/*Folk Linguistics* podem representar uma resignificação não só do que venha a ser boa ou má língua como do que vem a ser conhecimento legítimo.

Possíveis ressignificações sob a égide da Linguística Popular/*Folk Linguistics*

A Linguística Popular ou *Folk Linguistics* diz respeito a um campo do conhecimento ainda não inserido no domínio tradicional da Linguística, no contexto brasileiro. Nesse aspecto, a forma como o conhecimento é produzido percorre outros campos de saberes interdisciplinares, Com o intuito de compreender e analisar a linguagem em uso pelos diversos atores sociais, tendo a prática languageira desses atores tomadas como objeto de análise. Segundo Paveau (2018, p. 11), “haveria dois polos que representariam os extremos teóricos: de um lado, o linguista “estudado”, “científico”, que manejaria os saberes “exatos”; e, de outro, o linguista espontâneo [...]”.

Paveau (2018) propõe uma categorização de linguistas *folk* pautada no coeficiente de saber linguístico, que vai, em ordem decrescente, de linguistas profissionais, cientistas não linguistas, linguistas amadores, logófilos, glossomaníacos, preparadores, revisores, redatores, escritores ensaístas, ludolinguistas, falantes engajados e falantes comuns. Contudo, a autora salienta que se trata de posições intercambiáveis, isto é, um mesmo falante pode passar de uma categoria à outra.

O escopo do domínio linguístico, conforme discutido por Paveau (2008), identifica práticas com relação à linguística que variam entre a prescrição, a descrição e a intervenção. Nessa perspectiva, a autora define as múltiplas dimensões da Linguística popular e divide os campos em: a) epistemologia cujas premissas são a proposição de questões sobre fronteiras entre os campos e disciplinas, a existência de um modelo único de ciência e a dimensão da polarização entre ciência e não ciência; b) teoria que versa sobre questões acerca da categorização e denominação dos fenômenos estudados; c) representações, domínio sob o qual está este trabalho, acerca dos discursos morais sobre a língua, a moral, o aceitável ou não, a língua boa ou ruim; e d) práticas cuja premissa diz respeito ao valor e à efetividade do conhecimento espontâneo em um contexto de aprendizagem.

O domínio das representações acerca de discursos sobre a língua ou práticas linguísticas embasou a análise dos enunciados que geraram este trabalho por, a nosso ver, dialogar com o caráter prescritivo e normativo das concepções de língua pura e homogênea, língua nacional e a noção de que seu domínio autoriza não só sua prescrição como indica eficiência e capacidade.

A exemplo do proposto pela concepção monolíngue, tanto José Simão quanto Marco Antônio Villa apontam a norma culta como escala valorativa e fator prescritivo/normativo da língua. Assim, enquanto “FHC era poliglota, o Itamar era monoglota, e o Lula é Zeroglota. Por isso ele

se dava tão bem com o Bush! Nenhum dos dois falava inglês”. “Esse fala português [Abraham Weintraub], o outro não falava [Ricardo Vélez Rodríguez]”.

Nos enunciados em questão, a prescrição linguística é posta em funcionamento pela menção da língua falada por FHC e Itamar, norma culta da língua. Prescrevendo a ideia de que Lula não falava nem sua própria língua, o português. Portanto, o jornalista José Simão e Marco Antônio afirmam a variação culta da língua, legitimada socialmente, em detrimento da língua falada por Lula, tratada como desprestigiada.

De outra parte, os enunciados acima estão apoiados nos pressupostos de Paveau (2008) de que as práticas linguísticas dos locutores profanos, os não linguistas, mesmo aquelas de natureza mais prescritiva e normativa, desempenham um papel ativo na análise de questões de língua/linguagem. No exemplo, especificamente em como discursos monolíngues tratam o conhecimento sobre a língua ao mesmo tempo que se constituem saberes subjetivos que são integrados às práticas linguísticas de uso da língua. Nesse viés, este trabalho busca integrar a análise feita por não linguistas às análises linguísticas, feita por linguistas da área.

Contextualização e análise

Com o intuito de inventariar o conceito de língua, o discurso moral acerca de língua boa ou ruim, passamos a uma reflexão sobre os enunciados com o intuito de investigar o que propiciou seus surgimentos e como os efeitos de verdade são formados. Primeiramente, o enunciado que classifica Fernando Henrique Cardoso como poliglota, Itamar Franco como monoglota e Luís Inácio Lula da Silva como zeroglota, assim como George W. Bush por não falar inglês mesmo sendo oriundo de um país cuja língua oficial seja a inglesa.

Fernando Henrique Cardoso (FHC), nascido na cidade do Rio de Janeiro em 18 de junho de 1931, recebeu formação básica na capital fluminense, prosseguiu seus estudos em São Paulo a partir de 1940 devido à transferência de seu pai para aquela cidade. Ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, onde se formou em 1952. Exerceu a função de professor, analista de ensino, primeiro assistente de Florestan Fernandes e auxiliar de ensino do sociólogo francês Roger Bastide. Em 1961, obteve o título de Doutor em Ciências Sociais, especializando-se posteriormente na França e tornando-se professor de Ciências Políticas na USP, tendo obtido o título de livre-docente em 1963. Nota-se que FHC foi definido como “poliglota” e goza de prestígio atestado por um tipo de conhecimento acadêmico, provado e com grau de cientificidade conferido por sua formação acadêmica, tanto no Brasil quanto nos países considerados como centros do pensamento ocidental e detentores do tipo de conhecimento válido e que será o parâmetro sob o qual todo o sentido de verdade dos estudos sobre sociedades humanas deve ser legitimado.

Itamar Franco, presidente brasileiro entre 1992 e 1995, foi também senador e ocupou o cargo de governador duas vezes em Minas Gerais. Formou-se em Engenharia Civil e Eletrotécnica na Escola de Engenharia de Juiz de Fora, em 1955. Foi prefeito de Juiz de Fora por dois mandatos, ocupou o cargo de líder das legendas pela qual passou durante sua caminhada política. A formação em Engenharia, embora não seja páreo para a formação de FHC, sugere a classificação de Itamar a um nível hierárquico imediatamente superior ao de Lula e inferior ao de FHC, o que lhe garantiria a posição de “monoglota”, ou seja, falante de sua própria língua, pelo menos.

Luís Inácio da Silva (Lula) nasceu em Caetés, Pernambuco, em 1945, foi alfabetizado no Grupo Escolar Marcílio Dias. Aos sete anos e já morando em Guarujá, São Paulo, trabalhou vendendo laranja no cais, além de retirar mariscos e caranguejos também para venda. Exerceu diversas atividades como engraxate, auxiliar de escritório e, com a idade de catorze anos, teve sua carteira assinada pela primeira vez como funcionário dos Armazéns Gerais Columbia. Em 1961, cursou tornearia mecânica na escola SENAI Roberto Simonsen e deixou a escola para trabalhar em uma siderurgia. Desempenhou diversas funções até chegar a uma grande empresa metalúrgica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, lançando-se à atividade sindical que o levaria a fundar o Partido dos Trabalhadores, legenda pela qual se tornaria presidente do Brasil eleito em 2002.

Nesse aspecto, percebe-se o posicionamento hierárquico de Lula oposto ao de FHC, enquanto esse era preparado, poliglota, intelectual, aquele era ralé, incapaz e “besta quadrada”. Classificação essa que está também presente em outra coletânea feita por José Simão com o sugestivo título de *“lulês” (trocadilhos e definições ao pé da letra reminiscentes das declarações infames de Luís Inácio Lula da Silva)* em que o uso do termo “infame” produz o juízo de valor presente nas demais formações discursivas não só para fazer referência ao presidente brasileiro como também ao americano George W. Bush. Ser “Zeroglota” confere a Lula o posto de falante de língua alguma, ou seja, incapaz de falar até mesmo o idioma do país em que nasceu.

No que tange ao segundo enunciado, ao asseverar que o ministro recém nomeado falava português e o anterior não falava, o professor Marco Antônio Villa retoma a concepção de que há um domínio superior na língua e que o domínio deste poderia significar maior capacidade e eficiência, mesmo que não concorde com as posições do novo ministro. Conforme Villa, o ministro anterior não falava português.

Ricardo Vélez Rodríguez nasceu em Bogotá, Colômbia, em 15 de novembro de 1943. É teólogo, filósofo, ensaísta e professor colombiano naturalizado brasileiro. Realizou estudos de pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, obtendo o título de Mestre em Filosofia, em 1974. Em 1981, mudou-se para Londrina, onde se tornou professor

do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e criou, em 1982, o Curso de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro. Ainda em 1982, obteve o título de Doutor em Filosofia pela extinta Universidade Gama Filho. Em 1983, vinculou-se ao Programa de Pós-Graduação em Pensamento Brasileiro da mesma universidade. É professor da Faculdade Positivo de Londrina e leciona várias disciplinas, como História do Direito, Teorias da Justiça e Filosofia, nos cursos de graduação em Direito e Administração. Ainda na mesma cidade, é membro da Academia de Letras de Londrina, sendo titular da cadeira de número 18.

Muito embora possua extensa formação e atuação acadêmica no Brasil, Vélez Rodrigues é considerado não falante por expressar-se com uma variedade de língua que apresenta características reconhecidas como domínio insuficiente de língua. Dessa forma, sob a ótica do enunciado materializado pelo professor Marco Antônio, por ser colombiano, embora naturalizado brasileiro, o referido ministro não seria falante eficiente da língua portuguesa. Configura-se, pois, a presença dos conceitos acerca de língua boa e ruim, além da concepção de língua pura e nacional cuja ressignificação é discutida neste trabalho.

O outro ministro referenciado por Villa, Abraham Weintraub, é paulista, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (SP), com MBA Executivo e mestrado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atuou como economista no mercado financeiro, chegando a ocupar o cargo de diretor de um renomado banco, além de ser docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Integrou a equipe de transição do governo Bolsonaro, vindo a suceder Vélez no Ministério da Educação entre 2019 e 2020. Em julho de 2020, deixou o ministério para ocupar o cargo de diretor executivo do 15º Distrito do Conselho Administrativo do Banco Mundial.

Villa confere a Weintraub o estatuto de falante da língua portuguesa que fora negado a Vélez. A concepção de língua de Villa está diretamente ligada à nacionalidade. O primeiro, Ricardo Vélez, embora naturalizado brasileiro e com mais titularidade e produtividade acadêmica em língua portuguesa e intensa atuação docente em solo brasileiro, não é reconhecido enquanto falante da língua portuguesa. Ao segundo, Villa atribui o *status* de falar português, mesmo admitindo as “maldades” praticadas por Weintraub. No entanto, a passagem do ministro Weintraub pelo governo foi marcada pelo seu posicionamento nas redes sociais, cujas postagens sempre polêmicas, apresentavam então ‘deslizes’ da norma escrita considerada padrão no português brasileiro¹⁶. No entanto, o saber falar português, na concepção de Villa, é não ter sotaque estrangeiro e utilizar as construções da língua corrente de maneira espontânea, mesmo infringindo a norma considerada padrão. Não está em disputa qual dos ministros fala o idioma corretamente, mas aquele que é considerado legítimo, nesse caso, o nativo.

16 <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/10/15/veja-erros-do-ministro-da-educacao-que-voce-nao-pode-cometer-no-enem.htm>

São duas as diferenças entre ele e o anterior titular do MEC: esse fala português, o outro não falava; e esse sabe fazer as maldades que o outro não sabia fazer.

MARCO ANTÔNIO VILLA

Palavras finais

Esse estudo buscou discutir dois enunciados: um por parte de um jornalista humorístico, José Simão, durante a visita do ex-presidente dos Estados Unidos ao Brasil em novembro de 2005 e outro produzido pelo Professor Marco Antônio Villa na ocasião da substituição do então ministro da educação Ricardo Vélez Rodrigues por Abraham Weintraub. A premissa era de que os enunciados expunham conceitos de língua de caráter excludente cuja circulação causava efeitos de verdade por estar afiliada a concepções do paradigma monolíngue e a ideais de língua boa ou má sob o domínio das representações sobre língua como definidos por Paveau (2008). Concluimos que a visão epistemológica que norteia tais enunciados parte da perspectiva eurocêntrica para determinar o que é válido como conhecimento ou mesmo como prática linguística desejável em interações sociais. Nesse aspecto, o conceito de superior é aplicado ao que foi referendado e autorizado pela variedade linguística denominada padrão ao passo em que estão em posição hierarquicamente inferior representando o não desejável os que se encontram à margem dessa delimitação discursiva.

Urge, pois, nos inquietarmos diante desses recortes e contestar a validade dessa normatização quase invisível e insidiosa na busca pela desconstrução, ou pelo menos, a problematização de práticas que discriminam e inferiorizam diferenças naturalizando formações discursivas que, veiculadas pela mídia na contemporaneidade, se pretendem verdadeiras. Outrossim, parece-nos uma contribuição extremamente válida as reflexões acerca da consideração dos saberes e práticas linguísticas ditas populares na busca por uma sociedade mais inclusiva.

Referências

CANAGARAJAH, S. *Translingual practice – global Englishes and cosmopolitan relations*. Londres: Routledge, 2013.

CARDOSO, M. C. *Uma perspectiva de Ensino Crítico de Línguas*. São Paulo: Mentis Abertas, 2019.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Presidente Brasileiro – 1994-2002. Biografia. Disponível em: <http://fundacaofhc.org.br/ruth-e-fhc/fernando-henrique-cardoso/>.

GEORGE W. BUSH – U.S. President, U.S. Governor – Biography.com. Disponível em: <https://www.biography.com/people/george-w-bush-9232768/>.

ITAMAR FRANCO – Presidente Brasileiro – 1992-1995. Biografia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Itamar_Franco/.

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA – Presidente Brasileiro – 2002-2010. Biografia. Disponível em: <http://www.institutolula.org/lula/>.

RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ – Ministro da Educação do Brasil. Biografia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ricardo_Vélez_Rodríguez/

PAVEAU, M.-A. “Les non-linguistes font-ils de la linguistique?”. *Pratiques* [en ligne], p. 139-140, mis en ligne le 15 décembre 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1200>.

PAVEAU, M.-A. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. *Policromias* – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som [Online], v. 3, n. 2, p. 21-45, 2018 [2008].

Amadeu Amaral: um linguista *folk* fora do temp(l)o e da linguística?¹⁷

Roberto Leiser Baronas

17 A expressão “fora do templo”, usada no título deste texto, foi emprestada uma vez mais de Amélie Cure e faz eco à fórmula “fora do cânone”, que designa a arte bruta, a arte dos loucos, das crianças, dos inexperientes, dos não artistas, também chamada de “arte *outsider*” ou “*folk art*” (ACHARD-BAYLE; CURE, 2008). Além disso, ao colocarmos entre parênteses a letra l buscamos criar uma ambiguidade entre fora do templo e fora do tempo. Uma versão bastante modificada deste capítulo, autorada também por Tamires Cristina Bonani Conti e Lígia Boin Menossi de Araújo, será publicada em francês no livro *Manuel de linguistique populaire*, a sair pela Editora De Gruyter da Alemanha e organizado por Lidia Becker, Hannover University; Sandra Herling, Siegen University; Holger Wochele, Vienna University of Economics and Business. Informações sobre esse Manual estão disponíveis em <https://www.degruyter.com/document/isbn/9783110489033/html>

Primeiras palavras

Neste texto, refletimos sobre o livro *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral, cuja primeira publicação se deu em 1920. Amadeu Amaral não teve formação acadêmica. Nem mesmo completou o curso secundário. Nasceu em 1875, em uma fazenda de sua família nas proximidades de Capivari, cidade onde passou a infância e fez o curso primário. Com 12 anos muda-se para São Paulo para trabalhar e estudar. Frequentou o antigo Curso Anexo à Faculdade de Direito (um curso preparatório para a faculdade), mas o abandonou, ingressando no jornalismo. O fato de não ter tido uma formação acadêmica institucional não o impediu de ter uma vida intelectual rica e diversificada, atuando no jornalismo, na literatura, na crítica literária, na dialetologia, na educação. Trabalhou durante muitos anos como jornalista em São Carlos – SP, no jornal *O Popular*, inclusive, dada a sua relevância acadêmica, a biblioteca municipal da cidade recebe o seu nome. Ao lado dessa intensa atividade em jornais e em revistas, publicou, de 1899 a 1929, várias obras que incluem poesia, ficção, ensaios e conferências sobre temas literários e de educação¹⁸. Foi membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Brasileira de Letras. Atuou ainda na área de educação, tendo sido diretor e professor em uma escola de São Carlos (1907-1908) e em São Paulo (1927-1928). No Brasil, foi o primeiro a estudar com afinco um dialeto regional. *O dialeto caipira* estuda o linguajar do caipira paulista da área do vale do rio Paraíba, analisando suas formas e vocabulário. Por ocasião do centenário de publicação, em 2020, o livro de Amadeu Amaral ganhou uma nova publicação, inclusive com um novo prefácio, que foi redigido pelo principal linguista brasileiro da atualidade Ataliba de Castilho, Professor Emérito da FFLCH da Universidade de São Paulo – USP e Professor Colaborador do IEL da UNICAMP. Nesse prefácio, o linguista assevera que

O Dialeto caipira de Amadeu Amaral, ora republicado pela Parábola Editorial, desencadeou um movimento científico que está longe de esgotar-se. Refiro-me aos estudos do português. O assunto primeiramente versado por Amadeu Amaral continua a ser ativamente tratado pela linguística brasileira. O enorme conjunto de dados levantados nestas e em outras áreas abre caminho ao desenvolvimento de generalizações e à formulação de teorias linguísticas...

Nosso objetivo primevo neste trabalho é questionar a inscrição de Amadeu Amaral no campo da linguística científica, (re)alocando-o no campo da linguística popular/*Folk linguistics*. Buscaremos evidenciar, inicialmente baseando-nos em Paveau (2008/2018) e depois, com base no conceito de imagens de autor, desenvolvido por Maingueneau (2006 e 2010), a partir da análise do prefácio da edição de 2020, que a inscrição de Amadeu Amaral no campo da linguística é uma tentativa de dar coerência à história da linguística brasileira, especialmente

¹⁸ Poesia: *Urzes* (1899), *Névoa* (1910), *Espumas* (1917), *Lâmpada Antiga* (1924). Novela: *A pulseira de ferro* (1920). Ensaios: *Letras floridas* (1920), *O elogio da mediocridade* (1924). Conferências: *Um soneto de Bilac* (1920), *Cuidar da infância* (1921), *Dante* (1921).

àquela que se dedica a estudar o português brasileiro. Todavia, trabalhar nessa perspectiva do continuísmo histórico é, por um lado, mesmo que de uma maneira inadvertida, uma tentativa de escamotear os embates de sentido que se dão não somente entre os diferentes campos do conhecimento, mas no interior do próprio campo e, por outro, é também deixar de considerar quais eram os objetivos do autor quando da publicação de seu livro.

Pautar-nos-emos inicialmente nas contribuições de Paveau (2008) acerca da classificação sobre os praticantes da linguística popular/*Folk linguistics* e, depois, nas três instâncias da autoria definidas por Maingueneau (2006-2010) como a *pessoa*, o *escritor* e o *inscritor*.

Linguística popular/*Folk linguistics* no Brasil

Embora, no contexto acadêmico brasileiro, a Linguística Popular/*Folk linguistics* não figure ainda como um domínio de estudos no campo das ciências da linguagem, desde alhures, ela está muito presente no nosso cotidiano. Com efeito, muitos trabalhos realizados alhures e também atuais poderiam ser enquadrados nesse campo do conhecimento, que, conforme já enunciado, no contexto anglo-saxônico (sobretudo norte-americano) e germânico (notadamente o alemão) é muito forte. Toda a descrição que Anchieta fez do Tupinambá no século XVI e XIX¹⁹, os glossários elaborados pelos viajantes europeus nos séculos XVIII e XIX, ou mesmo as disputas entre os modernistas (Mario de Andrade) e os parnasianos (Olavo Bilac) sobre a existência/necessidade de uma língua nacional no fim do século XIX e início do século XX, ou ainda as recentes polêmicas entre gramáticos, linguistas e não-linguistas sobre o livro *Por uma vida melhor* poderiam ser designados como fazendo parte de uma *folk linguistics*. A rigor, *folk linguistics* designa todo o trabalho sobre linguagem, isto é, os saberes espontaneamente construídos pelos mais diversos atores sociais, que não estão necessariamente fundamentados em uma lógica de uma teoria da linguagem.

No contexto brasileiro, até o presente momento, todas as discussões sobre a língua (ensino, uso, pesquisa) têm colocado linguistas e não linguistas em lugares diametralmente opostos: detentores do saber científico sobre língua de um lado e detentores de saberes leigos sobre a língua de outro. Trata-se de uma verdadeira interincompreensão: cada um traduz o discurso do outro a partir do seu posicionamento discursivo. Cumpre destacar que a não fundamentação em uma teoria científica de linguagem não invalida os trabalhos dos linguistas leigos, mesmo os de natureza mais prescritiva, que podem ser incorporados ao trabalho dos linguistas propriamente ditos.

19 Sobre este importante trabalho de descrição linguística desenvolvido pelos jesuítas no Brasil ver o artigo "Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil" de autoria da pesquisadora brasileira Cristina Altman, publicado na revista *Argentina de Historiografia Lingüística RAHL*, em 2009. Este texto pode ser acessado em: <http://www.rahl.com.ar/index.php/rahl/article/view/12>

Assim, entendemos, com Marie-Anne Paveau (2008/2018), que as abordagens científica e popular são antieliminativas. Com efeito, entendemos a linguística popular de maneira escalar e não binária, isto é, não está em contradição com a linguística acadêmica, podendo, portanto, a primeira ser plenamente integrada a um estudo científico da linguagem. Como sabiamente afirma Paveau (2008/2018, p. 11): “os enunciados populares não são necessariamente crenças falsas a serem eliminadas da ciência. Constituem, ao contrário, saberes perceptivos, subjetivos e incompletos a serem integrados aos dados científicos da linguística”. Nesse sentido, cumpre destacar que o traço que distingue a Linguística popular/*Folk linguistics* de outras perspectivas teóricas que se debruçam sobre o objeto língua(em) é justamente a possibilidade de compreender *como* e *por que* os discursos que falam da língua(gem) afetam a própria língua(gem), enquanto objeto de conhecimento.

Como classificar os praticantes da Linguística *Folk*?

Paveau (2008/2018), fugindo ao binarismo cartesiano – linguistas *versus* não linguistas –, propõe uma classificação dos praticantes da linguística *folk*, a partir de “um *continuum* entre aqueles que fazem da linguística uma ciência *una* e aqueles que não” (PAVEAU, 2008/2018, p. 24-25). Por ordem decrescente de domínio de um saber linguístico especializado, o *continuum* vai do linguista profissional ao homem comum, como podemos observar a partir do Quadro 1²⁰, proposto com base no artigo da autora:

Quadro 1. Da linguística científica à linguística *folk*.

Linguistas profissionais	Fornecem descrições linguísticas;
Cientistas, acadêmicos, intelectuais não-linguistas	Propõem descrições linguísticas, a exemplo do que faz Pierre Bourdieu em <i>A distinção: crítica social do julgamento</i> ou os pesquisadores brasileiros Artur Gomes Moraes (psicólogo) e Carlos Henrique Escobar (sociólogo) com seus livros <i>Ortografia: ensinar e aprender</i> e <i>Semiologia e linguística</i> ;
Linguistas amadores	Fornecem prescrições e descrições linguísticas, a exemplo do que faz o jurista Gérard Cornu em seu manual de linguística jurídica ou o pesquisador brasileiro Antonio Luiz Monteiro Coelho da Costa (engenheiro de produção) em seu artigo “A genealogia das línguas”;
Logófilos, glossomaníacos e outros “loucos da língua”	Empreendem intervenções na língua, quer por invenção, quer por deformação, a exemplo de Jean-Pierre Brisset ou George Orwell ou os jornalistas brasileiros Fred Libi e Victor Ângelo com a sua <i>Dicionária Aurélia</i> ou ainda o <i>designer</i> Mateus Diniz com o seu dicionário de expressões brasileiras traduzidas para o inglês;

²⁰ Este quadro foi elaborado por Neila de Oliveira Bornemann e Maria Inês Paglirini Cox, em artigo publicado na *Revista Fórum Linguístico*: Mário de Andrade: um (sócio)linguista Folk. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4271>

Preparadores, revisores e redatores	Sugerem descrições e prescrições (incluindo correções). Por exemplo, os manuais de redação da <i>Folha de S. Paulo</i> ou o do <i>Estadão</i> , ou ainda o livro de JM Costa <i>Redação Enem: guia rápido para a sua nota 1000</i> ;
Escritores, ensaístas	Ensaíam práticas linguísticas descritivas e interventivas, a exemplo de Artaud que, dotado de um saber linguístico, epilinguístico e plurilinguístico, esforça-se para elaborar outra língua, cujas características são, essencialmente, a mistura e a transgressão ao sistema. Por exemplo, Amadeu Amaral; Monteiro Lobato, Mário de Andrade, João Guimarães Rosa, Manoel de Barros, Paulo Leminski e outros(as);
Ludolinguistas	Fazem descrições-interpretações linguísticas, a exemplo de humoristas, imitadores, autores de histórias bobas, autores de jogos sobre as palavras. Por exemplo, os humoristas “Os melhores do mundo”;
Falantes engajados	Realizam práticas linguísticas descritivas e interventivas, a exemplo do “ateliê de análise e de crítica do discurso político” intitulado, antifrasticamente, “O mundo reencantado de Nicolas Sarkozy”, proposto em 2007, em Paris, no 19º Distrito, pela Coordenação dos Trabalhadores Temporários e Precários da Île-de-France, com o intuito de desenvolver meios eficazes de combater os efeitos do discurso político autorizado sobre os eleitores. Por exemplo, a pesquisadora brasileira Djamila Ribeiro com o seu livro <i>Lugar de fala</i> ;
Falantes comuns	Realizam práticas linguísticas descritivas, prescritivas e interventivas, podendo ser encontrados entre quaisquer categorias profissionais que não tenham por hábito refletir sobre a língua, a exemplo de vendedores de loja, autores desconhecidos das colunas de leitores de jornais e revistas e usuários de <i>blogs</i> e fóruns etc.

Fonte: Elaborado com base em Paveau (2008/2018)

Paveau (2008/2018) nos adverte que essa classificação não é estanque, mas sim porosa, podendo um mesmo falante deslizar de uma posição para outra. A modo de ilustrar sua afirmação, ela evoca o caso de Saussure que, apesar de ser considerado o precursor da linguística moderna, escreveu os *Anagramas*, em que desliza da posição de cientista da língua para a posição de um ludolinguista. Para ela, “A porosidade das posições implica, igualmente, uma porosidade de saberes: os saberes linguísticos são transmitidos para os da linguística *folk*, e vice-versa” (PAVEAU, 2008/2018, p. 28).

Amadeu Amaral: um linguista *folk*

Poderíamos entender Amadeu Amaral como uma espécie de linguista *avant la lettre* ou mais grosseiramente como um estudioso que pensava como um linguista. No entanto, essas designações por mais que pareçam retoricamente envolventes, acabam por apagar a história desse estudioso que transitou por diversos campos do conhecimento e, por outro lado, diante da proposição de Paveau (2008/2018), entendemos o autor do livro *O Dialeto Caipira*, como um intelectual não linguista, isto é, um estudioso da linguagem, que não tem nenhum tipo de formação profissional no campo das ciências da linguagem, mas que mesmo sem essa *expertise*, produz conhecimento pertinente para esse campo do conhecimento.

Cumpramos destacar também que Amadeu Amaral fez parte de um círculo de intelectuais brasileiros, tais como, Monteiro Lobato, Mario de Andrade, Antenor Nascentes e outros, que no final do século XIX e início do XX, escreviam e publicavam nos mais variados espaços (notadamente em jornais e revistas) sobre língua, literatura, folclore, cultura brasileira com um claro objetivo de se contrapor aos valores estrangeiros tão em voga à época. Existia por parte destes intelectuais brasileiros um claro projeto nacionalista de valorização de tudo o que seria genuinamente nosso. Desprezar o projeto nacionalista desses estudiosos, como o chão a partir do qual irrompem as suas produções intelectuais e, especialmente a inscrição de Amadeu Amaral nesse projeto é no mínimo passar por cima dos objetivos de Amaral quando da elaboração de seu dialeto caipira:

[...] nas origens, o estudo do dialeto se inseria na defesa da cultura brasileira, do trabalho de campo, no respeito ao homem e à sua língua. Voltar ao *Dialeto* nos moldes de Amaral significa, também hoje, valorizar o homem e a fala caipiras, para quem as ciências da linguagem devem prestar seus serviços e, nesta ocasião, sua homenagem. (ALTMAN, 2020, no prelo).

Na sequência, à luz dos ensinamentos de Marie-Anne Paveau (2008/2018), que as abordagens científica e popular são antieliminativas e com base no conceito de imagens de autor, desenvolvido por Maingueneau (2006 e 2010), analisaremos o prefácio da edição de 2020, comemorativa por conta do centenário de publicação. A eleição desse prefácio se dá pelo fato de esse paratexto contribuir decisivamente, mesmo que inadvertidamente, para diversos apagamentos em relação aos objetivos iniciais da publicação do dialeto caipira, bem como do projeto nacionalista maior do qual essa publicação fazia parte. Pautar-nos-emos nas três instâncias da autoria definidas por Maingueneau (2006) como a *pessoa*, o *escritor* e o *inscritor*.

Imagens de Amadeu Amaral em 2020: um linguista pioneiro?

Para pensar inicialmente a questão das imagens de autor, Maingueneau se concentra em fenômenos que são habitualmente relegados a um segundo plano, por conta de estarem situados em uma zona de contato entre o texto e o contexto, articulados em torno do conceito de “cena da enunciação” e dos três outros que lhe são correlatos: cena englobante, cena genérica e cenografia.

Dessa maneira, é difícil pensar os eixos do texto e do contexto fora das cenas de enunciação que garantem a sustentação e emergência de um dado discurso. No mesmo sentido, há algo que envolve a enunciação e não aparece *explicitamente* no enunciado: é o conceito de *ethos*. Não nos referimos ao “*ethos* retórico”, de Aristóteles, de um componente que leva ao convencimento do

público pela percepção de traços do *caráter* do enunciador – virtude, prudência e benevolência²¹ –, mas ao *ethos* descrito por Dominique Maingueneau²², que se define ao mesmo tempo no discurso, internamente, e no que seria um *pré-discurso*, ou representações prévias do locutor que o destinatário possui, conforme os limites postos pelas cenas de enunciação.

A partir disso, concebendo o “texto” à luz de um *ethos* da enunciação, podemos compreender o enunciador também por meio das dimensões próprias da autoria. O autor não se reduz a uma *posição*, ou apenas àquele que exerce a função enunciativa do texto em certo momento. No processo de subjetivação das formas do discurso, tem-se comumente a impressão de que a “função autor” se divide entre um “sujeito empírico” e um “nome”. Porém, para Maingueneau, não é suficiente pautar a análise do funcionamento da autoria sobre a dualidade “escritor e enunciador”, ou seja, por um princípio “que distingue um ‘escritor’, um ser de carne e osso dotado de um estado civil, e um ‘enunciador’, correlato de um texto”²³.

Nesse sentido, caberia abordar a conceituação da autoria de maneira mais ampla, centrando-se sobre três instâncias distintas e não duas que separam formalmente um “sujeito biográfico” de um “sujeito enunciador”. Essas instâncias Maingueneau (Ibid., p. 136) define como a *pessoa*, o *escritor* e o *inscritor*:

A denominação “a pessoa” refere-se ao indivíduo dotado de um estado civil, de uma vida privada. “O escritor” designa o ator que define uma trajetória na instituição literária. Quanto ao neologismo “inscritor”, ele subsume ao mesmo tempo as formas de subjetividade enunciativa da cena de fala implicada pelo texto [...] e a cena imposta pelo gênero do discurso: romancista, dramaturgo, contista... O “inscritor” é, com efeito, tanto enunciador de um texto específico como, queira ou não, o ministro da instituição literária, que confere sentido aos contratos implicados pelas cenas genéricas e que delas se faz o garante.

Ou seja, é possível estudar o funcionamento da autoria a partir do que está no texto como aquilo que reflete o autor: pelos atributos sociais e individuais de um sujeito biográfico, a *pessoa*; pela sua inserção em uma determinada cena englobante, um meio literário, o científico, o *escritor*; e também por meio de uma função estética e/ou didática, o texto em sua cenografia, o *inscritor*. Mas o autor não é a fonte de enunciação dos seus textos, e sim um dos meios pelos quais eles tomam significado. Ao mesmo tempo em que escreve seus textos, o autor não tem autonomia da *gestão* de sua *obra*. Portanto, deve-se considerar a instituição em que se

21 De acordo com Maingueneau, a noção de *ethos* na retórica de Aristóteles “[...] designa ora propriedades associadas ao orador enquanto ele enuncia, ora disposições estáveis atribuídas a indivíduos inseridos em comunidades”. Cf. Ibid. p. 62.

22 Como definição mais concisa do conceito de *ethos* para Maingueneau, temos: “- o *ethos* é uma noção *discursiva*; ele se constitui por meio do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à fala; - o *ethos* é fundamentalmente um processo *iterativo* de influência sobre o outro; - o *ethos* é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada.” Cf. Ibid. p. 63.

23 Idem. *Discurso Literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006, p. 134.

inscreve a obra de um autor e suas regras próprias, no contexto socio-histórico de produção dos textos.

Por meio da articulação das três instâncias da autoria, mobilizadas isoladamente ou em conjunto por quem organiza a obra de um autor, faz-se importante a compreensão dos meios pelos quais se dá a criação de uma *imagem de autor*. A construção dessa imagem escapa à esfera pura e simples da elaboração ou *escritura* do texto e ultrapassa o que seria a dimensão da “figuração” do autor – como ele se porta no campo do discurso e na cena genérica em que se inscreve: se dá entrevistas, se frequenta círculos políticos, se participa de centros de pesquisa, se assina manifestos, se lidera grupos sociais, se publica *blogs* na internet ou se se mantém isolado do público, se funda e/ou preside sociedades científicas, se edita e/ou cria periódicos científicos na área etc. Além dessa dimensão em que *figura* a imagem do autor, existem procedimentos de *regulação* dos textos que são responsáveis por *reescrever* determinada obra na medida em que se criam imagens distintas de um mesmo autor. De acordo com Maingueneau (Ibid., p. 143):

De modo geral, um manifesto ou um prefácio têm como função principal pôr as obras em conformidade com as normas, seja para mostrar que se seguem as normas existentes ou para propor soberanamente as do autor. Essa função de “regulação” também tem relação com colocar em perspectiva um texto, seu perfil com referência ao que poderíamos chamar de a *Opus*, isto é, a trajetória de conjunto em que cada obra singular assume um lugar.

A dimensão da regulação constitui-se, portanto, na negociação da imagem do autor, que implica a restrição, a aprovação ou o incentivo a um tipo de circulação, bem como a escolha de prefaciadores e de comentadores diversos para a inserção de sua obra em determinados campos do discurso, conforme for conveniente. Em síntese, cria-se uma maneira diferente de ler os textos de um autor por meio de sua imagem. A título de ilustração, Maingueneau nos mostra que é possível ver como gêneros “privados” do discurso, como correspondências do sujeito biográfico, da *pessoa*, passam ao domínio “público” do *autor* pela gestão de sua obra. Surgem, assim, novos livros, textos inéditos, cartas etc. que são publicados, constituindo uma forma de gerir o contexto da imagem do autor. E, no processo de construção da imagem do autor, vemos momentos de releituras, de reedições, ou seja, a produção de novas imagens ou recrudescimento de imagens já criadas.

A imagem de autor não é um fenômeno exterior à esfera dos textos, mas algo que, sobretudo, incorpora um conjunto de definições que condiciona a leitura, interfere no mundo do leitor, na relação dele com o livro, com o objeto editorial que tem em mãos.

Tem-se, assim, o fato de que o autor é uma composição de imagens, um produto de recortes e colagens, e seus textos também obedecem a um processo semelhante. Isso se mostra no caso de que a grande maioria das publicações é sempre fruto de ordenações e de entrecortes de textos que surgem de um complexo de decisões editoriais.

O papel da regulação e da figuração, portanto, são dimensões importantes de se compreender para entendermos a criação da imagem de autor, pois nelas vemos as relações e uma rede de sociabilidade que revelam uma certa “atuação” do autor, posto que o autor colabora nesse campo com a imagem que ele almeja solidificar com um público. De acordo com Maingueneau (2010, p. 148):

A “regulação” torna possível reorientar a trajetória de conjunto em que se situa toda obra singular: ser escritor é assim dar sentido a suas atividades passadas e presentes em função de um futuro projetado. Isso passa por gêneros muito diversos: entrevistas concedidas a jornalistas, manifestos, debates, escritos sobre outras artes, prefácios de obras de outros escritores, obras sobre outros escritores.

Ao lado dessa função de um “autor-ator”, que comanda sua figuração em um campo de escritores, que circula por diversos espaços que lhe possibilitam falar de sua obra, vemos também, conforme Maingueneau (2010, p. 150, grifo nosso), a função do autor como garantidor da sua obra: “O autor-garante: entendo por essa expressão, de maneira restritiva, a instância que figura na capa, posta como responsável pelo texto e pelo paratexto.”. Esse “autor-garante” desempenha um papel de suma importância pois é quem assina o texto, quem “ocupa a capa” do livro. E, desse conceito de autor-garante depreende-se dois tipos de *ethos* – “O *ethos* advindo da enunciação do texto propriamente dito [...] “o *ethos* discursivo advindo do paratexto: título, epígrafe, prefácio, posfácio...”. Um olhar, portanto, sobre os detalhes paratextuais nos remete às instâncias de confecção do discurso, de como um livro não é algo dado, não é um objeto acabado, um texto para se ler pura e simplesmente. Estando, pois, o autor, na fronteira de interesses editoriais, o que se apresenta em seus livros, e vai compor sua obra, depende de decisões de terceiros e não apenas de uma “mente criadora”.

Isso nos leva às relações de negociação, de decisões típicas de um mercado editorial, que também andam *pari passu* com a escrita, com a produção dos textos de um autor. Temos, então, como apregoa Maingueneau (2010, p. 151), um “*ethos* editorial”: “O *ethos* editorial, que é frequentemente negligenciado, embora desempenhe um importante papel. É o *ethos* que vem da coleção em que o livro é publicado, da qualidade do papel, da capa...” – ou seja, tudo o que envolve a fabricação do livro, as técnicas de sua confecção, o objeto-livro. Seria uma imagem material da obra: o livro como bem de cultura e expressão de um lugar social daqueles que têm acesso a ele.

Com isso, demanda-se uma demarcação daquilo que circula na “periferia” dos textos como chave interpretativa para se entrar no universo dos livros: trata-se de um meio gerador de significados que antecede o texto, que gera expectativa em matéria de *ethos*, conduzindo a leitura. Mas, como interfere no mundo do autor toda a parafernália de pequenos textos que vivem no entorno de seus livros? Um livro não é simplesmente um objeto fechado em seu conteúdo, em seus textos: há traços que o ultrapassam, que o envolvem e o tornam um objeto no mundo, que lhe dão forma e sobre ele informam. Esses são os “paratextos”, conforme caracteriza Genette (2009, p. 9):

Contudo, o texto raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que em todo caso o cercam e o prolongam, exatamente para *apresentá-lo*, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para *torná-lo presente*, para garantir a sua presença no mundo, sua “recepção” e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro.

Logo, os paratextos são os elementos textuais que estão no livro, mas o atravessam com participação de terceiros, com dados técnicos, comentários, leituras, avisos etc. O paratexto assume uma natureza de “zona indecisa”, não pode ser concebido como uma instância “de fora do texto”, tampouco pode ser incluído nele, não pode “ser o texto”. É nessa imprecisão, nesse espaço de transição que se enquadram as inúmeras maneiras que se manifesta a “paratextualidade”. Como pontua Genette (2009, p. 9-10):

Assim, para nós o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público. Mais do que um limite ou uma fronteira estanque, trata-se aqui de um *limiar*, ou – expressão de Borges ao falar de um prefácio – de um “vestígio”, que oferece a cada um a possibilidade de entrar, ou de retroceder. “Zona indecisa” entre o dentro e o fora, sem limite rigoroso, nem para o interior (o texto) nem para o exterior (o discurso do mundo sobre o texto), orla, ou, como dizia Philippe Lejeune, “franja do texto impresso que, na realidade, comanda toda a leitura”.

É exatamente por essa ótica, nas palavras do ensaísta Lejeune, evocadas por Genette, que enxergamos a importância dos paratextos: não são apenas indispensáveis para se entender os textos, mas são as bases da leitura, o guia, a delimitação dos caminhos possíveis para a leitura. Ademais, o paratexto é maleável, ilustra a “evolução” do texto no sentido de sua adequação às necessidades editoriais de cada época, conforme Genette (2009, p. 358): “Mais flexível, mais versátil, sempre transitório porque transitivo, o paratexto é, de algum modo, um instrumento de adaptação: daí as modificações constantes da “apresentação” do texto (isto é, de seu modo de

presença no mundo).”. Dizendo de outro modo, o paratexto deve ser visto como uma condução do texto ao mundo – e a importância capital dos paratextos se vê na impossibilidade de haver texto sem paratexto, como atesta Genette (2009, p. 11):

Os caminhos e meios do paratexto não cessam de modificar-se conforme as épocas, as culturas, os gêneros, os autores, as obras, as edições de uma mesma obra, com diferenças de pressão às vezes consideráveis: é uma evidência reconhecida que nossa época “midiática” multiplica em torno dos textos um tipo de discurso desconhecido do mundo clássico. [...] Nesse sentido, pode-se sem dúvida adiantar que não existe, e que jamais existiu, um texto sem paratexto.

Não obstante a imprescindibilidade da instância paratextual, alguns tipos de paratexto não são obrigatórios. Ou seja: orelhas, contracapas com descrições do livro, folha de rosto etc. não constam necessariamente de toda publicação, sendo muitos originados recentemente e dispensáveis ao longo da história do livro.

Assim, é com base na discussão levantada neste capítulo acerca das imagens de autor que pretendemos analisar as imagens de Amadeu Amaral no prefácio de *O Dialeto Caipira*, edição de 2020. O prefácio intitulado *Amadeu Amaral e a Dialetoлогия no Brasil*, redigido por Ataliba de Castilho, por ocasião do centenário de publicação de *O Dialeto Caipira*, tem dez páginas. Todavia, contando com o título, o autor do prefácio faz somente quatro menções ao escritor Amadeu Amaral. Para além do aspecto quantitativo, a baixa frequência do nome Amadeu Amaral já nos fornece algumas pistas das dimensões da autoria que serão enfatizadas pelo autor do paratexto. Logo no início do texto, o prefaciador afirma: “Já diziam os romanos que ‘habent sua fata libelli’. Mesmo não sendo um *libellus*, *O Dialeto caipira* de Amadeu Amaral, ora republicado pela Parábola Editorial, desencadeou um movimento que está longe de esgotar-se. Refiro-me aos estudos do português de São Paulo.” (CASTILHO, 2020, p. 15).

Este pequeno fragmento de texto indicia como o prefaciador vai construir as imagens do autor Amadeu Amaral, isto é, a do “precursor dos estudos sobre o português de São Paulo”. Pelo prefácio, é a partir dessa chave de leitura que *O Dialeto caipira* de Amadeu Amaral deve ser lido. Por mais que pareça pouca coisa ou como já dizia alhures Philippe Lejeune, [o prefácio enquanto] “franja do texto impresso” é que, na realidade, vai comandar todo o percurso de leitura do livro, isto é, trata-se da franja textual que fornece a possibilidade mesmo de os leitores entrarem no texto.

Na sequência, o prefaciador não só reforça essa imagem de Amadeu Amaral como o precursor dos estudos sobre o português de São Paulo, mas também o inscreve no campo da linguística, atribuindo a ele o lugar de iniciador da dialetologia brasileira: “Amadeu Amaral deu início aos estudos dialetológicos propriamente ditos sobre a variedade que viria a constituir-se por

aqui, frequentemente denominada ‘português caipira’”. Para legitimar essa imagem do linguista Amadeu Amaral, Castilho descreve com certo vagar as três fases pelas quais a dialetologia brasileira teria passado desde o seu nascedouro, final do século XIX até a atualidade. O autor toma como referencial bibliográfico os trabalhos de Ferreira e Cardoso (1994)²⁴ e o seu próprio artigo publicado em 1972/1973²⁵. O autor volta a mencionar Amaral na segunda fase:

A segunda fase vai de 1920 a 1952. O período foi inaugurado pelo paulista Amadeu Amaral (1922/1977), com seu *O dialeto caipira*. Ele observou os usos do português em Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos²⁶, descrevendo detalhadamente a pronúncia, questões de gramática e de vocabulário da região. Amaral tratou do [r] caipira também conhecido como [r] retroflexo, e supôs que em pouco tempo o falar caipira desapareceria. (CASTILHO, 2020, p. 17).

Nesse fragmento, mais uma vez o prefaciador reforça a imagem do linguista Amadeu Amaral descrevendo os fenômenos de linguagem sobre os quais o autor se dedicou em seu *O Dialeto caipira*. Diferentemente dos outros excertos, pela primeira vez o prefaciador faz menção à pessoa de Amadeu Amaral: “O período foi inaugurado pelo paulista Amadeu Amaral (1922/1977)”, isto é, o autor do prefácio fala “dos atributos sociais e individuais [no caso a sua origem geográfica] de um sujeito biográfico” (MAINGUENEAU, 2006, p. 136). Em todos os outros excertos, a menção é feita ao escritor Amadeu Amaral, isto é, no entendimento de Maingueneau (2006, p. 134) ao “ator que define uma trajetória na instituição literária” [ou científica]: “Ele observou os usos do português em Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos, descrevendo detalhadamente a pronúncia, questões de gramática e de vocabulário da região. Amaral tratou do [r] caipira também conhecido como [r] retroflexo”.

Interessante observar que em nenhum momento do prefácio o autor faz menção à dimensão do inscricor Amadeu Amaral, isto é, “o “inscricor” é, com efeito, tanto enunciador de um texto específico como, queira ou não, o ministro da instituição literária, que CONFERE sentido aos contratos implicados pelas cenas genéricas e que delas se faz o garante” (MAINGUENEAU, 2006, p. 136). Essa omissão inadvertida ou não da instância do inscricor Amadeu Amaral por parte do prefaciador indica que ela é providencial, quiçá estratégica. Em outros termos, o prefaciador ao silenciar a figura do inscricor Amadeu Amaral previne-se de um possível questionamento do leitor acerca da inscrição do autor de *O Dialeto caipira* no campo da linguística.

Por último, o prefaciador depois de mencionar muito rapidamente projetos de pesquisa realizados por linguistas brasileiros no campo da Linguística Histórica e da Sociolinguística, conclui o seu prefácio dizendo:

24 FERREIRA, C. S.; CARDOSO, S. A. M. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

25 CASTILHO, A. Rumos da dialetologia portuguesa. *Alfa*, v. 18/19, 1972/1973.

26 Cidades do interior do estado de São Paulo.

Mesmo que nem todos os projetos aqui mencionados tenham a ver diretamente com *O Dialeto caipira*, não há dúvida que o assunto primeiramente versado por Amadeu Amaral continua a ser ativamente tratado pela linguística brasileira. “O enorme conjunto de dados levantados nestas e em outras áreas abre caminho ao desenvolvimento de generalização e à formulação de teorias linguísticas, sem dúvida a principal tarefa da geração atual.” (CASTILHO, 2020, p. 23).

Nesse fragmento, uma vez mais o prefaciador reitera a partir da dimensão do escritor Amadeu Amaral a imagem do pioneirismo de Amaral em relação aos estudos do português brasileiro: “o assunto primeiramente versado por Amadeu Amaral”, bem como a sua inscrição no campo da linguística: “continua a ser ativamente tratado pela linguística brasileira”. O prefaciador ainda reforça a imagem do linguista pioneiro em Amaral indicando mesmo que obliquamente que ele deu origem a uma geração que levantou um conjunto muito grande de dados linguísticos, condição imprescindível para que a geração atual desenvolva generalizações e formule teorias linguísticas.

Essas duas dimensões da autoria, a do escritor e a da pessoa Amadeu Amaral, reescritas como o linguista pioneiro do Brasil são reiteradas em outro paratexto da edição comemorativa, a saber, na orelha da contracapa²⁷. Nela, sem nenhuma marca de autoria explícita está escrito²⁸:

Amadeu Amaral (Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Penteado), poeta, folclorista, filólogo, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras, nasceu em Capivari, SP, em 6 de novembro de 1875, e faleceu em São Paulo, SP, em 24 de outubro de 1929.

Autodidata, dedicou-se aos estudos folclóricos e, sobretudo, à dialetologia. No Brasil, foi o primeiro a estudar cientificamente um dialeto regional. *O dialeto caipira*, publicado em 1920, escrito à luz da linguística, estuda o linguajar do caipira paulista da área do vale do rio Paraíba, analisando suas formas e vocabulário. (grifos nossos).

À guisa de uma breve conclusão

Neste texto, inicialmente, com base nos ensinamentos de Paveau (2008/2018) buscamos mostrar que Amadeu Amaral, autor de *O Dialeto caipira* pode ser entendido como um intelectual não-linguista, ou um linguista popular/*folk linguistics*, isto é, um estudioso da linguagem, que não tem nenhum tipo de formação profissional no campo das ciências da linguagem, mas que mesmo sem essa *expertise* e, especialmente, sem ter isso como propósito inicial, produziu conhecimento pertinente para esse campo do conhecimento.

²⁷ Na orelha da capa, há três fragmentos de texto: o primeiro do próprio Amadeu Amaral, retirado da introdução de seu livro; o segundo de Antenor Nascentes, estudioso que em 1922 escreveu o livro *O linguajar carioca* e o terceiro do próprio prefaciador, Ataliba de Castilho.

²⁸ Esse mesmo fragmento de texto está postado no *site* da editora e pode ser acessado em <https://www.parabolaeditorial.com.br/o-dialeto-caipira>

Na sequência, à luz de Maingueneau (2006 e 2010), a partir de uma análise discursiva do prefácio da edição comemorativa por conta do centenário da publicação do livro de Amadeu Amaral, buscamos mostrar como o investimento por parte do prefaciador nas dimensões da pessoa e do escritor e o apagamento da dimensão do inscritor possibilitam que Amadeu Amaral seja (re)conhecido como um linguista pioneiro do Brasil, dando origem a todo um conjunto muito grande de pesquisas que têm no português brasileiro seu objeto de reflexão.

Cumpra ainda enfatizar a necessidade de se trabalhar numa abordagem integrativa entre a Linguística Popular/*Folk Linguistics* e os estudos do discurso ou com outras ciências da linguagem. Esse diálogo para além de muito produtivo do ponto de vista epistemológico ou mesmo teórico-metodológico, no caso do artigo em questão, permitiu que problemas éticos (relacionado ao discurso acadêmico – PAVEAU, 2015) como o apontado a partir da análise do paratexto da edição comemorativa do centenário de publicação de *O Dialeto caipira* seja evidenciado, isto é, o trabalho permitiu verificar que a inscrição de Amadeu Amaral na linguística é o produto de uma narrativa contada em um paratexto.

Referências

ALTMAN, C. Cem anos de Dialeto Caipira (1920-2020). Conferência ministrada no / *Seminário Internacional de Estudos em Linguística Popular* (SIELIPOP). Universidade Federal de São Carlos, 12-14 de março de 2020.

AMARAL, A. *O Dialeto caipira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

BORNEMANN, N. B. O.; COX, M. P. Mário de Andrade: um (sócio)linguista Folk. *Revista Fórum Linguístico*, v. 16, n. 04, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4271>. Acesso em: 04 mar. 2021.

CASTILHO, A. Amadeu Amaral e a dialetologia no Brasil. In: AMARAL, A. *O Dialeto caipira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

GENETTE, G. *Paratextos Editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MAINGUENEAU, D. *Discurso Literário*. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. Tradução Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva, Sírio Possenti *et alii*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PAVEAU, M.-A. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. *Revista Policromias*, v. 3, n. 2, 2018 [2008]. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/21267>. Acesso em: 04 mar. 2021.

PAVEAU, M-A. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Tradução Ivone Benedetti. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

Linguística popular por meio da viola caipira

Robertson Félix Maia Dias

Introdução

O ato de comunicar-se faz parte da existência humana, uma vez que nos constituem num ser social e cultural, deste modo, a língua(gem) é um dos principais elementos de comunicação e interação, experienciados em nossas práticas socioculturais. Como seres socioculturais, somos “capazes de produzir, através de várias formas de linguagens, significados e sentidos para tudo com que nos relacionamos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 7).

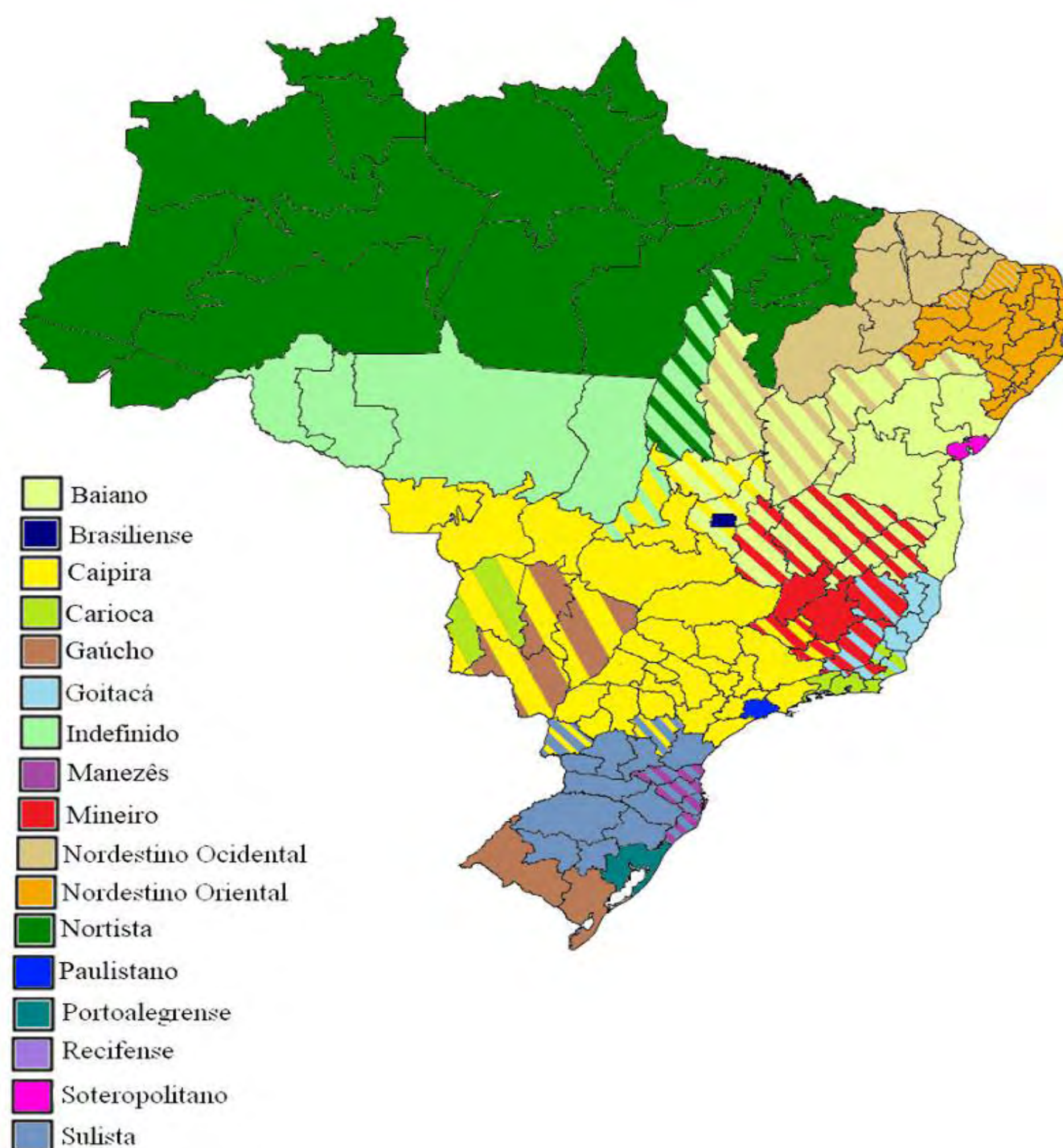
Nesse direcionamento, este trabalho busca percorrer, teoricamente, os caminhos da linguística popular/*folk linguistics*, posicionado na representação do homem e da mulher caipira. Sendo assim, aponta o preconceito contra a origem geográfica e de lugar, nos termos de Albuquerque Júnior (2012). Com o objetivo de apresentar sucintamente os pressupostos da linguística popular relacionados ao conceito de cultura caipira, dimensão geográfica e linguística presentes no artigo “A viola caipira como estandarte”, de Sidnei Oliveira. Para tanto, metodologicamente, se enquadra em uma pesquisa qualitativa e interpretativa.

A Língua Portuguesa constitui-se num idioma que é falado oficialmente em oito países, dentre os quais existem diversas variantes de caráter regionalista, uma vez que receberam a influência dos idiomas falados preliminarmente nestes países que foram colonizados por Portugal (MOSALINGUA, 2019). Assim, a nossa Língua Portuguesa abasileirou-se com a miscigenação dos povos que aqui existiam e de outros tantos que nas terras brasileiras aportaram, por razões diversas registradas pela história.

Seguindo a mesma linha histórica, a viola caipira teve sua origem na viola portuguesa, um dos instrumentos usados na catequização dos índios. Passando a ser construída de madeira nativa e incorporando a cultura local se tornou uma variante regional, a viola brasileira. Portanto, a viola caipira também é uma das variantes da viola brasileira. Instrumento musical de cordas dedilhadas, que culturalmente é um dos símbolos da música popular brasileira, em especial da música sertaneja raiz e representativa do homem e mulher caipira. Geograficamente, está presente em todo o território nacional, principalmente nas terras do interior do Brasil.

No entanto, é importante frisar que, no espaço geográfico nacional, a Língua Portuguesa/Português brasileiro já nasce como uma língua híbrida, de misturas socioculturais, da variação regional em que é falada. A língua portuguesa brasileira apresenta variações linguísticas regionais, conforme o mapa a seguir:

Figura 1. Variação Linguística.



Fonte: Dialetos (2019)

Dentre as regiões expostas na figura 1, surgiu o estilo singular e único, chamado de “Viola caipira”, o qual apresenta o dialeto regional falado por pessoas que vivem na zona rural com pouca escolaridade, porém isto não diminui a riqueza cultural deste estilo musical que oficialmente foi trazido pelos jesuítas ao Brasil (OLIVEIRA, 2015).

A obra “A viola caipira como estandarte” *versus* os pressupostos linguísticos

Sidney de Oliveira é compositor e instrumentista com doutorado em Filosofia pela UNICAMP. Em seu artigo, publicado na revista *Filosofia, Ciência & Vida*, “A viola caipira como estandarte”, descreve a cultura popular como essência possível para representar o caipira e a cultura do caipira, ao passo que questiona como esse meio de representação é tomado pela cultura de mercado. Para tanto, mobiliza teoricamente o historiador e musicólogo Mário de Andrade, o filósofo Theodor Adorno, assim como o conceito de cultura de Nietzsche como fonte geradora de cultura.

O conceito de cultura caipira, citado por Sidnei Oliveira, no artigo “A viola caipira como estandarte”, será descrito e interpretado com o intuito de conceituar as variantes de caipiras e sua representação cultural. A título de ilustração contextual, Oliveira apenas cita, sem analisar a descrição que Brandão (1983) faz dos tipos de caipiras. A saber: 1. O caipira branco. 2. O caipira caboclo. 3. O caipira negro.

O caipira branco descende da ‘melhor estirpe’ dos povoadores portugueses ou de imigrantes de outros cantos da Europa. É ‘gentil e bem-educado’, preocupa-se com a educação dos filhos, mesmo quando os pais são analfabetos. É, entre todos, o mais inteligente – quase um sábio rústico – e o mais honrado. Fiel, hospitaleiro, bondoso, paciente, solidário entre iguais e ‘bom amigo’ quando eventualmente é patrão de outros camponeses caipiras [...] O seu oposto é o caipira caboclo, um tipo próximo ao índio, cujo sangue bugre lhe corre nas veias, meio coletor da mata, meio mau lavrador, já não mais um índio e ainda longe do civilizado. Uma gente arredia tanto ao trabalho quanto à educação, que emprega as suas virtudes naturais – a inteligência viva, a coragem, a saúde física inigualável, a agilidade – para produzir maus frutos sociais [...] A meio caminho entre o branco e o caboclo existem o negro e o mulato. O caipira negro pode ser ainda dividido em dois tipos de sujeito: os ‘pretos velhos’ e os ‘negros jovens’; os primeiros, doentes, escassos e decadentes, após haverem sido, quando escravos, ‘o melhor braço de nossa lavoura’. Próximos dos brancos, os ‘negros jovens’ são trabalhadores e progressistas, limpos, educados, alegres e dados ao canto e à dança, de que alguns são artistas invejáveis. (OLIVEIRA, 2015 *apud* BRANDÃO, 1983, p. 30-31).

Como se pode perceber, o bom caipira era o caipira de pele branca, descendente de europeus. Conforme abordagem de Oliveira (2015), a representação do ser caipira – sua forma de falar, sua identidade, seu modo de lidar com o trabalho rural – estava ligada não só a aspectos geográficos, linguísticos e culturais de lugar, mas, de outro modo ao preconceito de origem. Como visto no mapa de variações linguísticas acima, ainda a título de exemplo, tem-se o gaúcho, nascido no Rio Grande do Sul, região fronteira com países hispano-americanos como Uruguai e Argentina, os quais recebem influência direta da língua castelhana ou espanhola. Isso aponta que a origem geográfica e de lugar social ocupado pelos sujeitos – caipiras, gaúchos, dentre outros – mobiliza discursivamente aspectos preconceituosos sobre a língua e a cultura destes.

Os exemplos acima demarcam a representação de uma dada coletividade em relação ao lugar geográfico e sociocultural que ocupa. O lugar ocupado pelo caipira, em termos culturais, é perpassado pela representação musical da viola caipira e, igualmente pela variante linguística de lugar, sendo, por isso, pouco valorizada socialmente. Contudo, conforme Malaquias (2019, p. 21), essa representação é de caráter híbrido, uma vez que a influência cultural de diversas regiões está presente.

Seguindo esta linha, Nassif e Schroeder (2019, p. 3) apresentam a viola caipira como uma obra destinada sobretudo aos chamados “leigos” em música e com vistas à formação de plateia, destacando nas músicas suas informações. Essa visão da viola caipira parece estar ligada a outra ideia, o estereótipo do caipira como homem ou mulher de pouca instrução, de modos e vestimenta rústicos, com pouco manejo social.

Contudo, a representação da viola caipira para Oliveira (2019) assume contornos diferentes, como a representação do que se vive. Para o compositor, a cultura caipira “não é a língua, mas sim a função com a sociedade local que a caracteriza como cultura” (OLIVEIRA, 2019, p. 68-69). É importante ressaltar que a obra “A viola caipira como estandarte”, segundo Oliveira (2019), representa a própria história cultural destas variantes regionais, marginalizadas; uma vez que tais obras eram utilizadas diversas vezes para narrar uma história, por meio de uma composição musical.

A viola caipira e os pressupostos dos saberes *folk*

Esses saberes transmitidos por meio da música caipira se enquadram no que Paveau concebe como saberes *folk* (ou popular, em livre tradução para o português), termo cunhado pela autora para designar as produções científicas originárias que não foram concebidas no universo da academia. No âmbito da linguística, Paveau considera que: “os enunciados *folk* não são necessariamente crenças falsas a serem eliminadas da ciência. Constituem, ao contrário, saberes perceptivos, subjetivos e incompletos, a serem integrados aos dados científicos da linguística” (PAVEAU, 2008). A autora adota uma postura integrativa, aliando as produções *folk* ao universo científico, equilibrando a balança de valoração até então desigual.

No entanto, apesar de a viola caipira ser o berço da música popular brasileira, a standardização da música caipira se despiu dessa representação do vivido e passa a ter um caráter mercantil. Uma vez mercantilizada, a viola caipira se despe de seu caráter ‘caipiresco’ e espontâneo por parte de quem a produz, que são traços constitutivos de sua essência, e passa a ser um produto encomendado ao gosto do cliente. Dessa forma, a indústria fonográfica, ou, nos termos de Adorno (1986, p. 92-99), a “indústria cultural”, produz o que é aceito pelo mercado.

[...] o de que se trata de algo como uma cultura que brota espontaneamente das próprias massas, da forma que assumiria, atualmente, a arte popular. Dela a indústria cultural se diferencia de modo mais extremo [...]. Em todos os seus setores são fabricados, de modo mais ou menos planejado, produtos talhados para o consumo de massas, e este consumo é determinado em grande medida por estes próprios produtos. [...]. Indústria cultural é a integração deliberada, pelo alto, de seus consumidores.

O termo “indústria cultural” por si só já se mostra controverso, pois denota que a cultura é fruto de uma produção em série para um público em massa. Sendo produzido em série, esse suposto produto mantém características padronizadas e concebidas como representativas de saberes culturais válidos. Nesse sentido, há uma indústria que tem a prerrogativa de validar ou não um produto como sendo cultural.

Na esteira de comparação com a linguística popular, a viola caipira na sua essência é constituída a partir dos saberes *folk*, tanto musicais no sentido melódico, que compreendem a habilidade de manusear o instrumento, como também composicional, ao representar as variedades linguísticas regionais. Já o produto da indústria cultural desfruta do *status* de pertencer a um nicho de cultura, geralmente com apagamentos de sinais marcantes de regionalismos.

[...] ao mesmo tempo que a linguística espontânea das classes dominantes constitui o sotaque dominante como a ausência de sotaque, sotaque zero — em relação ao qual os sotaques regionais ou populares são entendidos ou definidos como *deformações* mais ou menos pitorescas —, a estilística espontânea dos modos de vida tende a considerar as marcas linguísticas portadas pelas classes dominantes (determinantes concomitantemente da dominação e das restrições relacionadas ao exercício da dominação) como não marcas, a partir das quais se veem as deformações dos corpos e dos rostos populares. (PAVEAU, 2008, p. 32 *apud* PASSERON, 1999).

Algumas considerações

No tocante à concepção tradicional de língua, o “caipirês” é reduzido a mais uma dentre tantas outras variações linguísticas, entendidas como variedade regional. O caipirês não goza do mesmo *status* que a norma padrão da língua, da mesma forma que os falantes dessa também não têm prestígio social e tampouco são legitimados como produtores de linguagem.

Dessa forma, o músico/compositor caipira na sua essência é um compositor *folk*, ou ainda nos termos de Paveau, um músico “fora do templo” da indústria cultural. Por questões mercadológicas, essas produções musicais não são prestigiadas e tendem a ter sua ocorrência diminuída em festivais bem como em outros meios fonográficos de divulgação comuns, apesar de, conforme Oliveira, haver editais de agências de fomento à cultura voltados à produção e divulgação da música caipira.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2012.

DIALETOS da Língua Portuguesa no Português Brasileiro. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.osentinela.org/andre/dialetos-da-lingua-portuguesa-no-portugues-brasileiro/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

MALAQUIAS, D. R. *Música Caipira de Concerto: Territorialidades e trajetórias da viola e violeiros no âmbito caipira*. 2019. Tese (Doutorado em Geografia.) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

NASSIF, S. C.; SCHROEDER, J. L. Apreciação musical para não-musicistas: uma proposta a partir das ideias do Círculo de Bakhtin. *Revista Vórtex*, Curitiba, p. 1-28, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/vortex/article/view/2682/1778>. Acesso em: 18 dez. 2019.

OLIVEIRA, S. *A Viola Caipira Como Estandarte*. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://barulhodeagua.com/a-viola-caipira-como-estandarte-sidnei-de-oliveira/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

OS 10 idiomas mais falados no mundo. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.mosalingua.com/pt/qual-e-a-lingua-mais-falada-no-mundo/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

PAVEAU, M.-A. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som [Online]*, v. 3. n. 2, p. 21-45, 2018 [2008].

Intervenção em campo semântico e opinião popular: a propósito de um *folk* editor

Terezinha Ferreira de Almeida

Introdução

O presente estudo se inscreve numa intersecção entre o campo da Linguística Popular – *Folk Linguistics* – e o da Análise do Discurso de orientação francesa, numa visada integracionista, proposta por Paveau (2008), e tem como objetivo analisar as correções *folks* pelas quais as matérias veiculadas pela mídia são submetidas. A matéria em questão trata-se de notícia policial, cuja escolha de campo semântico feita pelo veículo de comunicação dividiu a opinião pública, motivo pelo qual passou a circular nas redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas em uma versão adulterada da notícia em que aparece a imagem da matéria primeira contendo traços vermelhos sobre determinados termos utilizados, bem como novas inscrições em campo semântico oposto sobre os termos riscados.

A Linguística Popular, como a *Folk Linguistic* é conhecida no Brasil, trabalha com as meta enunciações, ou seja, comentários sobre a língua produzidos por diferentes categorias, que vão desde linguistas profissionais, linguistas amadores, cientistas não linguistas, ludolinguistas, falantes engajados a falantes comuns, dentre outras categorias, os quais realizam práticas linguísticas descritivas, prescritivas e interventivas. A matéria analisada, cujo título “Menina de 12 anos atira em garimpeiro que tentava entrar no sítio da família para tomar banho em MT, diz polícia”, publicado em 30 de setembro de 2019 no *site* G1/MT, sofreu intervenção linguística ao ter os termos ‘garimpeiro’, ‘vítima’, ‘adolescente’, ‘entrar’ e ‘crime’ riscados e substituídos por ‘invasor’, ‘invasor’, ‘vítima’, ‘invadir’ e ‘agir em justa defesa’, além de complementos ao longo do texto, mudando não só o campo semântico e assim ressignificando o acontecimento como também suscitando discussões alheias ao domínio da linguística, como desarmamento X armamento, legislação – código civil.

A questão não é meramente gramatical, mas também semântica e, sobretudo, ideológica. A nova matéria editada passou a circular viralmente pelos aplicativos de mensagens instantâneas, na qual o emissor passa a se autoneomear ‘editor’, conferindo a si mesmo o *status* de profissional, o que, segundo os poderes instituídos por ele mesmo, o legitima a fazer tais alterações.

A opinião pública tem a prerrogativa de influenciar a tomada de decisão no âmbito jurídico, propondo mudança na legislação e propondo questionamento a respeito do que é considerado ético e legal para um determinado grupo em uma época específica. Os códigos e convenções sociais são frutos de senso comum de uma sociedade que se naturalizou ao longo do tempo e que adquiriu *status* de lei e passa a regulamentar a vida em sociedade. Ao passo que situações ocorrem, a aplicabilidade da sanção estabelecida por lei gera questionamentos quanto ao impacto gerado na sociedade e as razões lógicas que originaram a proposição da sanção. Tais questionamentos podem vir à tona com intensidade e provocar um debate público que

pode gerar um desconforto social, evoluindo para a desestabilização de crenças arraigadas no senso comum. A partir de então, são cavadas brechas para que haja modificações nas leis que gerem a conduta ideal dos indivíduos de uma determinada sociedade em determinada época. Uma norma social vigente que sempre foi considerada legítima passa a ter esse senso de legitimidade abalado a partir do posicionamento de opiniões contrárias fortemente embasadas.

Com o advento da tecnologia da informação e o eclodir das redes sociais virtuais, a interação social adquiriu um dinamismo sem precedente. A rapidez e o alcance contribuem para disseminação massiva de conteúdos produzidos tanto por autoridades, especialistas, figuras públicas como por pessoas comuns, as quais emitem pareceres sobre toda a sorte de assuntos, estando na sua área de domínio ou não. Dessa forma, os canais de comunicação virtual, comumente conhecidos como redes sociais, apresentam um caráter um tanto democrático nesse sentido. Contudo, essa liberdade de comunicação proporcionada pelas redes sociais exige um preço, que é a vulnerabilidade, visto que há super exposição tanto de dados como da vida privada, o que leva a outra discussão sobre os limites entre o público e o privado, divididos por uma linha tênue mal delimitada. Além disso, as redes sociais são terrenos férteis para a produção e disseminação de notícias fabricadas, popularmente conhecidas como *fake news*. Desvencilhar-se desse tipo de armadilha é um tanto complexo, uma vez que a velocidade e o volume de postagens é incontrolável, impossibilitando qualquer forma de controle total do que circula nesses meios, ou ainda checar a veracidade da fonte de onde brotou o texto, visto que uma mesma postagem é republicada milhares de vezes, tornando-se viral, nos termos de internet.

Um juízo de valor compartilhado nas redes tem o poder de se tornar amplamente conhecido e de influenciar outros que passam a também expressá-lo de maneira que haja uma pressão popular. Como fruto de toda a tensão gerada na sociedade, há inúmeros casos em que autoridades revogam leis e determinações, como ocorrido no atual governo que extinguiu o Ministério do Trabalho e logo em seguida tornou a instituí-lo, por conta da repercussão negativa frente à opinião popular.

Os usuários das redes sociais se posicionam em todos os assuntos, atribuindo a si mesmos o *status* de juristas, legisladores, críticos de arte, técnicos de futebol, e, por que não, de linguistas, embora não haja necessariamente uma qualificação formal que o reconheça como um especialista em qualquer das áreas que se propõe a opinar. Antes do termo *Folk Linguistic* ou de *Linguistique Populaire*, Rosier já destacava o surgimento dessa interação entre locutores de diversos níveis de conhecimento e atuação via *web*: “Pode-se [...] constatar a presença do que nomeamos *linguística dos locutores profanos* na internet, notadamente nos fóruns de discussão [...]” (ROSIER, 2004, p. 70).

Dessa forma, o presente estudo analisa as discussões suscitadas acerca da legislação vigente, bem como do campo semântico escolhido para noticiar o fato. A reação da sociedade surgiu em forma de postagem em redes sociais que reescreve a matéria com troca de termos que permitem uma outra versão do crime.

Linguística Popular: “o que é e como se faz”

A linguística, por ser uma ciência da linguagem mais afeita a novidades e inovações, se debruça a estudar as práticas linguísticas que operam modificações na linguagem e que funcionam nela, ou ainda, que questionam o seu funcionamento. Essas produções aparentemente são frutos de trabalho de linguistas profissionais, no entanto, é inegável que não estão restritas ao público especialista, mas advêm dos mais diversos públicos, que se entendem no direito de problematizar acerca da língua, ainda que lhes faltem aportes teóricos, sobram apontamentos. Essa suposta democracia que a linguística inspira constitui-se em terreno fértil para que populares tenham suas contribuições, seja em formato de cartilhas, glossários, artigos jornalísticos, manual orientativo da língua, textos veiculados em fóruns e redes sociais, dentre outros. Todo esse material não passa despercebido pela linguística, antes, se constitui em importante material a ser considerado para estudo.

Desse fenômeno de produção linguística emerge a necessidade de se constituir também a *'Folk Linguistic'*, tradução livre para o português como 'Linguística Popular', cuja atuação consiste em analisar e legitimar a produção linguística oriunda do público não especializado, bem como a possibilidade de promover um diálogo entre as produções populares com a produção de linguistas profissionais.

O termo *'Linguistic Populaire'* aparece pela primeira vez na publicação do número 139/140 na *Revista Pratiques*, em 2008, que traz o texto “Linguística fora do templo”, de autoria de Guy Achard-Bayle e Marie-Anne Paveau. Seguindo o pressuposto de Kuhn *apud* Dascal (1999), toda inovação das ciências em geral ocorre a partir de uma quebra de paradigma anteriormente estabilizado, que, ao ser questionado, perde sua hegemonia, abrindo espaço para novos questionamentos, cujas conjecturas, ao se estabilizarem, ocasionam o surgimento de outro paradigma. Dessa forma, a linguística surge e se remodela graças às rupturas linguísticas, a começar por Saussure. A *Folk Linguistic* é, nesse ínterim, uma espécie de ruptura com o modelo tradicional em que a linguística se reduzia ao campo de trabalho dos linguistas e passa a ser produzida e movimentada por não-linguistas.

Ao lado do dogmatismo proposto pelas ciências, surge o questionamento quanto à legitimidade da linguística popular então proposta, ressaltando que para cada campo científico instituído, há uma *'folk science'* que margeia a academia, desprezada pela elite científica, mas vívida entre

as camadas populares. Na intenção de sistematizar a *folk linguistic*, Paveau (2008) defende três posições que podem ser adotadas frente aos saberes da linguística popular, que são: eliminativa, intermediária e integracionista.

Para a teoria eliminativa, a linguística popular não se firma como ciência, dada a sua fragilidade quanto ao seu caráter científico, visto que sua essência é intuitiva, sem respaldo empírico. Já na teoria intermediária, admite-se que os dados da linguística popular são aceitáveis, contudo não servem de sustentáculo para uma teoria da linguagem, dada a sua incompletude. Já na visada integracionista, a linguística popular passa a ser objeto de estudo dos linguistas profissionais, dessa forma, “os enunciados *folk* não são necessariamente crenças falsas a serem eliminadas da ciência. Constituem, ao contrário, saberes perceptivos, subjetivos e incompletos, a serem integrados aos dados científicos da linguística (PAVEAU, 2008).

Paveau (2018) propõe uma tipologia para o trabalho com a linguística popular que consiste em três práticas: descritiva, prescritiva e intervencionista. A autora ainda esquematiza uma classificação dos linguistas populares, considerando o nível do domínio de um saber linguístico especializado, cuja escala decrescente abrange desde o linguista profissional, cientistas não-linguistas, linguistas amadores, logófilos, glossomaníacos, preparadores, revisores, redatores, escritores, ensaístas, ludolinguistas, falantes engajados a falantes comuns.

O *corpus* recortado para esta análise é fruto de produção de um grupo indeterminado de falantes engajados os quais encontram na *web* seu espaço para exposição e compartilhamento de posicionamento político. No texto em questão, constata-se a prática intervencionista. Quanto ao método de análise, nos termos de Paveau, trata-se de uma posição integracionista.

Matéria editada: intervenção *folk*

A notícia em questão, intitulada “Menina de 12 anos atira em garimpeiro que tentava entrar no sítio da família para tomar banho em MT, diz polícia”, foi publicada pelo *site* de notícias G1 MT e replicada por diversos outros canais, no dia 30 de setembro de 2019. A ocorrência foi na zona rural do município de Alta Floresta/MT, situada a aproximadamente 900 km da capital mato-grossense. Primeiramente, a notícia trazia o seguinte subtítulo: “Vítima foi atingida por um tiro de espingarda no braço e outro no abdômen. A adolescente fugiu após o crime”, conforme a seguir:

Enunciado1:



Fonte: <https://glo.bo/38Di8tc>. Versão indisponível atualmente.

A notícia repercutiu negativamente em diversos meios de comunicação, como *sites* de notícias, fóruns de opiniões, redes sociais suscitando uma série de discussões acerca do campo semântico escolhido pela redação do *site* de notícias G1 MT, que supostamente reflete o posicionamento jurídico do órgão que noticiou o fato. A discussão seguiu acalorada na rede, frente à polarização existente hoje no país em relação a diversas questões sociais envolvendo a segurança pública, desde o porte de armas por civis a punições equivocadas ou tidas como insuficientes previstas em lei ou ainda a falta de leis que punam exemplarmente.

Vários *sites*, influenciadores digitais, celebridades, figuras políticas se utilizaram da notícia como embasamento para emitir juízo de valor e propagar suas convicções ideológicas acerca de vários assuntos incitados a partir da notícia, desde o porte de armas da população civil, o direito de propriedade privada, código penal, até empoderamento feminino. As manifestações surgiram em forma de textos escritos veiculados por meio de *sites*, postagens em aplicativos de conversa instantânea, como WhatsApp, Twitter, vídeos em canais como YouTube, dentre outros. Em uma dessas manifestações que circulou via WhatsApp, a notícia original foi 'editada' pelos usuários da rede, realizando intervenções que alteram não só questões semânticas como também ideológicas que estão além do domínio da linguística.

Enunciado 2:



Postagem que viralizou na web após a publicação da notícia pelo G1 MT

Fonte: arquivo pessoal da autora

A notícia teve os termos 'garimpeiro', 'vítima', 'adolescente', 'entrar' e 'crime' riscados e substituídos por 'invasor', 'invasor', 'vítima', 'invadir' e 'agir em justa defesa', além de complementos ao longo do texto, como 'agiu em Justa Defesa porque a lei estadual só protege os agressores'. Ao final, o próprio usuário do aplicativo que publicou o recorte em questão em sua atualização de *status* declara estar 'editando matéria'. Os traços e a reescrita em vermelho lembram a prática docente utilizada para correção de erros de grafia em que o professor risca o termo errado e reescreve o correto. O termo 'editar' nesse contexto foi empregado com a conotação de correção de um erro cometido, dessa forma, o leitor-editor passa a não só recepcionar o texto, mas a contribuir com ele.

No tocante à Análise do Discurso de orientação francesa, Maingueneau (2008), em sua obra *Gênese do Discurso*, elabora sua teoria do discurso a partir de sete hipóteses, das quais serão mobilizadas para essa análise apenas as três primeiras. Na primeira hipótese, o autor afirma que os discursos nascem a partir de um interdiscurso discentrado do eu e habitado pelo 'Outro'. No caso da postagem dos internautas, tem-se um discurso que visa respaldar o porte de armas por parte da adolescente, seu direito de defesa, bem como seu empoderamento enquanto sua condição feminina, apesar de ainda ser, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considerada uma menor incapaz e que, portanto, sequer deveria estar sozinha, quanto mais de posse de uma arma.

Na mesma direção, está presente o discurso da justiça feita com as próprias mãos, uma vez que o Estado é ineficiente para garantir segurança a todos ou ainda para punir exemplarmente os infratores, fato apontado para justificar a crescente criminalidade. Tal discurso se assemelha ao que rechaça a atuação de órgãos como o MST, defendendo o revide com armas de fogo a todo e qualquer tipo de ocupação por parte dos militantes. Nesse caso, militante e ocupação são interincompreendidos como invasor e invasão. A matéria inicialmente publicada traz o termo “entrar”, ao passo que o *folk* editor a substitui por “invadir”, mudando a conotação de simplesmente adentrar, como quem exerce seu direito de ir e vir, para o efeito de sentido de transgredir um limite imposto. Toda essa gama de discurso presente na postagem dos internautas é gerada pelo discurso primeiro, o qual aparece na publicação do *site* G1 MT, comprovando assim a primeira hipótese proposta por Maingueneau.

A segunda hipótese do autor diz respeito ao interdiscurso como polêmica e da polêmica como interincompreensão. Para Maingueneau, todo discurso é constituído por uma grade semântica formada por semas positivos que são reivindicados e por semas negativos que são rejeitados. Nessa hipótese, o enunciador, ao assumir uma posição discursiva/ideológica passa a traduzir/interpretar o enunciado do Outro por meio de simulacro, isto é, por meio de semas negativos. Maingueneau (2008) propõe ainda nessa hipótese a conceituação de discurso-agente, que é aquele que realiza a tradução; já discurso-paciente sendo o discurso alvo da tradução. No recorte em questão, em que está presente o discurso agente, há, em relação ao texto primeiro, ou seja, ao que apresenta o discurso paciente, as substituições dos termos garimpeiro – invasor; adolescente-vítima, por exemplo. O garimpeiro que foi alvejado ao adentrar a propriedade é desqualificado da sua posição de vítima e passa a pertencer à categoria invasor. Já a adolescente, autora dos disparos, é retirada da posição de criminosa e passa a figurar como vítima. Essa tradução passa a revelar a formação discursiva do/s autor/es da postagem, que é um posicionamento destoante do preconizado nas leis vigentes.

Os linguistas/juristas *folk* atuantes nesse evento apelam para a crítica e lógica popular, dando vazão ao descontentamento da sociedade frente à ineficiência da segurança pública e a concepção de direito privado, trazendo à tona a polêmica suscitada pelo fato. Para tal, busca “desqualificar o adversário mostrando que ele viola as regras do jogo (mentindo, produzindo citações inexatas, informações errôneas, sendo incompetente, pouco inteligente, etc...)”, dessa forma, “polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável” (MAINGUENEAU, 2008, p. 110).

No *corpus* em análise, além da atuação no campo linguístico, há a atuação no campo jurídico, dessa forma, a polêmica e o simulacro não só demarcam escolhas de vocabulário, mas todos os elementos da discursividade. Nesse ínterim, o autor então apresenta a terceira

hipótese, a da semântica global, que é um sistema de restrições que regula todos os planos e elementos da discursividade: intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do destinatário, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação e a coesão. No entanto, “ao lado dessas restrições compartilhadas pelos diversos membros de um campo, há também o passado específico que cada discurso particular constrói para si, atribuindo-se certas filiações e recusando outras” (MAINGUENEAU, 2008, p. 78).

Retomando os saberes *folk*, ou seja, a *folk science*, o enunciado 2 é claramente um exemplo de prática intervencionista, conforme proposto por Paveau, tanto no campo da linguística como no campo jurídico. O autor do enunciado tanto se posiciona como um editor *folk* como também como um jurista *folk*. A intervenção proposta pelos falantes engajados não só alterou os dizeres do texto como também provocou reverberações na mídia e endossou o debate acerca do armamento da população civil, colocando em xeque a obsolescência das leis vigentes.

Intervenção *Folk* concluída com sucesso!

Dada a repercussão, o *site* G1 MT, que primeiro noticiou o fato, realizou uma atualização no texto escrito no mesmo dia, omitindo alguns dizeres do subtítulo da notícia, modificando não só questões semânticas como também posicionamento ideológico, ou ainda, apagando o posicionamento ideológico exposto anteriormente, conferindo à notícia um tom de neutralidade característico desse gênero textual.

Enunciado 3:



G1 MATO GROSSO

Menina de 12 anos atira em garimpeiro que invadiu sítio da família em MT, diz polícia

Homem foi atingido por um tiro de espingarda no braço e outro no abdômen.

Texto atualizado após repercussão negativa da opinião popular

Fonte: <https://glo.bo/2WOFx8S>

A matéria reescrita após as manifestações conservou o mesmo título, no entanto, a troca do vocábulo ‘vítima’ para o vocábulo ‘homem’ neutraliza a condição binária vítima X agressor/criminoso anteriormente evocada. Houve também a supressão do segundo período que compunha o subtítulo que trazia os dizeres “A adolescente fugiu após o crime”, que, implicitamente, atribuía à adolescente a condição de criminosa, fato que contrariou a opinião pública sob alegações de a mesma ter agido em justa defesa, e que a lei vigente é equivocada ao proteger o infrator e responsabilizar a vítima por reagir à investida. Na concepção dos manifestantes, há uma inversão de papéis totalmente descabida.

Considerações finais

A Linguística Popular reitera o caráter interativista da linguagem, reconhecendo a participação de seus falantes na consolidação de práticas linguísticas. Não se trata de uma teoria *fake* ou inferior que concorre para estremecer o caráter científico da linguística, antes a linguística popular integra todas as camadas de produções linguísticas da margem para o centro.

Da mesma sorte, questões inerentes ao bem comum, tais como, segurança pública e as leis que regem o direito em uma sociedade, como no *corpus* em análise, partem também do anseio coletivo, bem como as mudanças nas leis em virtude de mudanças de crenças e valores de uma determinada sociedade num tempo específico.

A Análise do Discurso de orientação francesa postula que o sujeito é atravessado pela ideologia, logo, ele filia-se a um dos discursos, os quais encontram-se regulares e dispersos nos textos. Nos enunciados analisados, há dois discursos: o politicamente correto em que o Estado é o responsável pela manutenção da ordem, que condena qualquer forma de violência, independente das circunstâncias que o motivaram; e o discurso extremista, no qual o indivíduo, frente à ineficiência do Estado, exerce sua própria justiça para defender seu direito de propriedade.

A mídia sempre exerceu papel importante na formação de opinião. Nos termos da AD, a mídia sempre foi propagadora de discursos. Sempre ela quem serve a mesa do sujeito, disseminando e consolidando discursos, dos quais o sujeito, inconscientemente, internaliza e replica. No caso em questão, a viralização do discurso-agente promoveu um recuo do *site* G1 MT, evidenciando a prática intervencionista da linguística popular.

Referências

ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M.-A. Linguística popular – a linguística ‘fora do templo’: definição, geografia e dimensões. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 4257-42, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4257>. Acesso em: 02 fev. 2021.

DASCAL, M. Trois préjugés sur le préjugé. In: AMOSSY, R.; DELON, M. (dir.). *Critique et légitimité du préjugé, du XVII^e siècle à nos jours*. Bruxelles, Presses Universitaires de Bruxelles, 1999, p. 113–118.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PAVEAU, M.-A. Le parler des classes dominantes, objet linguistiquement incorrect? *Dialectologie perceptive et linguistique populaire. Études de linguistique appliquée*, v. 150, p. 137-156, 2008.

PAVEAU, M.-A.; ROSIER, L. *La langue française. Passions et polemiques*. Paris: Vuibert, 2008.

ROSIER, L. La circulation des discours à la lumière de “l’effacement énonciatif”: l’exemple du discours puriste sur la langue. *Langages*, Paris: Larousse, v. 156, p. 65-78, 2004.

Referências webgráficas

<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/09/30/menina-de-12-anos-atira-em-garimpeiro-que-tentava-entrar-no-sitio-da-familia-para-tomar-banho-em-mt-diz-policia.ghtml>.

(Menina de 12 anos atira em garimpeiro que tentava entrar no sítio da família para tomar banho em MT, diz polícia) Último acesso em 30/09/2019. Versão indisponível atualmente, armazenada em arquivo próprio.

<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/09/30/menina-de-12-anos-atira-em-garimpeiro-que-tentava-entrar-no-sitio-da-familia-para-tomar-banho-em-mt-diz-policia.ghtml>.

(Menina de 12 anos atira em garimpeiro que tentava entrar no sítio da família para tomar banho em MT, diz polícia), Acesso em: 02 out. 2019.

Posfácio

Pensar o pensamento da língua: fluxos para além dos muros da disciplina e da universidade

Vinícius Carvalho Pereira

Uma língua é parte de um patrimônio sociocultural partilhado, um sistema semiótico por meio do qual os sujeitos constituem a si mesmos e o mundo que os rodeia, uma matéria com que edificamos nossas formas de (co-)existir. No centro das experiências humanas, como condição fenomenológica para a compreensão dos eventos, uma língua acaba por se tornar também objeto temático das interações verbais. Além de “usar” a língua, estamos, a todo o tempo, falando sobre ela: descrevemos uma pronúncia, uma palavra, uma expressão idiomática, uma maneira de organizar as ideias num texto, ou uma intencionalidade subjacente a um discurso.

Claro está que não se trata de assunto restrito aos linguistas: qualquer falante vai construindo hipóteses mais ou menos explícitas, ou mais ou menos marcadas pela metalinguagem escolar, sobre as línguas e seus usos. Esse manancial de ideias, representações e opiniões vai se espalhando para outras esferas de interação e outros espaços discursivos. Então, o que se pensa sobre a língua implica diretamente o que se pensa sobre identidades, culturas, (im) possibilidades de dizer.

Nesse contexto, entre as tarefas da Linguística, cada vez mais numerosas em tempos de uma pletera das práticas comunicativas, podemos destacar o estudo científico não só *sobre as línguas e seus usos*, mas também *sobre os saberes de não linguistas acerca das línguas e seus usos*. Um gesto como esse, que implica pensar não só um objeto, mas o próprio pensamento do objeto, ou mesmo suas condições de “pensabilidade”, é realizado de maneira muito interessante em um livro como *Estudos em Linguística Popular/Folk Linguistics no Mato Grosso: primeiras aproximações*. Produzida em uma região ainda tida como periférica nos circuitos acadêmicos nacionais – tão longe, mas tão perto do Sul e do Sudeste brasileiros – e centrada em saberes linguísticos *folk* – estes também, reiteradamente mantidos à margem por determinados entendimentos do que seja o escopo da Linguística como disciplina e como ciência –, a obra reúne textos de jovens pesquisadores que partem de variados pontos de entrada nesse universo.

Seus diferentes capítulos apresentam resultados de discussões travadas em uma disciplina sobre *Folk Linguistics*, ministrada pelo Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas, no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEL/UFMT), de modo a entrelaçar as atividades de ensino de pós-graduação à pesquisa e quiçá à extensão universitária. E é sobre esta última que quero me deter um pouco mais nos próximos parágrafos.

Tradicionalmente entendida como um conjunto de ações com vistas ao compartilhamento, com a comunidade externa, de saberes produzidos nas instituições de ensino superior, a extensão é ainda tomada por muitos como um movimento unidirecional do conhecimento: do *campus* para a cidade. No entanto, novos modelos de universidade e de protocolos de

construção e sociabilização do conhecimento vêm se desenhando rapidamente, exigindo que se reconheçam os sujeitos fora da universidade também como produtores de saber, os quais podem – e devem – enriquecer a pesquisa e o ensino. Sob tal paradigma, a palavra “extensão” parece carecer de revisão de seus sentidos: não só da universidade para fora dela, senão também da comunidade externa para a universidade, devem fluir os saberes. Talvez, nesse caso, melhor seja expandir a abrangência semântica pela aposição de um particípio: “extensão invertida”, nos termos que Boaventura de Souza Santos (2005) usa para postular uma universidade que não seja apenas “exportadora” de saberes, senão também um ponto para o qual estes possam convergir a partir de diferentes lugares de enunciação.

Num movimento cada vez mais urgente dentro da universidade, pensar *fora da disciplina* – por multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, ou o que o valha – é também pensar *além das* instituições disciplinares (BRANDÃO, 2008): neste caso, enfocando os saberes sobre a língua formulados fora da universidade. Muito embora este livro não seja produto direto de uma ação de extensão, e sim de ensino de pós-graduação e pesquisa, como mencionei acima, subjazem a ele e à Linguística Popular pressupostos éticos e epistemológicos em consonância com a ideia de uma extensão invertida. Afinal, são aqui pesquisadores investigando outras formas de conhecimento sobre a língua, olhando atentamente para discursos que vão da sociedade à universidade e também no sentido reverso, cadenciados por fluxos e trânsitos tão caros ao nosso tempo.

Referências

BRANDÃO, C. A. L. Introdução: a transdisciplinaridade. *In*: PAULA, J. A. de (org.). *A transdisciplinaridade e os desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 17-39.

SOUZA SANTOS, B. de. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 2005.

Sobre as/os autoras/es

Aline Salles Panhan é licenciada em Letras com Habilitação em Inglês, pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Foi bolsista de iniciação científica tendo como orientadora Ana Maria Di Renzo. Professora de língua portuguesa do ensino fundamental I e II. Atua principalmente nos seguintes temas: discurso; linguagem verbal e não-verbal, mídia, tendo como fundamentação teórica a Análise do discurso (AD).

E-mail: alinepanhan26@gmail.com

Brenda Nathalie da Silva é mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Possui graduação em Letras – Português e Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso (2020). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em ensino de línguas.

E-mail: brenda_nathalie@outlook.com

Bruna Budoia Passanezi é mestranda em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Participa do Grupo de Estudos Representação e Discurso – ReDis. Possui graduação em Letras – Licenciatura Plena em Português e Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso (2013). Tem experiência na área de Letras com ênfase em inglês. Bolsista CAPES.

E-mail: brunapbudoia@gmail.com

Daniele dos Santos de Souza é doutoranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Estudos de Linguagem pelo mesmo Programa. Graduação em Letras-Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente, é Técnica em Assuntos Educacionais na mesma Universidade.

E-mail: daniele.souza@outlook.com

Jubileia Mendes de Matos Coelho é doutoranda em Estudos de Linguagem na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Estudos de Linguagem pelo mesmo Programa. Atualmente, é professora da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Mato Grosso. Atua no ensino de línguas para surdos. Seus interesses de pesquisa incluem formação de professores, ensino-aprendizagem de línguas (Português e Inglês) e letramentos críticos na educação de surdos.

E-mail: jubileia_matos@hotmail.com

Marie-Anne Paveau trabalha na teoria do discurso com uma abordagem transdisciplinar (filosofia, ciências sociais, SIC, pesquisa sobre Internet, estudo acerca de animais e plantas). Desenvolve uma análise do discurso que integra ambientes não humanos, de natureza tecnológica, corporal, animal e vegetal, na produção do discurso em uma perspectiva pós-dualista e ecológica. Atualmente, trabalha na articulação entre discurso, gênero e raça em uma perspectiva decolonial. Grupos e colaborações: *Análise do discurso digital* (AD2I), grupo franco-brasileiro de pesquisa - Universidades de Campinas e Paris 13 e *Feminilidades, Discurso e Sexualidade*, grupo franco-brasileiro de pesquisa - Universidades Estadual de Campinas, Paris 13 e ENS Lyon.

E-mail: ma.paveau@orange.fr

Maria Inês Pagliarini Cox possui graduação em Letras Anglo pela Universidade Estadual de Maringá (1975), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (1978) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1989). Atualmente, é professora do Programa de Pós-Graduação Estudos de Linguagem na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de língua materna, formação de professores, diversidade linguística, variação linguística e alfabetização.

E-mail: minescox@hotmail.com

Marcos Felipe Rocha é mestrando em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduação em Letras – Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e especialização em Análise do Discurso pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada.

E-mail: marcosfeliperocha15@gmail.com

Márcio César Cardoso é doutorando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Estudos de Linguagem pelo mesmo Programa. Possui graduação em Letras-Licenciatura plena pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Segunda Licenciatura em Letras/Inglês pela UFMT. Atua como Professor de línguas.

E-mail: teachermarciotm2@gmail.com

Roberto Leiser Baronas é Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Docente no Departamento de Letras, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

E-mail: baronas@uol.com.br

Robertson Félix Maia Dias é mestrando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Possui graduação em Letras – Língua e Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Federal de Mato Grosso (2001). Atualmente, é professor da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Mato Grosso.

E-mail: robertsonfelixdias@gmail.com

Terezinha Ferreira de Almeida é Doutora em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/PPGEL). Mestra em Estudos de Linguagem pelo mesmo programa. Graduada em Letras pela UNEMAT (2004) – *Campus Tangará da Serra/MT*. Atualmente é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – *Campus Sorriso – MT*.

E-mail: terezinha.almeida@srs.ifmt.edu.br

Vinicius Carvalho Pereira é Doutor e Mestre em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel e Licenciado em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Estágio pós-doutoral na Universidade de Nottingham (UoN), no Reino Unido. Líder do grupo de pesquisa SEMIC - Semióticas Contemporâneas, coordenador do Núcleo Estendido de Engenharia Semiótica e Arte Digital, do grupo de pesquisas SERG.PUC-Rio/Ideias e membro do grupo de pesquisa DAVI - Dados Além da Vida. Na UFMT, é atualmente Coordenador de Ensino de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PROPG). Foi Coordenador Geral do Programa Inglês sem Fronteiras (IsF/SESu-MEC), de 2013 a 2016; Coordenador Pedagógico de Inglês do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF/SESu-MEC), de 2016 a 2019; Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL), de 2017 a 2019.

E-mail: vinicius.pereira@ufmt.br

Publique seu e-book com a gente!

 **Letraria**[®]





 Letraria[®]